

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Campus de Rio Claro

**RELAÇÕES DE TRABALHO NA ATIVIDADE INDUSTRIAL DE RIO CLARO (SP) -  
UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO PROCESSO GLOBAL DE  
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA INDÚSTRIA**

**Cibeli Maria Reis**

*Orientadora:* **Profa. Dra. Silvia Selingardi-Sampaio**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
- Área de Concentração em Organização do  
Espaço, para obtenção do Título de Mestre  
em Geografia.

Rio Claro (SP)

2004

## COMISSÃO EXAMINADORA

---

---

---

---

---

---

- aluno -

Rio Claro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Resultado: \_\_\_\_\_

Aos meus pais,  
Sizenando e Carmem,  
que sempre me incentivaram  
a trilhar pelo caminho do estudo.

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Silvia Selingardi-Sampaio, pela confiança em mim depositada, bem como pela competência e seriedade durante a orientação da pesquisa.

Ao Prof. Dr. José Silvio Golvone, pela orientação estatística na determinação da amostra da pesquisa.

Aos proprietários, gerentes e/ou funcionários do setor administrativo das empresas entrevistadas, que compreenderam o significado da pesquisa acadêmica e responderam os formulários.

Aos representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Transformação no Município de Rio Claro que, ao responderem os formulários, muito contribuíram para o desenvolvimento do nosso estudo.

Aos Professores Doutores Elson Luciano Silva Pires e Auro Aparecido Mendes, pelas sugestões dadas em meu Exame de Qualificação.

Ao desenhista Gilberto D. Henrique, pela elaboração dos mapas.

Ao Marcelo, meu amor, pelos incentivos recebidos.

## ÍNDICE

|                                                                                                                                            |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO.....                                                                                                                            | 1   |
| CAPÍTULO 1: DELINEANDO A EXPLANAÇÃO: OS EIXOS TEMÁTICO-TEÓRICOS<br>ADOTADOS E O PERCURSO METODOLÓGICO TRILHADO.....                        | 6   |
| 1.1. Os eixos temático-teóricos.....                                                                                                       | 6   |
| 1.1.1. A reestruturação produtiva e seus efeitos sobre as relações de<br>trabalho.....                                                     | 6   |
| 1.1.2. A flexibilização das relações de trabalho na atividade industrial<br>brasileira.....                                                | 20  |
| 1.1.3. A dinâmica do mercado de trabalho diante das intensas mudanças<br>ocorridas nas economias industriais.....                          | 24  |
| 1.1.4. As relações entre o local e o global.....                                                                                           | 30  |
| 1.2. Métodos de procedimento e material.....                                                                                               | 36  |
| 1.2.1. Amostragem e trabalho de campo.....                                                                                                 | 36  |
| 1.2.1.1. Aplicação de formulários junto às empresas industriais.....                                                                       | 36  |
| 1.2.1.2. Aplicação de formulários nos sindicatos de trabalhadores.....                                                                     | 41  |
| CAPÍTULO 2: O ESPAÇO SOB INVESTIGAÇÃO: DESVENDANDO UM POUCO DO<br>“LOCAL” RIO CLARO.....                                                   | 43  |
| 2.1. Evolução histórica geral: do café ao trabalho nas oficinas da Companhia Paulista<br>de Estrada de Ferro.....                          | 44  |
| 2.2. Rio Claro e a atividade industrial.....                                                                                               | 48  |
| 2.3. Quadro atual da indústria em Rio Claro .....                                                                                          | 51  |
| 2.4. Afinal, quais são essas “forças endógenas”?.....                                                                                      | 63  |
| CAPÍTULO 3: O MERCADO DE TRABALHO INDUSTRIAL RIOCLARENSE .....                                                                             | 70  |
| 3.1. Políticas de emprego das empresas .....                                                                                               | 70  |
| 3.2. Flutuações de curto prazo na oferta de emprego industrial e suas principais<br>causas .....                                           | 73  |
| 3.3. Evolução (à médio prazo) da oferta de empregos industriais.....                                                                       | 75  |
| Capítulo 4: FLEXIBILIDADE VERSUS RIGIDEZ: AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E<br>DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DE RIO CLARO.....                          | 85  |
| 4.1. Relações de produção.....                                                                                                             | 85  |
| 4.2. Relações de trabalho.....                                                                                                             | 106 |
| 4.2.1. Trabalho fixo e regular na fábrica, subcontratação de mão-de-obra a<br>domicílio, outros tipos de relações indústria-trabalho.....  | 110 |
| CAPÍTULO 5: O CONFLITO LOCAL X GLOBAL: A AÇÃO DOS SINDICATOS DE<br>TRABALHADORES DIANTE DA FLEXIBILIZAÇÃO DAS<br>RELAÇÕES DE TRABALHO..... | 115 |
| 5.1. A situação dos sindicatos dos trabalhadores industriais diante da legislação<br>brasileira e das demandas do capital.....             | 115 |
| 5.2. A ação local dos sindicatos de trabalhadores industriais diante da flexibilização<br>das relações de trabalho .....                   | 119 |

|                                                                                                                                      |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 6: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS DESCOBERTAS FEITAS....                                                                        | 125 |
| BIBLIOGRAFIA.....                                                                                                                    | 129 |
| ANEXOS.....                                                                                                                          | 135 |
| Anexo 1. Formulário industrial.....                                                                                                  | 136 |
| Anexo 2. Formulário destinado aos sindicatos de trabalhadores das indústrias<br>de transformação no município de Rio Claro (SP)..... | 145 |

## ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

|                                                                                                                                                                                                            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1: Estruturas do mercado de trabalho em condições de acumulação flexível.....                                                                                                                       | 11  |
| Figura 2: Localização dos estabelecimentos industriais pesquisados no município de Rio Claro (SP) – 2001.....                                                                                              | 60  |
| Figura 3: Rede de subcontratação inter-firmas não-locais, mantidas pelos estabelecimentos industriais pesquisados em Rio Claro (SP), 2001.....                                                             | 105 |
| Quadro 1: Ramos industriais integrantes da amostra obtida, segundo as categorias dimensionais – 2001.....                                                                                                  | 39  |
| Quadro 2: Estabelecimentos industriais pesquisados no município de Rio Claro, segundo ramos, produto, localização intra-municipal, ano de fundação, número de empregados e origem dos capitais – 2001..... | 53  |
| Quadro 3: Distribuição dos estabelecimentos industriais pesquisados pelos bairros da cidade de Rio Claro (SP), 2001.....                                                                                   | 62  |
| Quadro 4: Evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos de porte muito grande em Rio Claro (SP) no período de 1991 a 2001.....                                                                          | 72  |
| Quadro 5: Evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos de porte grande em Rio Claro (SP) no período de 1991 a 2001.....                                                                                | 78  |
| Quadro 6: Evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos de porte médio em Rio Claro (SP) no período de 1991 a 2001.....                                                                                 | 79  |
| Quadro 7: Evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos de porte pequeno em Rio Claro (SP) no período de 1991 a 2001.....                                                                               | 81  |
| Quadro 8: Evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos de porte muito pequeno em Rio Claro (SP) no período de 1991 a 2001.....                                                                         | 83  |
| Quadro 9: Formas de organização da produção, relações de produção e suas diferentes combinações – estabelecimentos industriais pesquisados no município de Rio Claro (SP), 2001.....                       | 92  |
| Quadro 10: Rede de subcontratações inter-firmas locais, 2001.....                                                                                                                                          | 104 |
| Quadro 11: Formas de organização do trabalho industrial, relações de trabalho e suas diferentes combinações – estabelecimentos industriais pesquisados no município de Rio Claro (SP), 2001.....           | 108 |
| Gráfico 1: Instalação por décadas, segundo amostragem das indústrias do município de Rio Claro (SP).....                                                                                                   | 54  |
| Gráfico 2: Origem dos capitais industriais da amostra obtida – 2001.....                                                                                                                                   | 56  |

## RESUMO

Utilizando como fundamento conceitual o processo de reestruturação do sistema produtivo mundial - o qual manifesta mudanças nas relações de produção e de trabalho, diante da crise do modelo produtivo Taylorista/Fordista nos anos 70 -, esta pesquisa tem o propósito de analisar, na atividade industrial de Rio Claro, SP, a introdução/existência de relações flexíveis de trabalho, bem como a permanência (ou não) daquelas relações tradicionais (ou rígidas) de trabalho. A partir de um levantamento realizado em 2001, em 60 estabelecimentos industriais localizados no referido município, encontramos um quadro híbrido, o qual demonstra que as práticas “fordistas” de produção e de organização do trabalho, embora não sejam mais hegemônicas, continuam a ser utilizadas, de forma única, ou em arranjos/combinções mais flexíveis (subcontratação inter-firmas, contratação de trabalho temporário, em tempo parcial e a domicílio). Assim, ao articularmos a teoria de base adotada em nosso estudo, com as evidências percebidas na investigação empírica, concluímos que há em Rio Claro uma reprodução do que acontece em escala global, ou seja, a coexistência de dois sistemas antagônicos de produção industrial: um ainda baseado no paradigma Fordista, em reestruturação há três décadas, e outro “flexível”, em progressiva difusão. Enfim, sabendo que as relações flexíveis de produção e de trabalho constituem uma das facetas do processo global de reestruturação produtiva da indústria, já se pode vislumbrar em Rio Claro, um exemplo de “local” que, ainda que de maneira tímida, está acolhendo o “novo” representado pelas mudanças derivadas de forças econômicas e políticas exógenas. Ainda mais notável é que esse exemplo, ao aparecer de forma híbrida, demonstra que mantém também o vigor/resistência da atividade industrial pautada no paradigma produtivo Taylorista/Fordista, ainda bastante arraigado na indústria brasileira.

**Palavras Chave:** sistemas produtivos; reestruturação; relações de produção; relações de trabalho.

## ABSTRACT

Using as conceptual basis the process of restructuring of the world productive system - which manifests changes in the relations of production and work, before the crisis of the Taylorist/Fordist productive model in the seventies -, this research has the purpose of analyzing, in industrial activity of Rio Claro, SP, the introduction/existence of flexible relations of work, as well as the permanence (or not) of those traditional relations (or rigid) of work. Starting from a study accomplished in 2001, in 60 industrial establishments localized in mentioned city, we found a hybrid scene, which demonstrates that the "fordists" practices of production and organization of the work, although they are not more predominant, they continue to be used, as unique form, or in more flexible arrangement/combinations (subcontraction inter-firms, recruiting of temporary work, in part-time and household). Like this, to the we articulate the base theory adopted in our study, with the evidences noticed in the empiric investigation, we concluded that there is in Rio Claro a reproduction of that happens in global scale, that is to say, the coexistence of two antagonistic systems of industrial production: one still based on the Fordist paradigm, in restructuring three decades ago, and another "flexible", in progressive diffusion. Finally, knowing that the flexible relations of production and work constitute one of the facets of the global process of productive restructuring of the industry, it is possible to shimmer in Rio Claro, an example of "place" that, although in a shy way, is adoption the "new" represented by the derived changes of external economic and political forces. Still more notable is this example, when appearing in a hybrid form, it also demonstrates that it keeps the force/resistance of the activity industrial ruled in the Taylorist/Fordist productive paradigm, still quite rooted in the Brazilian industry.

**Words Key:** productive systems; restructuring; production relations; work relations.

## INTRODUÇÃO

É de longa data que o trabalho, como fator de produção, vem sendo abordado nos estudos geográficos, aparecendo, sobretudo, nos modelos explicativos da localização da atividade industrial.

Durante os anos 50 e 60, estudos previamente realizados pelos economistas Weber e Lösch (apud MANZAGOL, 1985) serviram de referência e base para a utilização das teorias clássicas de localização industrial em trabalhos geográficos. Tal bibliografia foi fundamental para que o “trabalho” fosse amplamente reconhecido como um dos fatores condicionantes da localização industrial. Assim, com base na teoria econômica e na teoria da localização, os dois pilares teóricos da Geografia Industrial tradicional (POUNDS, 1961; ALEXANDERSSON, 1967; ESTALL e BUCHANAN, 1976), o trabalho foi enfatizado por geógrafos como um “fator de produção”, principalmente para as indústrias cujo processo era trabalho-intensivo, ou cujo custo do trabalho era responsável por uma grande parte do valor acrescido no produto.

Este, no entanto, era um enfoque reducionista, e caracterizou a fase da estruturação do Capitalismo Industrial, apoiada sobre os sistemas de produção Taylorista e Fordista. Neles, a figura do trabalhador no processo produtivo era vista e percebida como um simples “apêndice” das máquinas, uma visão puramente economicista, a-histórica, a-temporal e desprovida de preocupações sociais, já que não se reconhecia no “fator” trabalho a imanência com a existência humana e a vida social.

Nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, mudanças profundas ocorridas nos âmbitos científico, tecnológico, econômico e social repercutiram sobre os campos filosófico e metodológico da ciência geográfica, originando novas abordagens, fosse a fenomenológica, fosse a marxista, exposta pela Geografia Crítica ou Radical, tidas como mais aptas para explicar o mundo que

então se transformava celeremente, inclusive no que concerne ao aspecto do trabalho.

Durante os anos 70, concomitantemente à efervescência existente no meio acadêmico, no sentido de apreender o movimento da realidade através de novas teorias e métodos de interpretação, os países desenvolvidos viram-se envoltos por uma crise do sistema de acumulação capitalista. Rendidos pela necessidade de alterações na estrutura produtiva vigente, a fim de revigorar taxas de lucro em queda, não lhes restou outra saída senão uma drástica transformação na rigidez técnica da organização da produção e da mão-de-obra permanente. Além da redução do tamanho dos estabelecimentos industriais e da reorganização produtiva, através do uso intensivo de tecnologias flexíveis, como máquinas multifuncionais manipuladas por trabalhadores polivalentes (ALTMAN, 1996), o aparecimento de novas formas de relações trabalhistas - como, por exemplo, o caráter do emprego passar a ser temporário, parcial e/ou domiciliar -, também estampou o cenário das mudanças.

Em poucas décadas, toda essa reestruturação produtiva, que viria a dar origem a um sistema técnico de produção industrial conhecido como de “especialização flexível”, tomou dimensão global e passou a ser o elemento central de um suposto novo ciclo de desenvolvimento e expansão do sistema econômico capitalista, com base em um regime de “acumulação flexível”, bem como passou a revelar uma nova ordem social, apoiada na flexibilidade dos processos de produção, dos mercados de trabalho, de produtos e de padrões de consumo.

Enfim, todas essas mudanças que têm atingido o “trabalho”, notadamente a partir da crise do sistema de produção fordista, exigem que se lhe dê um novo tratamento, diferente daquele oferecido pela Geografia Tradicional e Neoclássica, que o reduzem a um simples “fator” de produção industrial. Todavia, não se pode perder de vista que o capitalismo busca alcançar, com seu novo ciclo baseado na

“flexibilidade” produtiva e nas relações de trabalho, assim como nas inovações tecnológicas, àquele mesmo objetivo almejado desde o início da Revolução Industrial, qual seja, o máximo lucro possível, em detrimento de qualquer interesse do trabalhador.

Nesta problemática é que se insere o estudo aqui proposto, que busca elucidar as relações de trabalho existentes na atividade industrial de Rio Claro (SP), como forma de estudo do processo global de reestruturação produtiva da indústria. O caminho explanatório a ser desenvolvido encontra-se balizado por três conjuntos temático-teóricos inter-relacionados: 1) a reestruturação do sistema produtivo capitalista mundial (transição do sistema de produção Fordista para o sistema de “especialização flexível”); 2) as transformações ocorridas na organização da produção e nos processos de trabalho; e 3) a dinâmica e a estrutura do mercado de trabalho industrial.

No contexto de transformações acima aludido, pretendemos analisar a situação do espaço rioclarense enquanto arranjo de forças endógenas (fatores econômicos, sociais e culturais locais) e de forças exógenas (ditames nacionais e internacionais). Como muitos outros municípios industrializados do Brasil, Rio Claro tem recebido influências mundiais na atual fase do capitalismo, a ponto de se estabelecer uma inter-relação global-local indiscutível, em vários aspectos sócio-econômicos; contudo, cabe esclarecer que, ao mesmo tempo em que reconhecemos o município de Rio Claro como uma parte indissociável do mundo e de suas inevitáveis influências, também admitimos que forças internas específicas atuam, podendo atenuar, reforçar, ou até mesmo oferecer resistência às forças exógenas. Como lembram Bunnell e Coe (2001, p. 589), (...) “os fatores econômicos, sociais e culturais locais ou regionais interferem nos ditames internacionais”. Com uma concepção semelhante, Santos (1994, p. 37) acrescentou que o espaço aparece como “um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o

vigor da herança material e cultural, a força tranqüila que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar”.

Assim, é tendo como pano de fundo essa articulação dialética entre o espaço local e as forças do mundo que nele convergem, que pretendemos analisar, na atividade industrial de Rio Claro, a permanência (ou não) de relações tradicionais (ou rígidas) de trabalho, bem como a introdução/existência de relações flexíveis de trabalho, além de buscar caracterizá-las, quantitativa e qualitativamente.

Rio Claro parece constituir um caso apropriado para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Tem como sede uma cidade média, com relativo bom desenvolvimento econômico (em 2000, era o 31º. município do Estado de São Paulo quanto ao Valor Adicionado pela indústria); existe a ocorrência tanto de estabelecimentos antigos quanto recentes, o que, pelo menos teoricamente, leva à suposição da coexistência de forças antagônicas; possui uma estrutura industrial relativamente diversificada (embora com ênfase nos ramos químico, de produtos alimentares e de confecções), o que não “afunila” os resultados para alguns (ou um) ramos e/ou setores; os estratos dimensionais investigados abrangem dos “muito pequenos” aos “muito grandes” estabelecimentos, o que permite avaliar realidades produtivas diversas; há tanto capitais locais/regionais (forças endógenas) quanto empresas multinacionais (agentes exógenos), o que provavelmente deve propiciar uma avaliação do confronto, do jogo de forças localmente estabelecido. Enfim, não é uma grande cidade industrial ou metrópole, onde seria lógico esperar grande penetração das forças globais, nem é uma pequena cidade interiorana dominada por atividades econômicas “tradicionais”, onde agentes sociais locais supostamente dominam.

Em suma, Rio Claro constitui um exemplo de ocorrência industrial suficientemente adequado aos nossos propósitos, além de ser o espaço de nossa

vivência, onde pesquisar pode se tornar uma tarefa menos árdua e dispendiosa do que o seria em outros lugares.

Em última instância, poder-se-ia afirmar que a pesquisa aqui proposta também tem como escopo contribuir para a erradicação de uma visão clássica não-humanista do trabalho, bem como fornecer alguns subsídios que salientam a relevância e a complexidade do trabalho nesta nova etapa do processo de acumulação capitalista, caracterizada pelo sistema de produção flexível. Assim, acreditamos que a realização de um estudo em escala local, a ser confrontado com as teorias existentes sobre a reestruturação produtiva mundial (veiculada pela “especialização flexível”, e sua inevitável influência sobre as relações de trabalho e o dinamismo do mercado de trabalho na atividade industrial brasileira), poderá contribuir não somente para a Geografia, mas também para as demais ciências sociais que se preocupam em estudar as relações de produção e de trabalho na sociedade capitalista contemporânea.

## **CAPÍTULO 1. DELINEANDO A EXPLANAÇÃO: OS EIXOS TEMÁTICO-TEÓRICOS ADOTADOS E O PERCURSO METODOLÓGICO TRILHADO**

### **1.1. Os eixos temático-teóricos**

Para analisar a atuação do processo de reestruturação produtiva na atividade industrial local e, principalmente, sua influência nas relações de trabalho, faz-se necessário um conhecimento prévio do comportamento das economias desenvolvidas neste contexto de mudanças, assim como sua posterior conformação no âmbito nacional.

Para uma melhor compreensão desta temática, partimos do ponto de vista de que é necessário analisar, primeiramente, um conjunto de fatores que desencadearam, a partir dos anos 70, a crise do sistema de acumulação capitalista mundial, pautado no modelo de produção Taylorista/Fordista que, por conseguinte, induziu o processo de reestruturação organizacional das indústrias, bem como as mudanças nas relações de trabalho e nas exigências do mercado de trabalho industrial. Assim, três eixos temático-teóricos inter-relacionados devem ser enfatizados: 1) a reestruturação produtiva e seus efeitos sobre as relações de trabalho; 2) a flexibilização das relações de trabalho na indústria brasileira; e 3) a dinâmica do mercado de trabalho em face das intensas mudanças ocorridas nas economias industriais.

#### **1.1.1. A reestruturação produtiva e seus efeitos sobre as relações de trabalho**

As modificações no contexto econômico, social e tecnológico, assim como nos padrões de concorrência internacional em meados dos anos 60, fizeram com que as grandes indústrias dos países desenvolvidos, regidas pelo austero regime de acumulação Taylorista/Fordista, enfrentassem uma crise repleta de antecedentes.

De forma detalhada, Schoenberger (1988) e Storper e Scott (1989) revelaram que o regime de acumulação Fordista entrou em crise estrutural, dado o esgotamento do sistema de acumulação em face do modo de regulação social vigente. Os principais pontos de estrangulamento do regime Taylorista/Fordista foram:

- a forma rígida de organização da produção, com máquinas dedicadas à execução de uma única tarefa/produto, e também com mão-de-obra rigidamente voltada para uma única especialidade.
- a relativa estagnação tecnológica.
- a estagnação da produtividade industrial, que atingiu seus limites sob os métodos tayloristas de produção, o mesmo ocorrendo com a capacidade de aumento dos lucros.
- o crescimento da militância operária, exacerbando o conflito capital-trabalho.
- a relativa saturação dos mercados consumidores com produtos poucos diferenciados.
- a saída de capitais dos países desenvolvidos, a qual provoca uma crise produtiva, financeira e social em cidades e regiões dos mesmos, “de-industrializando-as”.
- a concorrência dos novos países industriais, principalmente o Japão, acirrando a competição a nível internacional.
- o drástico aumento das despesas públicas para manter o “Estado do Bem Estar” em plena operação, o que provocou aumentos gradativos de impostos.
- a crise do petróleo, que vem agravar consideravelmente a “estagflação” do sistema capitalista.

Principalmente em nome da competitividade, muitas empresas passaram por uma racionalização produtiva, orientada para a obtenção de maior flexibilidade na utilização do capital e do trabalho, com vistas à redução máxima dos custos, da ociosidade dos fatores produtivos e dos riscos impostos pela instabilidade e mutação dos mercados. Esse processo teve suas perspectivas crescentemente abertas pelo rápido desenvolvimento e incorporação dos novos equipamentos informatizados e flexíveis, pela introdução de novos métodos de organização produtiva (*kanban*, *just-in-time* etc), e pelo processo de especialização e desverticalização produtiva que se articulou ao desenvolvimento de todo um sistema de subcontratação de produção e serviços (DEDECCA, 1999, p. 23).

Numa visão similar, Soares (1997, p. 24) explicitou de forma mais detalhada esse novo paradigma produtivo, conhecido como “especialização flexível”.

A “especialização flexível” apresenta três grandes características: a primeira delas são as inovações tecnológicas trazidas pela informática, pela microeletrônica e pela descoberta de novos materiais, que possibilitaram um grande aumento da produtividade e uma maior flexibilidade dos processos produtivos.

A segunda é expressa pela mudança das relações entre as empresas, onde se dissemina a prática da terceirização, que consiste na tentativa de concentrar esforços naquelas atividades sobre as quais a empresa detém evidentes vantagens competitivas, desmembrando parte de suas outras atividades e passando a adquirir serviços e insumos de outras empresas, sejam elas nacionais ou não. Expressando, desta forma, uma tendência de descentralização empresarial e desverticalização industrial.

A última refere-se ao advento de novos processos organizacionais na produção e no trabalho interno das empresas que objetivam, fundamentalmente, o aumento da eficiência. Para isso, tem-se

procurado diminuir o número de níveis hierárquicos como forma de agilizar a tomada de decisões por meio, principalmente, de uma maior coordenação interna entre as várias áreas e departamentos. Isto tem possibilitado a maior participação do trabalhador na gestão do processo de produção. Para tanto, exige-se dele aptidão para trabalhar em equipe, para adequar-se a mudanças no tipo de atividade que irá desempenhar, para exercer liderança, etc (SOARES, 1997, p. 24).

Conforme as constatações de Gitahy (1994, p.144), esta nova forma de organização industrial recebe diversas designações na literatura internacional: “pós-fordismo”, para a escola de regulação francesa; “novo paradigma técnico-econômico”, para os neoschumpeterianos; “estratégia PIW”, na literatura escandiva; “especialização flexível”, para Piore e Sabel; “systemofacture”, para Hoffman e Kaplinsky; “lean production”, ou “produção enxuta”, para Womack, do grupo do programa sobre o futuro automóvel do MIT. Todas, entretanto, tratam do mesmo fenômeno.

Analisando não somente as novas experiências nos domínios da organização industrial, mas também da vida social e política, Harvey (1992, p. 140), reconheceu um novo regime de acumulação capitalista, que chamou de “acumulação flexível”, marcada por um confronto direto com a rigidez do regime fordista.

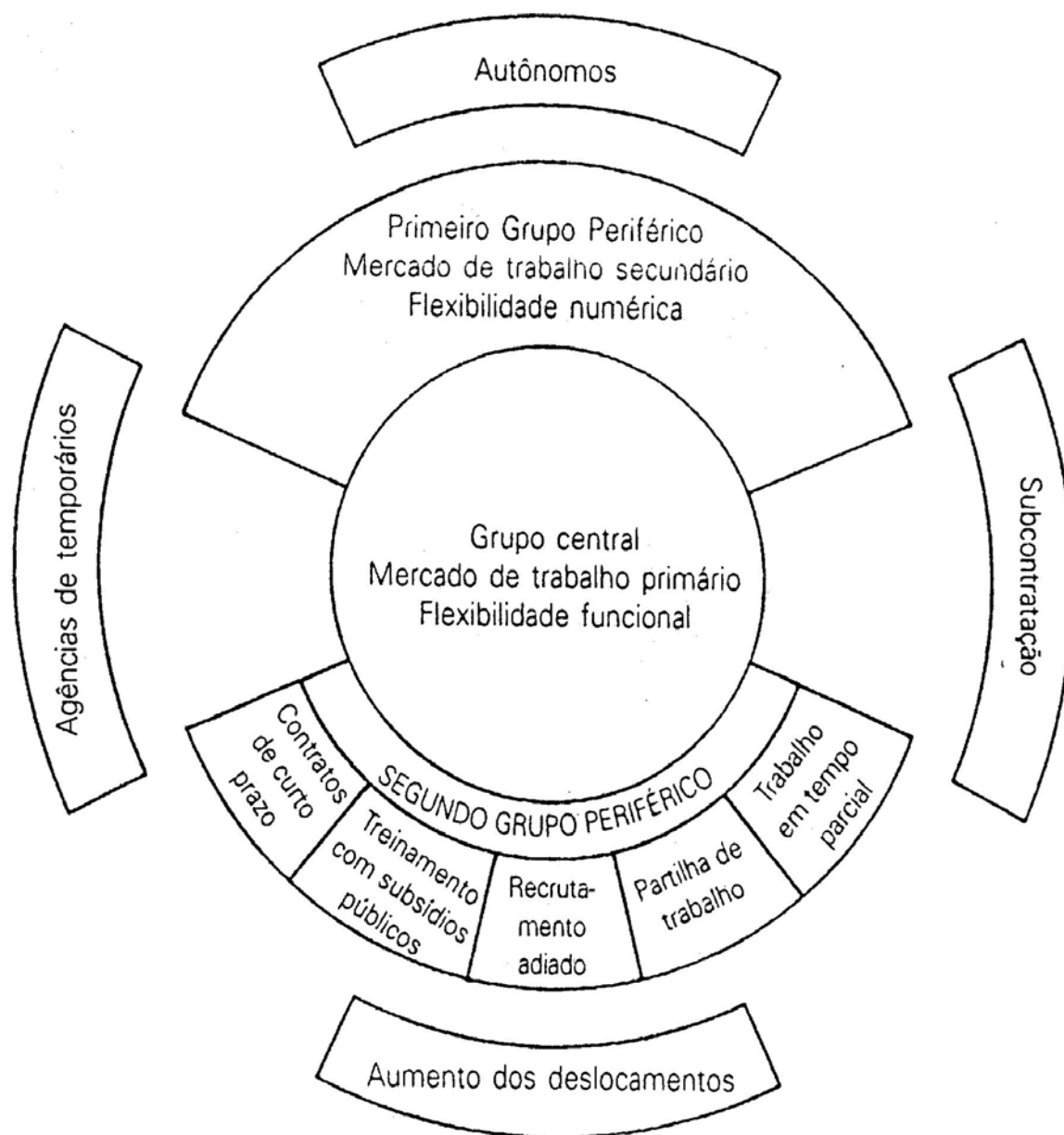
A “acumulação flexível” se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do

desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício), para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados. Ela também envolve um novo movimento - o de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista –, os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 1992, p. 140).

Retornando às questões intrínsecas à organização industrial, é mister ressaltar que, diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os padrões industriais tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical (uma das colunas políticas do regime fordista) e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados), para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. É difícil esboçar um quadro geral claro, visto que o propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa. Mesmo para os empregados regulares, sistemas como “nove dias corridos”, ou jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução de demanda, vêm se tornando muito mais comuns. Mais importante do que isso é a aparente redução do número de empregados regulares em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 1992).

O resultado é uma estrutura de mercado de trabalho do tipo detalhado na Figura 1, extraída de *Flexible Patterns of Work* – 1986, do *Institute of Personal Management* (apud HARVEY, 1992).

Figura 1: Estruturas do mercado de trabalho em condições de acumulação flexível



Fonte: *Flexible Patterns of Work* – 1986, do *Institute of Personal Management* (apud HARVEY, 1992:143).

O centro – grupo que diminui cada vez mais, tanto na América do Norte como na Europa Ocidental – compõe-se de empregados “em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização”. Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e de reciclagem, e de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas, esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel. Os custos potenciais da dispensa temporária de empregados do grupo central em época de dificuldade podem, no entanto, levar a empresa a subcontratar mesmo para funções de alto nível (que vão de projetos à propaganda e à administração financeira), mantendo o grupo central de gerentes relativamente pequeno. A periferia abrange dois subgrupos bem distintos. O primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho como pessoal do financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado”. Com menos acesso a oportunidades de carreira, esse grupo tende a se caracterizar por uma alta taxa de rotatividade, “o que torna as reduções de força de trabalho relativamente fáceis por desgaste natural”. O segundo grupo periférico “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico”. Todas as evidências apontam para um crescimento bastante significativo desta categoria de empregados nos últimos anos (HARVEY, 1992).

Desse modo, a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custo quando as coisas ficam ruins. Na Inglaterra, os “trabalhadores flexíveis” aumentaram em 16%, alcançando 8,1 milhões

entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram em 6%, ficando em 15,6 milhões. Mais ou menos no mesmo período, cerca de 1/3 dos dez milhões de novos empregos criados nos Estados Unidos estavam na categoria “temporário” (HARVEY, 1992).

De forma muito original, e não menos reflexiva, Cappelli (apud PASTORI, 2002, p. 1), ponderou que:

No modelo do trabalho fixo, o trabalho era visto como uma espécie de casamento (de anos e anos) entre o trabalhador e a empresa. No modelo emergente, o trabalho se baseia em uma sucessão de divórcios e recasamentos. Reduz-se a responsabilidade da empresa para manter o emprego e aumenta a dos trabalhadores para avançar na sua trajetória profissional (CAPPELLI apud PASTORI, 2002, p. 1).

Tendo em vista que todas as ações do capital se dão em detrimento do trabalho, “[...] esse **realinhamento da relação capital/trabalho** gerou uma crescente insegurança do emprego [...]” (MATTOSO, 1994, p. 15, grifo nosso), pois a redução de empregos estáveis ou permanentes nas empresas vai criando espaço para o aparecimento de formas menos rígidas de contratação de trabalho.

Em uma obra mais recente, Mattoso (1995, p. 93) acrescentou que a contratação de trabalhadores em condições de eventualidade, “além de gerar precariedade, ocasiona maior insegurança na renda, pois os rendimentos do trabalhador tornam-se crescentemente variáveis, instáveis ou sem garantia”.

Mais adiante, o autor ressaltou a insegurança na organização dos trabalhadores:

[...] em uma situação desta natureza, causaria surpresa se não se ampliasse a insegurança na organização dos trabalhadores, colocando suas organizações na defensiva, enfraquecendo suas práticas reivindicativas de conflito e negociação e, na grande maioria

dos casos, reduzindo seus níveis de sindicalização (MATTOSO,1995, p. 93).

Montagner e Brandão (1994, p. 154), também enfatizaram os impactos de ordem social desta flexibilização nas relações de trabalho na indústria, especialmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil, argumentando que tem ocorrido um aumento na rotatividade dos indivíduos nos postos de trabalho. Para ilustrar tal situação, as autoras fizeram menção à região metropolitana de São Paulo:

[...] é crescente o número de trabalhadores desqualificados que permanecem no mesmo emprego por períodos extremamente curtos, muitas vezes insuficientes para adquirir qualquer experiência, ou para se qualificar ao programa de seguro-desemprego (MONTAGNER e BRANDÃO, 1994, p. 154).

Como bem lembra Marx (apud CARLEIAL, 1994, p. 64), “o trabalhador como vendedor “livre” de sua força de trabalho sucumbe sem qualquer resistência a certo nível de desenvolvimento da produção capitalista”. Neste sentido, não podemos perder de vista que os avanços tecnológicos e os novos equipamentos informatizados inerentes à “especialização flexível”, também fazem, de certa forma, sucumbir o trabalho humano.

Ao realizar uma análise histórica do padrão de acumulação capitalista, Tumulo (2000, p. 12), considerou que a mecanização e, posteriormente, a automação constituem “instrumentos eficazes na redução do preço da força de trabalho, assim como são armas na luta da classe capitalista contra as formas de resistência e organização dos trabalhadores”. Mais adiante, o referido autor afirmou que as palavras de Marx escritas na obra “O Capital”, de certa forma, ainda são cabíveis nos dias atuais:

[...] a maquinaria, como meio de trabalho, logo se torna um concorrente do trabalhador[...]. A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói; [...] a parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada; inunda, por outro lado, todos os ramos acessíveis da indústria, abarrota o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo do seu valor (TUMULO, 2000, p.13).

Diante das mudanças no âmbito tecnológico, assim como nas relações de produção e de trabalho industrial, ocorridas nas últimas décadas, aquela abundante mão-de-obra desqualificada e doutrinada pelos princípios fordistas de produção (baseados na rígida divisão do trabalho, na prescrição individual de tarefas rotineiras e na falta de autonomia), já demonstra sinais de esgotamento em muitos ramos industriais. Esse tipo de mão-de-obra está, por um lado, sendo suprimido por um reduzido número de trabalhadores multifuncionais, pautados pelos princípios da flexibilidade e pela capacidade de oferecer respostas rápidas e eficientes em contextos marcados pela mudança e pela incerteza; e está, por outro lado, potencializando a segmentação do mercado de trabalho.

A recente relação tecnologia/trabalho e seus desdobramentos sociais vêm sendo muito discutidos no meio acadêmico nas duas últimas décadas. Como abordou Singer (1999, p. 18):

O conjunto de mudanças tecnológicas que tem beneficiado a indústria afeta profundamente os processos de trabalho e, com toda certeza, expulsa do emprego milhões de pessoas que cumprem tarefas rotineiras, que exigem um repertório limitado de

conhecimentos e, sobretudo, nenhuma necessidade de improvisar em face de situações imprevistas” (SINGER,1999, p. 18).

Rattner (1985, p. 76), compartilhando do mesmo pensamento, explicitou que “a nova tecnologia, baseada nos circuitos integrados e equipamentos microeletrônicos variados, altera a composição orgânica do capital e elimina empregos que exigem qualificações convencionais”.

Rifkin (1995, p.152), em consonância com as concepções até então descritas, acrescentou uma situação de marginalidade enfrentada pelos trabalhadores:

Em virtualmente todas as principais atividades industriais, a mão-de-obra humana está sendo substituída por máquinas. Atualmente, milhões de homens e mulheres em todo mundo estão presos entre eras econômicas e cada vez mais marginalizados pela introdução de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra. Por volta das décadas centrais do próximo século, o operário terá passado para a história, vítima da Terceira Revolução Industrial e da implacável marcha rumo à eficiência tecnológica (RIFKIN,1995, p.152).

Expressando conformidade com os argumentos até então citados, Castells (1999, p. 273) mencionou que:

A difusão da tecnologia em fábricas, escritórios e serviços reacendeu um temor centenário dos trabalhadores de serem substituídos por máquinas e de se tornarem impertinentes à lógica produtiva que ainda domina nossa organização social (CASTELLS, 1999, p. 273).

Para Pinheiro e Santos (1997, p. 422), “assiste-se hoje à passagem da euforia, em que o crescimento se fazia acompanhar do emprego, para um momento de perplexidade, no qual crescimento não significa, necessariamente, maiores níveis de emprego”. Contudo, analisando o processo histórico do capitalismo, podemos

afirmar que, em tese (COSTA, 1983, p. 46), “o aumento da produtividade é conseguido através da mecanização e automação, bem como da dispensa do trabalho humano”.

Numa visão conclusiva, Drancourt (1993, p. 51) declara que “as sociedades capitalistas estão vivenciando uma dissociação entre o crescimento econômico e a dinâmica da criação de empregos”.

No Brasil, uma pesquisa empírica realizada por um grupo de estudos do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), registrou que o crescimento da economia entre 1990 a 2001 não compensou os efeitos da modernização tecnológica, principalmente no que diz respeito ao “desemprego tecnológico” A esse respeito, Bernardes (2004, p. B7) destacou que:

A indústria brasileira fechou 804,8 mil postos de trabalho devido à modernização tecnológica e às importações. Apenas nove setores industriais, de um total de 28, conseguiram, criar mais vagas do que reduzi-las nesse período.

A indústria têxtil fechou 180,4 mil empregos e lidera a lista de setores industriais que mais reduziram postos de trabalho. Em seguida vêm a indústria de mineral não-metálico (98,6 mil), a de material elétrico (80,5 mil), a de equipamentos eletrônicos (78,,3 mil), a de siderurgia (71,8 mil), a de artigos de vestuário (60,3 mil) e a química (45,2 mil).

Para esclarecer melhor essa redução de postos de trabalho nas indústrias do Brasil, os pesquisadores da UFRJ argumentaram que a diminuição de vagas desses 28 setores industriais por mudança tecnológica chegou a 3,63 milhões e, por importações, a 648,7 mil. A demanda doméstica resultou em um aumento de 2,76 milhões de vagas e as exportações, de 748,4 mil. Isto é, o saldo negativo em 804,8 mil vagas no período (BERNARDES, 2004, p. B7).

O temido “desemprego tecnológico”, muito discutido no âmbito da Economia, da Sociologia da Produção e de outras disciplinas afins, não está restrito aos trabalhadores do chão de fábrica, ou seja, os operários. Rifkin (1995, p. 108), baseado na realidade norte-americana, e Pires (1995, p. 80), apoiado na economia brasileira, ressaltam que a gerência média também está sendo eliminada do organograma empresarial em virtude da introdução da reengenharia organizacional, e de novas e sofisticadas tecnologias de informação e comunicação.

Para ilustrar as palavras de Rifkin (1995), Moura (1998, p. 119) forneceu alguns dados numéricos acerca da extinção dos empregos nos Estados Unidos:

[...] o uso extensivo e crescente de novas tecnologias, inclusive das tecnologias de gestão, tem causado desemprego a nível já preocupante. A GM (General Motors), a maior empresa do mundo, eliminou 250.000 empregos, desde 1978. A Goodyear, em 1992, aumentou 30% a produção de pneus (comparado a 1988), porém com 24.000 postos de trabalho a menos. A United State Steel, que em 1980 tinha 120.000 trabalhadores, chegou a 1990 com apenas 20.000. E a AT&T, devido às inovações tecnológicas, como redes em fibra ótica, transmissão digital, comunicação via satélite etc, cortou 179.800 empregos, entre 1981 e 1988 (MOURA, 1998, p. 119).

Temerosos pelo avultamento de uma crise social gerada pelo “desemprego tecnológico”, alguns países desenvolvidos têm investido recursos financeiros em programas de qualificação de trabalhadores. A Comunidade Européia é um exemplo (BENNET; KREBS, 1994) pois, desde 1986, realiza o Programa de Desenvolvimento do Mercado de Trabalho Local, que abrange 33 áreas consideradas “laboratórios de aprendizagem” para a geração de emprego.

Na França, Aznar (1997) analisou a Lei Robien, votada em junho de 1996, proposta para reduzir o tempo de trabalho e, conseqüentemente, as taxas de desemprego. Contudo, ele ressalta que “a redução do tempo de trabalho deve ser

necessariamente acoplada a outras estratégias coletivas para reduzir o desemprego, criando empregos fora da empresa clássica, no que se chama “terceiro setor”.

Diante de todas essas concepções que consideram a vigência da era da falta de empregos, cabe tecer outras considerações, que se contrapõem às primeiras.

Os serviços de estatística dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que exibem a eliminação acelerada de dezenas de milhares de postos de trabalho nos ramos industriais tradicionais - automobilísticas, fábricas de autopeças, metalúrgicas e indústrias têxteis -, também apontam para a expansão de oportunidades para os trabalhadores nos ramos mais dinâmicos do setor secundário, como, por exemplo, nas empresas de telecomunicações, de informática e de microeletrônica (MAGNOLI et al, 1997). Vale acrescentar que, nas últimas duas décadas, a diminuição de empregos industriais nos países desenvolvidos vem sendo relativamente compensada pela criação de empregos no setor de serviços: “o setor terciário ocupa 73,1% da população economicamente ativa nos Estados Unidos, 71,9% na Grã-Bretanha e 68,3% na França”. (MAGNOLI et al, 1997, p. 25)

Na verdade, estamos presenciando, em âmbito mundial, mais uma onda de inovação tecnológica, que no passado destruiu milhões de empregos, mas teve como resultado final a criação de milhões de outros empregos, em novos setores e ramos da economia. Foi esse processo que no passado transferiu a força de trabalho da agricultura para a economia urbana e industrial. Enfim, trata-se de uma “destruição criadora” (conceito paradoxal estabelecido pelo economista J. Schumpeter), bastante característica do sistema capitalista que, historicamente, vem passando por períodos de crise e ruptura, seguidos de reestruturação e ascensão.

Por fim, não podemos deixar de mencionar que toda onda de inovação tecnológica impõe novas exigências quanto ao conhecimento e à qualificação/competência da força de trabalho. Desse modo, os trabalhadores mais

escolarizados e capacitados para desenvolver tarefas complexas têm maiores garantias de emprego diante das imposições dos recentes avanços tecnológicos.

### **1.1.2. A flexibilização das relações de trabalho na atividade industrial brasileira**

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva e a reorganização das relações de trabalho foram sendo delineados, ainda que de forma incipiente, em meados dos anos 80. Segundo Tavares (apud LEITE, 1997, p. 141), duas ordens de problemas começaram a corroer o andamento do modelo desenvolvimentista do Brasil: “de um lado, a crise financeira internacional, que comprometeu a capacidade de financiamento do Estado e de toda a economia; de outro, o esgotamento do próprio autoritarismo interno, abrindo espaço ao processo de redemocratização”.

Diante das pressões externas e internas, isto é, das exigências da competitividade internacional, como também do processo de abertura comercial iniciado nos anos 90 pelo Governo Collor, e desdobrado pelo Governo de FHC a partir de 1994, a atividade industrial brasileira passou a sofrer ajustes, com a intenção de reduzir custos e de ganhar flexibilidade.

Seguindo o padrão internacional, o processo de reestruturação produtiva no Brasil está, em geral, relacionado a dois tipos de relações de trabalho: a flexibilidade quantitativa e a flexibilidade funcional:

A flexibilidade quantitativa está associada à possibilidade de demissões e admissões, variedade das remunerações e ajustes quantitativos no tamanho da força de trabalho e nas horas trabalhadas. A flexibilização funcional, mais ligada a polivalência e a necessidade de uma força de trabalho mais globalmente integrada, exige mais estabilidade do emprego, porque só pode ser conquistada com maior investimento em treinamento e manutenção dos postos de

trabalho. Neste âmbito de reorganização dos processos de trabalho, devemos destacar a revalorização da escolaridade na indústria, já que a concorrência inter-industrial depende também da requalificação da estrutura ocupacional (AZEVEDO, 1997, p. 208).

Para Neto (2001, p. 184), as estratégias de flexibilidade funcional e numérica se acham também associadas a uma nova formação de salários. A flexibilidade salarial e a individualização dos salários são perceptíveis em tentativas de equacionamento que levem em conta a quantidade, o tipo de trabalho e o desempenho de cada trabalhador; trata-se da fórmula segundo a qual o pagamento do trabalhador depende de seu mérito, do mínimo de produtividade garantido e dos resultados da empresa. Nessas condições, verificam-se as desigualdades de renda entre os trabalhadores permanentes e uma população marginalizada sujeita ao trabalho legal esporádico. No mesmo sentido, Teixeira (apud NETO, 2001, p. 184) afirma que:

(...) o mundo do trabalho perdeu sua centralidade como princípio estruturador da sociabilidade (...) por conta da descentralidade do trabalho, demanda-se essa nova práxis política que se fundamenta na conquista de objetivos grupais ou segmentares, em vez de basear-se em princípios universais (TEIXEIRA apud NETO, 2001, p.184).

Podemos afirmar que as indústrias automobilísticas foram precursoras no uso da flexibilidade quantitativa e funcional da mão-de-obra no Brasil. Mergulhadas na “guerra” da competitividade, em virtude da política de abertura comercial, desde os primeiros anos da década de 90, as montadoras têm investido imensamente em automação, assim como têm realizado demissões em massa e priorizado a multifuncionalidade dos funcionários.

Segundo o depoimento de Osmani Teixeira de Abreu, diretor de relações trabalhistas da Fiat Automóveis e presidente do Conselho de Relações do Trabalho

da Federação das Indústrias de Minas Gerais, em 1996, “as montadoras chegaram a esse patamar mais cedo que outros ramos industriais, mas a indústria, de um modo geral, caminha para essas mudanças” (SANCHES e COSTA, 1996, p. 1). Mudanças essas que já foram estendidas para as indústrias metalúrgicas e de autopeças, pertencentes às redes de produção inter-industrial das automobilísticas.

No que se refere ao trabalhador polivalente, “ele é considerado um corolário do incremento das inovações organizacionais e tecnológicas que definem um modelo baseado na flexibilidade de produção” (ABREU, 1994, p. 52).

Outros estudiosos (SELINGARDI-SAMPAIO; PINHEIRO, 1994; OLIVEIRA, 2000) também fizeram menção ao trabalhador qualificado polivalente no contexto da reestruturação produtiva brasileira. Neste particular, as primeiras autoras apresentaram um quadro baseado em Morris (1988), e bem parecido com aquele descrito por Harvey (1992), no qual geralmente as empresas dispõem de um pequeno contingente de trabalhadores nucleares (“core”), com tempo integral e estabilidade no emprego, desenvolvendo atividades específicas como executivos, projetistas, técnicos, analistas de sistemas e operários especializados. A este grupo geralmente se vincula a flexibilidade funcional: intensamente treinados, certos empregados podem desempenhar múltiplas tarefas (no caso de operários, é o “polivalente”), sendo assim suprimida a rígida demarcação de funções que caracteriza a produção em massa, predominante no tradicional modelo taylorista/fordista, cuja ênfase se dava na separação da concepção e da execução, ou seja, toda a formação do trabalhador era exercida sobre o “fazer”, e não o “saber fazer”.

Em torno do grupo nuclear, operam trabalhadores periféricos, sujeitos à flexibilidade numérica, através de:

- trabalho temporário, no qual os contratos de trabalho são feitos por tempo determinado.

- trabalho por tempo parcial, quando o operário trabalha apenas algumas horas por dia, o que, em muitos casos, pode configurar subemprego.
- realização de tarefas em ambientes descentralizados (algumas nas próprias residências dos “empregados”), pelas facilidades proporcionadas pelas redes eletrônicas (GATES, apud PINHEIRO e SANTOS, 1997).

Enfim, entre os trabalhadores periféricos ocorre alta rotatividade no trabalho.

Sob a ótica de alguns sindicalistas do Rio Grande do Sul e do Paraná, que foram entrevistados (pesquisados) por Pinheiro e Santos (1997, p. 430), “as novas formas de organização do trabalho não correspondem aos interesses da classe dos trabalhadores, e sim, consistem em instrumentos a favor dos empregadores”, na intensa busca de reprodução ampliada do capital.

Conforme Arbix (1997, p. 481), as empresas – seus entornos e prioridades - vêm-se constituindo, nos últimos anos, como “os pólos mais dinâmicos das transformações econômicas, organizacionais e tecnológicas, desequilibrando velhos mecanismos reguladores sustentados por acordos entre representantes do Estado, do Capital e do Trabalho”. Isso significa que a empresa moderna estaria se consolidando como o *locus* gerador de novas relações de trabalho, baseadas, de um lado, na pulverização do poder sindical e, de outro, no afastamento do Estado de suas atribuições reguladoras.

Com apoio governamental, as empresas procuram desenvolver suas iniciativas, entendendo a “flexibilização” da força de trabalho como uma vantagem competitiva. Uma vez que agem sem nenhum balizamento de inexistentes políticas de emprego, de qualificação, de capacitação e de difusão tecnológica, as grandes

empresas tendem a deslocar o centro de gravidade das relações industriais para o nível micro, da fábrica, também como forma de se resguardar do sindicato.

É com base nessa política empresarial que se pode melhor entender a deliberada retração da atuação governamental no Brasil, que deixa livre o caminho para as empresas. Evidentemente, essa postura nada tem de inevitável. Trata-se, na realidade, de escolha política, imbuída em uma sólida aliança entre o governo e o empresariado “modernizador” (ARBIX, 1997, p. 484).

### **1.1.3. A dinâmica do mercado de trabalho diante das intensas mudanças industriais.**

Numa formulação conceitual, Pires (1995, p. 2) escreveu que o mercado de trabalho é:

o lugar em que as relações de trabalho aparecem permeabilizadas por compromissos tácitos entre indivíduos ou categorias personalizadas por agentes sociais distintos - empregadores e empregados -, onde a troca opera sob formas diversas de remuneração e reprodução social. Essas formas e acessos diferenciados dos indivíduos ao mercado de trabalho se legitimam entre as partes pactantes através de um contrato formal ou informal de trabalho, sob o reconhecimento ou não das leis trabalhistas do Estado (PIRES, 1995, p. 2).

Nas três últimas décadas, todas as transformações que tiveram curso no âmbito tecnológico e das relações de produção e de trabalho na indústria acabaram por alterar a dinâmica do mercado de trabalho industrial que, de forma geral, tem sido moldado a partir do modelo de desenvolvimento econômico que, por sua vez, tem sido revestido pelas estratégias empresariais que visam a racionalização produtiva e do emprego. Como lembra Van der Laan (1992, p. 488), “o mercado de

trabalho deve operar dentro dos efeitos do processo de produção, da demanda e da oferta do trabalho, do caráter da regulação e do desenvolvimento nas diferentes esferas espaciais”.

Ummus (2000, p. 20) sintetizou, de forma bastante esclarecedora, a atual situação do mercado de trabalho industrial, afirmando que o mesmo:

[...] está sofrendo alterações na sua forma de gestão e gerenciamento. Com a idéia de conter despesas e alcançar maior lucro e competitividade, os administradores redirecionam a política de suas empresas, reduzindo ao máximo o número de funcionários. As políticas econômicas de abertura do mercado, portanto, estão desvinculadas de acordos para a manutenção de empregos e do prévio investimento em políticas educacionais que qualifiquem o empregado para essas novas exigências (UMMUS, 2000, p. 20).

Braverman (1987, p. 55), considerando a relação assimétrica entre o capital e o trabalho, afirmou que:

[...] o trabalhador faz o contrato de trabalho porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida. O empregador, por outro lado, é o possuidor de uma unidade de capital que se esforça para ampliar e para isso converte parte dele em salários. Desse modo, põe-se a funcionar o processo de trabalho, o qual, embora seja em geral um processo para criar valores úteis, tornou-se agora especificamente um processo para a expansão do capital para a criação de um lucro (BRAVERMAN, 1987, p. 55).

Hardman e Leonardi (1991, p. 135), apoiados nas idéias marxistas que deslindaram as questões acerca da apropriação pelo capital da força de trabalho, reafirmaram que “a criação pelo operário de um valor excedente maior do que o valor de sua força de trabalho e não pago pelo capitalista, é a chave da acumulação de riqueza de toda a sociedade burguesa”.

De forma procedente, Aglietta (1979, p. 50) lembrou que as relações de produção capitalista constituem “um movimento que não pode ser exclusivamente o produto de uma lógica econômica. Requer relações políticas adequadas para a dominação da burguesia industrial, e isso implica de forma decisiva a presença do Estado”.

Pautados na realidade francesa, Lash e Bauguley (1988, p. 324) afirmaram que “o Estado sempre foi o centro do desenvolvimento da estrutura das negociações coletivas”. Mais adiante, os autores acrescentaram que se o Estado francês tem desempenhado “[...] um importante papel na organização das relações industriais - na multiplicação das classificações de emprego e na racionalização das normas de trabalho - ele tem também sido o principal responsável no movimento da desorganização e da flexibilidade”.

No compasso da flexibilidade vigente, o propósito de reduzir os custos totais da produção industrial criou formas de demanda de trabalho estruturadas hegemonicamente pelo empresariado, que reavivou um mercado de trabalho segmentado, onde a qualificação, a idade, o sexo e a raça são variáveis de suma importância no momento da contratação e das negociações salariais.

Numa análise abrangente, envolvendo os setores econômicos em geral, Doeringer e Piori (1971), pautados na visão neoclássica da segmentação, desenvolveram a “teoria dual do mercado de trabalho”, que estabelece dois grandes segmentos diferenciados na maneira pela qual o trabalho é pago ou recompensado, em cada um deles:

a) um setor “primário, ou “mercado interno”, característico de grandes empregadores, geralmente institucionais, que tende a recompensar o trabalho de forma a atrair aqueles com altos níveis de capital humano e/ou alta habilidade adquirida, e os encoraja, através de salários mais altos e de garantias de estabilidade no emprego, a nele permanecerem empregados.

b) um setor “secundário” ou “mercado externo”, no qual competem pessoas com baixos dotes de capital humano, visando a empregos semi-qualificados ou desqualificados, de baixo nível salarial e de estabilidade.

Storper e Walker (1989, p. 175), fazendo referência à segmentação do mercado de trabalho industrial, ressaltaram que:

[...] já é notável nos países industrializados o declínio nos níveis de empregos regulares, característicos daquelas indústrias de produção em massa (modelo taylorista/fordista), em contrapartida, os novos tipos de contratação com condições de emprego típicas do setor secundário do mercado de trabalho estão crescendo (STORPER e WALKER, 1989, p. 175, tradução nossa).

Avaliando, sobretudo, a situação dos trabalhadores industriais do “setor secundário”, Walker (1999, p. 275) argumenta que, “por estar sem rendimento algum, eles têm concordado trabalhar por tempo parcial ou por tempo determinado, frequentemente com salários baixos e sem benefícios. Este é um sinal da fraqueza e da superabundância do trabalho”.

Essa situação de grande disponibilidade de trabalhadores nos remete à tese marxista do “exército industrial de reserva”, segundo a qual existiria uma reserva de trabalhadores no mercado de trabalho, composta por pessoas de pouca ou nenhuma qualificação profissional, sujeitas a empregos desqualificados, de baixos salários, e sem estabilidade.

Como bem abordou Singer (1999, p. 13), os indivíduos que constituem “exército industrial de reserva” desempenham o mesmo papel que as mercadorias que sobram nas prateleiras: eles evitam que os salários subam”.

Ainda considerando a segmentação ou dualidade do mercado de trabalho, podemos afirmar que existem casos ilustrativos nos circuitos internacional e nacional que retratam a expansão do setor “secundário” ou “mercado externo” no

âmbito industrial. Em escala mundial, podem ser citados o uso do trabalho-intensivo e barato dos operários semi-qualificados ou desqualificados nas indústrias de eletrônicos de consumo em Hong-Kong, inserido na rede de subcontratação internacional (LUI e CHIU, 1993); a revitalização do trabalho a domicílio no ramo de confecções na Austrália (PECK, 1992), assim como a utilização da mão-de-obra negra desqualificada (45% mais barata que a branca) nas indústrias de confecções confinadas nas “Áreas de Determinação Salarial”, na África do Sul (ALTMAN, 1996). No Brasil, entre outros exemplos, foram detectadas a subcontratação informal de mão-de-obra domiciliar exclusivamente feminina pelas indústrias de confecções em Rio Claro (PINHEIRO, 1993; GALASSE E ANNUNCIATTO, 1994), e a intensificação do processo de feminização do trabalho industrial no município de Rio Claro (OLIVEIRA, 2000). Constatações empíricas, já formalizadas em nossa pesquisa acadêmica, também apontam a existência de trabalho temporário e parcial na atividade industrial em Rio Claro, caracterizando a não-estabilidade no emprego.

Diante de todas essas demonstrações de fragilidade da força de trabalho perante o capital e a conjuntura econômica, cabe ainda lembrar as palavras de Gough (1992, p. 266), segundo as quais:

[...] a competição está instalada entre os que vendem o seu trabalho. Empregados podem fazer concessões para seus patrões em salários, horas de trabalho - especialmente em épocas de crise - esperando aumentar a competitividade da empresa em sua área de atuação e, principalmente, manter seus empregos. A competição que se instala entre classes de trabalhadores ou no interior de uma mesma classe tende a enfraquecer a organização coletiva e a instaurar conflito entre os trabalhadores (GOUGH, 1992, p. 266).

Diante desse quadro analítico das recentes transformações na atividade industrial, abarcando mudanças nas relações de produção e de trabalho, bem como

no mercado de trabalho, esperamos que nossa pesquisa, envolvendo um estudo de caso no município de Rio Claro (SP), possa contribuir para o melhor entendimento da reestruturação produtiva e de seus desdobramentos sociais.

#### **1.1.4. As inter-relações entre o local e o global**

Após a exposição da problemática do nosso trabalho, a qual foi delineada por três eixos temático-teóricos inter-relacionados, temos agora a intenção de explicitar que esta pesquisa, apesar de ilustrada por um estudo empírico de escala local, está contextualizada no sistema capitalista, em sua fase mais recente que é a da globalização.

De modo geral, entendemos a globalização como um processo histórico recente, caracterizado pela interdependência entre os diferentes espaços do mundo. A evolução do processo da globalização se deveu, em grande parte, ao desenvolvimento das empresas transnacionais, que incorporaram ao espaço geográfico modernas tecnologias de informática, comunicação e transporte; tecnologias, estas, que reduziram as distâncias, facilitaram a transmissão de informações, e o controle sobre os territórios.

Como bem lembra Santos (1994), constitui-se sobre os territórios, nos dias atuais, o “meio técnico-científico informacional”, isto é, um momento histórico no qual a construção e a reconstrução do espaço se dão com um crescente conteúdo de tecnologia, ciência e informação. Esse conteúdo, essencial para a reprodução ampliada do capital empresarial, permite que os territórios adquiram uma fluidez e uma simultaneidade no que tange às relações exógenas.

Em outra obra, Santos (1999, p. 194) ressalta que os territórios nacional e local se transformam em espaços da economia internacional, e os sistemas de engenharia mais modernos, criados em cada país, são bem mais utilizados por firmas transnacionais do que pela própria sociedade nacional.

Neste sentido, partimos do pressuposto de que, nos dias atuais, o lugar está mais articulado às relações externas (nacionais e estrangeiras), e menos dominante, quanto ao comando local das ações que nele se exercem.

Um estudo empírico realizado por Mendes (1997) ilustra as reflexões até aqui expostas, pois evidencia a reorganização de uma economia industrial local diante de ditames externos, que forçam sua integração à economia globalizada. Ao realizar uma análise da estrutura produtiva do pólo têxtil de Americana (SP), o autor constatou a existência de uma nova fase da atividade industrial do município, sobretudo influenciada por forças exógenas ao pólo – a abertura do país ao comércio internacional, a política econômica adotada pelo Estado brasileiro, a economia cada vez mais competitiva e globalizada, que consegue produzir e comercializar produtos com qualidade a preços cada vez mais baixos. Na tentativa de sobreviver em meio a todas essas ações externas que avançaram sobre a economia do município, muitas indústrias têxteis se modernizaram, em termos técnicos, e se reorganizaram, em termos produtivos, adotando a subcontratação de tarefas como uma forma permanente de relação inter-industrial.

Ao escrever acerca da globalização da economia em uma obra mais recente, Santos (2001, p. 81) ressalta que todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e das empresas. Mais adiante o autor (2001, p. 82) expressa esta situação de forma mais pormenorizada, ao afirmar que:

Cada empresa utiliza o território em função de seus fins próprios e exclusivamente em função desses fins. As empresas hegemônicas apenas têm olhos para os seus próprios objetivos e são cegas para tudo o mais. Desse modo, quanto mais racionais forem as regras de sua ação individual, tanto menos tais regras serão respeitadas do entorno econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico (...) tudo que existia antes dessas empresas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a queda da solidariedade social. (...) a competitividade acaba por destruir as antigas

solidariedades, frequentemente horizontais, e por impor uma solidariedade vertical, cujo epicentro é a empresa hegemônica, localmente obediente aos interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao entorno (SANTOS, 2001, p. 82).

Diante de toda essa situação de supremacia empresarial, podemos afirmar que as empresas e suas racionalidades governam mais que os governos?

De certa maneira sim, pois como a grande empresa está preocupada com suas próprias metas, arrasta, a partir dessas metas, o comportamento do resto das empresas e instituições. O que resta da nação diante dessa realidade é uma verdadeira fragmentação do território, considerando que não há regulação possível, ou esta apenas consagra alguns atores, e estes, enquanto produzem uma ordem em causa própria, criam, paralelamente, desordem para tudo o mais. Como essa ordem desordeira é global, inerente ao próprio processo produtivo da globalização atual, ela não tem limites; não os tem, porém, porque também não tem finalidades e, desse modo, nenhuma regulação é possível, porque não é desejada. Esse novo poder das grandes empresas, cegamente exercido, é, por natureza, desagregador, excludente, fragmentador, seqüestrando autonomia aos demais atores (SANTOS, 2001, p. 86).

Para Scott (apud UITERMARK, 2002, p. 744), se o poder do Estado-nação era absolutamente central dentro de uma estrutura internacional relativamente estável até o início dos anos 60 - o que permitia aos governos nacionais serem guias dos processos econômicos -, atualmente, com a crise da estrutura do sistema de regulação do Bem-Estar Social veiculada pela globalização, há a necessidade de redefinir a função do Estado-nação que, na maioria das vezes, está acatando as decisões/ações das empresas multinacionais e das instituições supra-nacionais - Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio e Banco Mundial, entre outros.

Numa demonstração de concordância, Uitermark (2002, p.747), acrescentou que é fato consumado a porosidade das fronteiras nacionais diante da crescente importância econômica e política das grandes empresas e das entidades supra-nacionais, que estão abalando aquela posição do Estado-nação como uma escala “natural” para as negociações e o cumprimento dos compromissos externos.

Mais adiante, Uitermark (2002, p. 755) fornece um exemplo ilustrativo da perda do poder do Estado-nação, ao fazer uma análise da política econômica vigente na Holanda desde os anos 80. O autor enfatiza a ocorrência de uma onda de reformas liberais no âmbito europeu que, por sua vez, tem afetado o país através do desmantelamento dos arranjos do bem-estar social e do protecionismo econômico até então proporcionados pelas decisões/ações dos agentes políticos nacionais. Neste trecho, o autor destaca que a subordinação do trabalho às demandas do capital está mais exacerbada do que em épocas passadas.

Santos (2001, p. 66), mais uma vez, demonstrando conformidade com a situação de abatimento dos Estados, explicitou que as fronteiras estão se tornando porosas para o dinheiro e para a informação das grandes empresas. Desse modo, o território deixa de ter fronteiras rígidas, o que leva ao enfraquecimento e à mudança de natureza dos Estados nacionais.

Contudo, em outra obra, Santos (1999, p. 195) ressalta uma situação de contra-ponto ao assegurar que, apesar de verificarmos uma verdadeira “erosão da soberania nacional”, não devemos acreditar que o Estado-nação se tornou desnecessário. Pautado em outros pesquisadores, o citado autor lembra que:

Na realidade, a emergência de organizações e firmas multinacionais realça o papel do Estado, tornado mais indispensável do que antes. “Se o capitalismo tem hoje dimensões internacional, multinacional, mundial, ele também não perdeu sua dimensão nacional”, diz M. Beaud (1987, p. 50). Segundo Hirst & Thompson (1992), “não temos

uma economia completamente globalizada, mas uma economia internacional, cujas respostas são dadas pelas políticas nacionais”. Para Peter Dicken (1994, pp 103 e 146), que os cita, “não apenas os estados ainda são atores importantes, como têm a capacidade de encorajar ou inibir a integração global ou nacionalmente responsável frente aos desígnios das empresas transnacionais” (SANTOS, 1999, p. 195).

Como se percebe, tanto as demonstrações factuais, como as argumentações teóricas, demonstram a necessidade de uma contextualização das relações sócio-econômicas-espaciais no sistema capitalista globalizado; uma adequação ao que Collinge (apud BRENNER, 2001, p. 597) chamou de “andaime hierárquico” das práticas sócio-espaciais, o qual pressupõe uma ordenação vertical dos sistemas de relações sócio-políticas e econômicas, cuja configuração é a de um “andaime” composto de unidades territoriais entrelaçadas por inter-relações que se estendem do global (do supra-nacional) até o nacional e o local.

Com tais orientações em mente, para melhor analisar e compreender a dinâmica da relação capital-trabalho na atividade industrial de Rio Claro (SP), nosso encaminhamento abrangerá tanto relações horizontais (dadas as dinâmicas entre os atores econômicos, políticos e sociais e o espaço), quanto relações verticais (do ponto de vista espacial, as dinâmicas entre o mundo e os territórios nacional e local).

Como já assinalado, reiteramos que, ao partimos do pressuposto de que todo fenômeno ocorrente num determinado local sofre influências externas, também admitimos que existem forças internas específicas àquele local que podem atenuar, reforçar, ou até mesmo resistir às influências referidas.

É atrelada a todo este contexto que se coloca nossa análise, focada em duas bases empíricas: 1) as diferentes formas de relações de produção e de

trabalho (permanência das tradicionais e introdução/existência das flexíveis) na atividade industrial de Rio Claro (SP); e 2) a ação dos sindicatos de trabalhadores das indústrias locais, enquanto atores sociais contrários à flexibilização das relações de trabalho.

## **1.2. Métodos de procedimento e material**

### **1.2.1. Amostragem e pesquisa de campo**

#### **1.2.1.1. Aplicação de formulários junto às empresas industriais**

Para analisarmos a situação das relações de trabalho na indústria de Rio Claro (SP), foi necessária a realização de um trabalho de campo, tendo como instrumento de pesquisa um formulário destinado à empresa.

Constituído, basicamente, por cinco grupos de perguntas, o formulário destinado às indústrias continha questões relativas: 1) ao estabelecimento/empresa - localização, ano de início das atividades e estrutura financeira da indústria; 2) à origem, associação e composição dos capitais; 3) às relações de produção; 4) às relações de trabalho (ênfatisando os diferentes regimes de contratação da mão-de-obra); e 5) aos mercados.

Cabe esclarecer que, primeiramente, realizamos uma pesquisa piloto, no município de Iracemápolis (SP), com o propósito de verificar a coesão e a viabilidade das questões contidas no formulário por nós elaborado. Tal pesquisa consistiu na aplicação do formulário junto a cinco estabelecimentos industriais divididos em cinco categorias dimensionais, segundo o número de pessoas ocupadas (estabelecimento de porte muito grande, estabelecimento de porte grande, estabelecimento de porte médio, estabelecimento de porte pequeno e estabelecimento de porte muito pequeno). Respectivamente, constituíram indivíduos dos estratos da nossa amostra, nessa fase da investigação, a Companhia Industrial e Agrícola Ometto (Usina Iracema); a Starplast Indústria e Comércio Ltda, do ramo diversos (produção de capacetes para motociclistas); mais as metalúrgicas Alumínios Marana Indústria e Comércio Ltda; a Marchiori Indústria Comércio e Serviços Ltda; e a Irmãos Martins ME.

Mediante o pré-teste, constatamos que as questões formuladas apresentavam-se claras e compatíveis com o escopo da pesquisa, fato que fez com que o formulário não sofresse alterações.

Em virtude do grande número de estabelecimentos industriais existentes no município de Rio Claro, limitamos nossa análise a uma amostra extraída de um universo de 481 indústrias de transformação cadastradas pelo Centro de Processamento de Dados da Prefeitura local. Apoiados na pesquisa realizada por Selingardi-Sampaio (1997), que apresenta uma lista com as cem maiores indústrias, segundo o número de pessoas ocupadas, conseguimos subdividir esse universo em cinco categorias dimensionais: 354 estabelecimentos de porte muito pequeno (0 - 10 empregados); 40 estabelecimentos de porte pequeno (11 - 20 empregados); 63 estabelecimentos de porte médio (21 - 100 empregados); 19 estabelecimentos de porte grande (101 - 500 empregados) e; 5 estabelecimentos de porte muito grande (501 - mais de 1000 empregados). Cabe esclarecer que, por não conseguirmos obter informações sobre o número de funcionários de 50 empresas constantes no cadastro, decidimos que seria mais coerente incluirmos as mesmas na categoria dimensional com mais indivíduos integrantes (estabelecimento de porte muito pequeno).

Vale ressaltar que a amostragem não foi proporcional ao tamanho dos estratos, pois se fizéssemos dessa forma, pouquíssimas indústrias das categorias “estabelecimento de porte muito grande” e “grande” seriam incluídas no estudo, já que a grande maioria pertencia à classe dos “estabelecimentos de porte muito pequeno”. Como partimos do pressuposto de que as políticas flexíveis de emprego são mais evidentes nos estabelecimentos de porte grande, optamos por trabalhar com toda a população dos estabelecimentos de porte muito grande (5), com 10 dos estabelecimentos de grande porte, 10 dos estabelecimentos de porte médio, 10 dos estabelecimentos de pequeno porte e, com 25 dos estabelecimentos de porte muito

pequeno, totalizando 60 indústrias que foram selecionadas aleatoriamente, segundo a orientação por nós recebida de profissionais de Estatística.

Diante das constatações feitas em trabalho de campo, cabe salientar que alguns estabelecimentos industriais não mais se moldavam fidedignamente às categorias dimensionais por nós pré-determinadas, porque estavam aquém ou além do limite do número de funcionários estabelecido para caracterizar cada estrato da amostra. Tal fato é inteligível, considerando que a principal fonte (SELINGARDI-SAMPAIO, 1997) que consultamos, para inserir as indústrias da amostra nos seus respectivos estratos, data de cinco anos. Presumimos que no transcorrer desse tempo, tais estabelecimentos passaram por mudanças das mais variadas ordens, que se refletiram na diminuição ou no aumento do quadro de seus funcionários (como veremos no decorrer desta pesquisa). Desse modo, nossa amostra passou por uma reestruturação quanto ao número de estabelecimentos industriais por categoria dimensional: 5 estabelecimentos de porte muito grande; 8 estabelecimentos de porte grande; 19 estabelecimentos de porte médio; 10 estabelecimentos de porte pequeno; e 18 estabelecimentos de porte muito pequeno, completando 60 indústrias pertencentes a 13 ramos industriais (como mostra o Quadro 1).

Quadro 1 - Ramos industriais integrantes da amostra obtida, segundo as categorias dimensionais – 2001.

| Ramos industriais                  | Classes dimensionais dos estabelecimentos industriais pesquisados |        |       |         |               |            |
|------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|--------|-------|---------|---------------|------------|
|                                    | muito grande                                                      | grande | médio | pequeno | muito pequeno | Total/ramo |
| Transf. de minerais não-metálicos  |                                                                   | 2      | 1     | 1       | 1             | 5          |
| Metalúrgica                        | 1                                                                 |        | 4     | 1       | 5             | 11         |
| Mecânica                           | 1                                                                 | 1      | 3     |         | 1             | 6          |
| Mat. elétr. e de comunicação       | 1                                                                 |        |       |         | 2             | 3          |
| Madeira                            |                                                                   | 1      |       | 3       | 3             | 7          |
| Mobiliário                         |                                                                   | 1      |       |         |               | 1          |
| Química                            |                                                                   |        | 1     |         |               | 1          |
| Prod. de matérias plásticas        | 1                                                                 | 1      | 2     |         |               | 4          |
| Vestuário, calç. e art. de tecidos |                                                                   |        | 3     |         | 3             | 6          |
| Prod. alimentares                  | 1                                                                 | 1      | 5     | 1       |               | 8          |
| Bebidas                            |                                                                   |        |       | 1       |               | 1          |
| Editorial e gráfica                |                                                                   |        |       | 1       | 2             | 3          |
| Diversos                           |                                                                   | 1      |       | 2       | 1             | 4          |
|                                    | 5                                                                 | 8      | 19    | 10      | 18            | 60         |

Fonte dos dados: Pesquisa direta  
Org. Cibeli Maria Reis

Após a determinação da amostragem e a elaboração do formulário, a próxima etapa da pesquisa foi o trabalho de campo que consistiu na aplicação das questões junto as 60 empresas.

Na medida em que procurávamos as empresas para estabelecer o primeiro contato, com o intuito de marcarmos uma entrevista ou enviarmos o formulário, foram aparecendo as dificuldades. Entre as 10 indústrias do segundo estrato (estabelecimento de porte grande), 4 se recusaram a responder o formulário. Tal acontecimento se repetiu em 6 das 10 indústrias do terceiro estrato (estabelecimento de porte médio), assim como em 3 dos 10 estabelecimentos de porte pequeno (quarto estrato). No que tange aos estabelecimentos de porte muito pequeno, além de alguns impedimentos desse gênero, constatamos a ocorrência de

indústrias que haviam sido extintas (duas do ramo metalúrgico e duas pertencente ao ramo de confecções).

Para que a pesquisa não fosse prejudicada, realizamos novos sorteios para suprir a falta daqueles estabelecimentos que tinham encerrado suas atividades, bem como daqueles que se negaram a responder o formulário. Inúmeras vezes, as novas empresas selecionadas também se recusaram a participar da nossa investigação, o que nos levou à realização de novos sorteios. Agindo dessa maneira, atingimos nosso propósito, que era completar o total de 60 estabelecimentos industriais.

Contabilizando de forma geral, contactamos 97 empresas, das quais 60 foram investigadas, 33 se negaram a responder o formulário, e 4 haviam sido extintas. Desse modo, a pesquisa de campo abrangeu a investigação de 60 estabelecimentos industriais, através de formulários respondidos por proprietários, gerentes ou funcionários do setor administrativo das respectivas empresas. Merece ser mencionado que nos estabelecimentos de porte muito grande (5), e nos estabelecimentos de grande porte (3 dos 8), os formulários industriais foram respondidos por funcionários responsáveis pelo setor de Recursos Humanos.

Durante a coleta das informações industriais, surgiram outras dificuldades. Alguns estabelecimentos de porte muito grande e porte grande não conseguiram fornecer dados exatos acerca do número de pessoal ocupado por sexo, nos setores produtivo e administrativo, no decurso dos anos de 1991 a 2001, o que implicou numa análise parcial da evolução do total da mão-de-obra. Como justificativa, a maioria das empresas alegou que o acesso a tais informações era muito difícil, até mesmo para os funcionários do setor administrativo.

### **1.2.1.2. Aplicação de formulários junto aos sindicatos de trabalhadores industriais**

Também foi aplicado um formulário junto aos sindicatos de trabalhadores das indústrias de transformação no município de Rio Claro, com o propósito de analisar a visão/ação dessas entidades diante da flexibilização das relações de trabalho na atividade industrial do referido município.

O formulário destinado aos sindicatos de trabalhadores industriais continha questões relativas: 1) à atual situação da indústria brasileira e da local; 2) às ações desses organismos diante das políticas de enxugamento e/ou de flexibilização das relações de trabalho; 3) aos principais pontos de conflito entre o trabalho e o capital; 4) ao fornecimento de exemplos empíricos de medidas tomadas pelas empresas que tivessem beneficiado ou prejudicado os trabalhadores; e 5) à real perda do poder de barganha dos sindicatos e do trabalhador perante a empresa.

Para identificar os sindicatos de trabalhadores industriais existentes em Rio Claro, realizamos uma consulta na Lista Telefônica de Informações Comerciais do município e da região, anos 2002/2003. Foram encontrados cinco sindicatos, a saber:

1) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Rio Claro;

2) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha, Pneumáticos e Afins de Americana e Região – Subsede de Rio Claro;

3) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Cerâmicas, Refratários, Construção, Montagem Industrial, Pavimentação, Obras e do Mobiliário de Limeira e Região – Subsede de Rio Claro;

4) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico, Químicas e Farmacêuticas de Rio Claro;

5) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico Eletro Eletrônico de Limeira e Região – Subsede de Rio Claro;

Em virtude do pequeno número de sindicatos que representam as diversas categorias de trabalhadores ocupados no setor secundário em Rio Claro, decidimos estender a pesquisa a todos eles, tendo como instrumento de investigação, mais uma vez, um formulário, respondido sem problemas.

## **CAPÍTULO 2. O ESPAÇO SOB INVESTIGAÇÃO: DESVENDANDO UM POUCO DO “LOCAL” RIO CLARO**

O município de Rio Claro está localizado na porção centro-leste do Estado de São Paulo, integrando a Região Administrativa de Campinas. Sua cidade-sede possui dimensões médias, tendo registrado 163. 341 habitantes em 2000. Apresenta uma posição geográfica favorável em face da sua relativa proximidade da capital paulista – 170 km, estando junto a importantes vias troncais de circulação, as quais o ligam à capital, bem como a outras cidades de São Paulo e outros Estados.

Além disso, Rio Claro está inserido na chamada “Região Industrial da Baixa Anhanguera” (SELINGARDI-SAMPAIO, 1987), área de maior concentração industrial do interior paulista, tendo em sua proximidade alguns dos municípios mais industrializados e prósperos do Estado de São Paulo, como Campinas, Sumaré, Americana, Piracicaba, Limeira e Araras. Tal localização apresenta vantagens para o município no sentido de desfrutar das conveniências do ‘campo aglomerativo’, isto é, “do espaço de atuação das economias de aglomeração que as cidades, as indústrias já instaladas, as populações, os serviços já existentes, enfim, os conjuntos urbano-industriais bastante desenvolvidos representam e que, obviamente, funcionam como um fator de atração industrial” (SELINGARDI-SAMPAIO e CUSTÓDIO, 1995, p. 26). Todavia, o fato de competir com municípios detentores de estruturas industriais mais desenvolvidas, faz com que Rio Claro ocupe uma posição secundária na hierarquia industrial da região.

No que se refere à agricultura, Rio Claro está inserido em uma região onde predomina a monocultura da cana-de-açúcar. A partir dos anos 60, as terras rioclarenses passaram a ser arrendadas por grupos usineiros de Piracicaba e Araras (DAVIS, 1969). O Programa Nacional do Alcool (Proálcool), criado na década de 70, incentivou ainda mais a prática de arrendamento de terras para o cultivo desse gênero agrícola nessa região; assim, aquelas terras mais próximas às rodovias

foram as mais procuradas, devido às facilidades de transporte até as usinas, onde a cana era transformada em álcool (ZANELATO, 1992). É importante mencionar que a expansão da cultura canavieira no município de Rio Claro, ligada intimamente à subordinação da agricultura ao capital, foi a principal responsável pelo recuo do cultivo de gêneros alimentícios que, por esse motivo, ficou a cargo de pequenos proprietários rurais. De acordo com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (1996), os cultivos de maior expressão nas pequenas propriedades rurais de Rio Claro são os de laranja e milho.

Quanto à atividade comercial, há concentração espacial em alguns pontos da cidade: no centro tradicional (avenida 1 e rua 5); ao longo das ruas 8 e 9; na Vila Alemã (rua 6 A); na Vila Olinda (avenida 44, rua 14); no Cervezão (avenida M21 e rua M21); e, naturalmente, há um comércio de varejo não especializado e de primeira necessidade, em todos os bairros. Na avenida Visconde do Rio Claro, concentra-se o comércio de automóveis (TROPMAIR, 1992, p. 13). Desde 1996, a cidade possui um shopping-center, uma instituição onde se concentram localmente alguns estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, o que facilita a vida da população e ativa significativamente o setor comercial.

## **2.1. Evolução histórica geral: do café ao trabalho nas oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro**

Durante o século XVIII, São João da Beira do Ribeirão Claro, localizado nas terras do Sertão do Morro Azul, era um local de passagem para tropeiros a caminho das minas de ouro em Mato Grosso. Assim, o núcleo inicial de povoamento dessa área teve sua origem nas paradas desses viajantes às margens do Córrego da Servidão (atual Espaço Livre da Avenida Visconde do Rio Claro), onde construíram um pouso e uma capela em louvor a Santa Cruz.

Com o esgotamento das minas, o governo incentivou a produção de cana-de-açúcar na Capitania de São Paulo e, para povoar as terras desocupadas, concedeu sesmarias. Estas passaram a se dedicar à criação de gado, ao cultivo de cereais e, especialmente, de cana-de-açúcar. Contudo, até a primeira metade do século XIX, Rio Claro não passava de um pequeno aglomerado, praticamente sem nenhuma expressão econômica.

A cultura do café, proveniente das terras fluminenses do Vale do Paraíba, penetrou na província de São Paulo, e atingiu a região de Rio Claro a partir da segunda metade do século XIX. Diniz (1976) e Garcia (1992), além de reconhecerem que o café encontrou excelentes condições de desenvolvimento nessa área - aproveitando-se da organização canavieira existente, das condições climáticas, da fertilidade do solo e da topografia sem grandes elevações -, também compartilharam da opinião de que a interiorização dessa fronteira agrícola apresentou um grave problema, o encarecimento dos custos com o escoamento da produção cafeeira, feito por muares até o porto de Santos. Em decorrência dos altos fretes pagos pelos fazendeiros, Rio Claro se tornou a área limite para o plantio do café no “oeste paulista”, e permaneceu como “boca de sertão” até o advento da ferrovia.

No decorrer da década de 1870, a chegada da ferrovia em Rio Claro, além de propiciar o barateamento e a rapidez do escoamento do café para o litoral paulista, também foi responsável pelo aumento do número de fazendas cafeeiras no município, que passaram de 56, em 1859, a 152, em 1892 (DINIZ, 1973, p 159), havendo, assim, uma expansão territorial de Rio Claro, que se tornou uma das principais áreas de atração do interior paulista para o trabalhador imigrante.

A cidade de Rio Claro conheceu seu período áureo na década de 1880, pois, como “ponta de trilho”, obteve grande crescimento econômico e se firmou

como uma área de influência regional. A esse respeito, Diniz (1973, p 169) ressaltou que:

“a zona de atuação de Rio Claro era bastante limitada ao sul e leste, devido a presença de cidades de maior expressão, como Piracicaba, Limeira e Araras, assim, projetava-se para o oeste, atingindo São Carlos, Brotas, Jaú, Araraquara e Jaboticabal. Com a população de toda essa área utilizando seu quadro de serviços, Rio Claro viu aumentando dia a dia a sua importância regional. Em 1883, a cidade possuía um comércio bastante desenvolvido, com 34 casas de secos e molhados, 24 casas de ferragens, 22 casas de fazendas e armazéns, moda e chapéus, 8 sapatarias e 2 ourivesarias. Contava com máquinas de beneficiar café e arroz, fábricas de cerveja e licores. Prestava serviços médicos e educacionais, demonstrando ser um pequeno centro cultural” (DINIZ, 1973, p 169).

É importante destacar que as instalações da Companhia Rio Claro (1882) e das oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (1892), em Rio Claro, contribuíram imensamente para o desenvolvimento dessa cidade. Assumindo o caráter de “centro ferroviário”, o município se transformou no local onde se aglutinavam uma série de atividades relacionadas à montagem, reparo, manutenção, e até mesmo à produção de locomotivas, carros e vagões demandados pela ferrovia, que se estendia para o oeste do Estado de São Paulo (GARCIA, 1992, p. 18). Assim, mesmo perdendo a condição de “ponta de trilho”, Rio Claro teve sua vida econômica e seu núcleo urbano em contínua expansão.

Nos últimos anos do século XIX, a Companhia Paulista de Estrada de Ferro empregava mais de dois mil trabalhadores. Tal fato colaborou muito para que a área urbana adquirisse dinamismo próprio, já que a demanda de bens e serviços incentivava a instalação de pequenas indústrias e a sobrevivência do comércio local,

os quais não sofreram estagnação com o advento da crise na economia cafeeira, no decorrer da década de 1900.

Ainda no contexto da história da Companhia Paulista de Estrada de Ferro em Rio Claro, cabe ressaltar um aspecto importante no que tange à organização do trabalho em suas oficinas, qual seja, o pioneirismo na implantação de normas e técnicas de racionalidade produtiva, pautadas nos princípios tayloristas.

A partir de 1928, com o intuito de aumentar a produtividade nas oficinas, a empresa adotou normas de controle e repressão, que desencadearam em uma rigidez na organização do trabalho. Garcia (1992, p. 25) se referiu a tais normas como uma maneira de fazer o processo de trabalho sair das mãos do trabalhador para passar às do capitalista. Neste sentido, a autora mencionou que:

as primeiras normas se tornaram condição primordial para que a organização do processo produtivo se efetivasse, enquanto que as normas de repressão, pelo seu significado social, levaram à distinção entre funções de execução, realizadas pelos ferroviários ligados ao setor produtivo, e às funções de direção que foram elaboradas para a determinação da execução das tarefas pelo setor da Administração. O resultado das imposições, via gerência, foi uma afirmação do poder da empresa capitalista e também a perda do controle, pelo ferroviário, do funcionamento da própria oficina (GARCIA, 1992, p. 25).

Diante dessa situação, o funcionamento da oficina passou a “não ser possível” sem o auxílio de um enquadramento hierárquico, formado por engenheiros, técnicos da manutenção, preparadores, etc., um pessoal que, tecnicamente, a oficina podia dispensar, mas cuja função política era importante para manter a dependência dos ferroviários, sua subordinação e sua separação dos meios e dos processos de produção (GARCIA, 1992, p. 46).

Gradativamente, os agentes diretos da produção foram sendo “desqualificados”, já que houve uma maior divisão do trabalho: cada tarefa, dividida em subespecializações, tornou-se desprovida de autonomia. Essa subespecialização acarretou a perda do controle do processo produtivo, havendo, portanto, um parcelamento das tarefas e uma conseqüente “desqualificação” do ferroviário, que perdeu o domínio do todo. Ele tornou-se uma minúscula parte de um todo que se agigantou e se sobrepôs a ele (GARCIA, 1992, p. 46).

De modo geral, a severa relação de poder-obediência entre o capital e o trabalho que prevaleceu no âmbito das oficinas da CPEF, entre 1930 e 1940 (GARCIA, 1992, p. 47), não encontrou resistência por parte dos operários. Na verdade, a sujeição dos mesmos às normas disciplinares impostas pela empresa desenvolveu um “modo de ser moral” do trabalhador ferroviário, associado à assiduidade e às rígidas condições de trabalho exigidas.

Vale esclarecer que essa rigidez, empregada na organização do trabalho nas oficinas da CPEF em Rio Claro, se tornou uma característica comum entre as grandes empresas industriais da época, tanto no âmbito nacional como no internacional. Fato inteligível, tendo em vista a hegemonia assumida pelo paradigma produtivo Taylorista/Fordista no transcorrer da maior parte do século XX.

## **2.2. Rio Claro e a atividade industrial**

Conforme Selingardi-Sampaio (1987, p. 12), três fases podem ser identificadas no processo de industrialização rioclarense: a fase “pioneira”, de 1873 a 1929; a fase “tradicional”, de 1930 a 1968 – durante as quais a implantação industrial ocorreu em ritmo relativamente lento, sob a ação dominante de fatores endógenos –; e a fase “dinâmica”, de 1969 em diante, quando forças industrializantes exógenas aceleraram sensivelmente o ritmo da expansão industrial do município.

Em face deste quadro histórico, vamos examinar cada fase do processo evolutivo da atividade industrial de Rio Claro.

O processo de industrialização rioclarense foi iniciado na segunda metade do século XIX, embora o município ainda fosse, nesta época, eminentemente agrícola, como comentado anteriormente. Inserido no contexto econômico paulista, Rio Claro foi dominado, até o final do citado século, pela grande lavoura cafeeira de exportação, chegando, em 1886, a ser considerado o quarto maior produtor de café do Estado (SELINGARDI-SAMPAIO, 1987, p. 12).

Com a decadência da cafeicultura por volta de 1900, a economia agrícola foi, aos poucos, perdendo o seu domínio no espaço local. Desse modo, na passagem do século, o centro urbano tinha adquirido um determinado tamanho funcional que lhe garantia um dinamismo próprio de sustentação e crescimento, sendo a demanda do mercado interno suficiente para sustentar o setor comercial e provocar o aparecimento das pequenas indústrias (SELINGARDI-SAMPAIO, 1987, p. 22).

A presença da ferrovia, a partir de 1876, como já mencionamos, também foi de fundamental importância para a vida econômica de Rio Claro, tendo em vista que contribuiu para o crescimento populacional, assim como para o desenvolvimento das atividades urbanas.

É neste entrecho que surgiram, a partir de 1873, diversos estabelecimentos industriais, iniciando-se, dessa forma, a chamada fase “pioneira” da industrialização rioclarense, na qual atuaram a burguesia cafeeira, os agentes de importação e exportação e, sobretudo, os imigrantes estrangeiros (SELINGARDI-SAMPAIO, 1987). Esta fase foi caracterizada, principalmente, pela instalação de pequenas e médias indústrias, pertencentes, de modo geral, a imigrantes estrangeiros e seus descendentes, que produziam bens de consumo duráveis e não-duráveis - carros a tração animal, telhas e tijolos, massas alimentícias, bebidas

(aguardente, cerveja e refrigerantes), dentre outros - para a população local. No que se refere a estabelecimentos de grande porte, merece destaque a instalação das Oficinas Mecânicas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (atual Ferroban), em 1892, que foram responsáveis pela geração de centenas de empregos nas décadas seguintes.

A partir de 1930 (até 1969), foi delineada uma nova fase na atividade industrial rioclarense, a fase “tradicional”, caracterizada tanto pelo domínio de ramos sem efeito multiplicador no processo de industrialização - tais como bebidas, têxtil, minerais não-metálicos -, quanto por estabelecimentos fabris de pequeno e médio porte. Durante este período, Rio Claro teve um crescimento industrial de pouca expressão, principalmente em virtude da modesta iniciativa empresarial local, que se limitava a poucos capitais e, portanto, não foi capaz de promover um maior desenvolvimento econômico no município.

Selingardi-Sampaio (1987, p. 27-28) ilustrou o fraco crescimento industrial ocorrido na fase tradicional, fazendo referências à variável “pessoal ocupado”. Enquanto que, em 1940, havia 2178 pessoas ocupadas na indústria, em 1970 passou-se para 3963, um crescimento global de 81,95% em 30 anos. Tal crescimento, porém, assume pequenas proporções, se comparado ao período 1970 – 1980, quando o número de pessoal ocupado passou de 3963 para 8777, o que representou um aumento de 121,47% em apenas uma década.

Somente no início da década de 70 é que a industrialização rioclarense passa por uma nova fase de crescimento, baseada na ascensão de ramos “motrizes” ou dinâmicos – química, material de transporte e mecânica -, bem como na instalação de estabelecimentos industriais grandes e médios.

Esta fase de significativo crescimento industrial, conhecida como fase “dinâmica” foi concretizada graças à atuação de forças exógenas ao município de Rio Claro, através de investimentos estrangeiros (empresas multinacionais) e

nacionais que, em sua maioria, eram derivados do processo de desconcentração industrial da metrópole paulistana.

O poder local, ciente do processo de interiorização industrial, a exemplo de outros municípios da região, implementou uma política de estímulo à industrialização. A doação de terrenos, a isenção de imposto predial e territorial urbano, o fornecimento de infra-estrutura (água, esgoto, construção de estradas de acesso, serviços de terraplenagem e limpeza dos terrenos) às indústrias que viessem a se localizar no município, e a criação de um distrito industrial, constituíram alguns exemplos de medidas expressivas de atração industrial nesse período (SELINGARDI-SAMPAIO, 1987, p. 37).

Em virtude de uma crise da economia capitalista ocorrida no início dos anos 80, bem como das incertezas da política econômica nacional, houve um refluxo de capitais externos ao município. Contudo, após 1984, três estabelecimentos industriais de porte médio, oriundos da área metropolitana de São Paulo, foram instalados no distrito industrial. Quanto aos capitais locais, continuaram a ser investidos quase que exclusivamente em unidades fabris de pequeno porte (SELINGARDI-SAMPAIO, 1987, p. 46).

No final dos anos 80 e início da década de 90, algumas empresas de grande porte foram extintas (como a Skol-Caracu, do ramo de bebidas; a têxtil Cianê e a Gurgel, indústria automobilística), as quais, juntas, empregavam aproximadamente 1600 trabalhadores. Tal fato, obviamente, contribuiu para o aumento do desemprego e para uma desestabilização econômica no município.

### **2.3. Quadro atual da indústria em Rio Claro**

Considerado um dos centros integrantes de um pólo cerâmico regional, Rio Claro, em 2001, possuía 481 indústrias de transformação pertencentes aos mais variados ramos, todas cadastradas pelo Centro de Processamento de Dados da

Prefeitura Municipal. Apesar da inexistência de estudos recentes sobre a atividade industrial de Rio Claro, pode-se traçar um perfil da realidade das indústrias desse município através de algumas constatações extraídas do trabalho de campo integrante da nossa pesquisa, o qual abrange uma amostra de 60 estabelecimentos, subdivididos em cinco categorias dimensionais, como se viu.

O Quadro 2 indica todos os estabelecimentos industriais pesquisados por ordem decrescente de tamanho, conforme o ramo, os produtos fabricados, a localização intra-municipal, o ano da fundação em Rio Claro, o número de empregados e a origem dos capitais investidos, e será fonte recorrente, ao longo de nossa explanação, na busca de suporte às argumentações defendidas. À falta de pesquisas universais, ou mesmo mais abrangentes que a nossa, consideramos útil delinear um quadro geral da atividade rioclarense, antes de nos atermos aos nossos objetivos específicos.

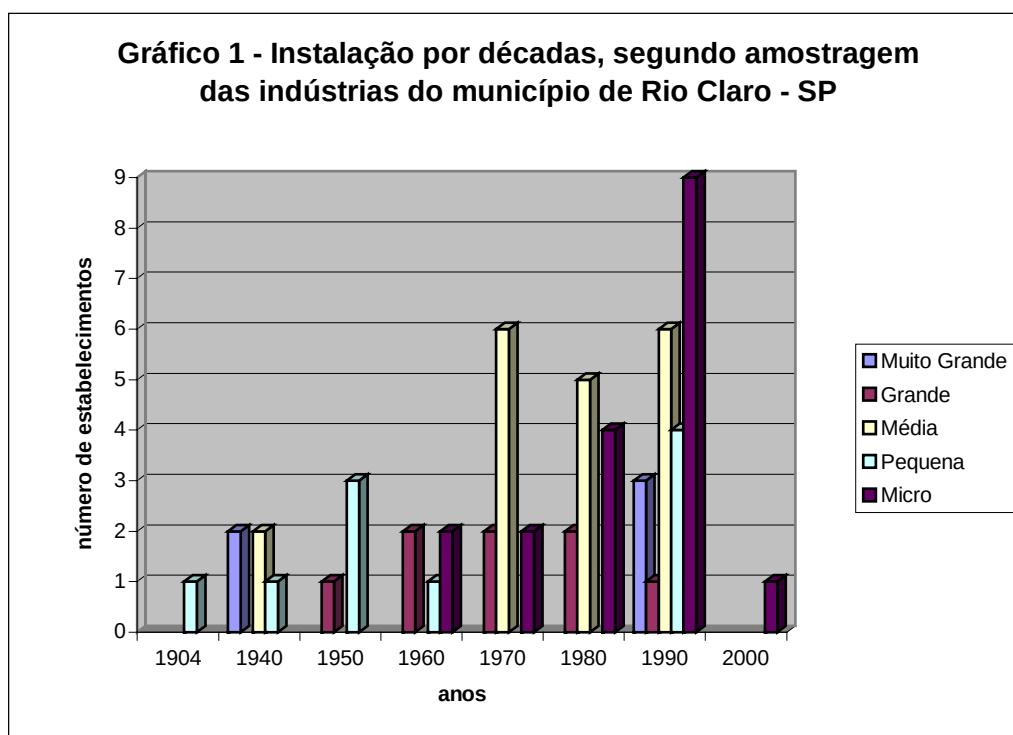
Quadro 2 - Estabelecimentos industriais pesquisados no município de Rio Claro - SP, se localização intra-municipal, ano de fundação, número de empregados e origem dos capi

|                                        | Razão social do estabelecimento                                    | Ramo                                       | Produto (s)                                                | Localização intra-municipal |
|----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------|
| Estabelecimentos de porte muito grande | Torque Ind. e Com. Ltda                                            | metalúrgica                                | peças estampadas p/ montagem automobilística               | Distrito Industrial         |
|                                        | Riclan S/A                                                         | produtos alimentares                       | balas, drops, pirulitos e chicles                          | Jardim Kennedy              |
|                                        | Tigre S/A Tubos e Conexões*                                        | produtos de matérias plásticas             | tubos, conexões, caixas d'água, tampos p/ vasos sanitários | Distrito Industrial         |
|                                        | Multibrás S/A Eletrodomésticos**                                   | mecânica                                   | lava-louças e lavadoras                                    | Distrito Industrial         |
|                                        | Brascabos Componentes Elétricos e Eletrônicos                      | material elétrico e de comunicação         | chicotes eletrônicos, cordões elétricos, redes elétricas   | Bairro do Estádio           |
| Estabelecimentos de porte grande       | Owens Corning S/A***                                               | transf. de minerais não-metálicos          | fibra de vidro                                             | Distrito Industrial         |
|                                        | Ludival Móveis Ltda                                                | mobiliário                                 | estofados                                                  | Parque Universitário        |
|                                        | Harpex Artefatos de Madeira Ltda                                   | madeira                                    | armários p/ cozinha e banheiro gabinetes e caixa acústica  | Jardim São Paulo II         |
|                                        | Ladal Plásticos e Embalagens Ltda                                  | produtos de matérias plásticas             | embalagens plasticas em geral                              | Distrito Industrial         |
|                                        | Agrocere Nutrição Animal Ltda                                      | diversos                                   | rações p/ animais                                          | Zona Rural                  |
|                                        | Fischer Indústria Mecânica Ltda                                    | mecânica                                   | acessórios p/ cabo de aço e rede elétrica                  | Bairro do Estádio           |
|                                        | Fricock Frigorificação Ltda                                        | produtos alimentares                       | frangos limpos e congelados                                | Vila Indaiá                 |
|                                        | Saint-Gobain Cerâmicas e Plásticos Ltda                            | transf. de minerais não metálicos          | cerâmica em alta alumina                                   | Distrito Industrial         |
| Estabelecimentos de porte médio        | Sulplast Fibra de Vidro e Termoplástico Ltda                       | produtos de matérias plásticas             | artefatos de plásticos e fibra de vidro                    | Distrito Industrial         |
|                                        | Conpar - Construção, Pavimentação e Rodovias Ltda (Pisos Kardênia) | transf. de minerais não metálicos          | pisos e revestimentos esmaltados                           | Chácara Lusa                |
|                                        | Christiano Arthur Frederich Cia Ltda                               | mecânica                                   | picadores de carne, cortadores ensacadeiras de linguiça    | São Miguel                  |
|                                        | Confecções Helena de Rio Claro                                     | vestuário, calçados e artefatos de tecidos | vestuário                                                  | Parque das Indústrias       |
|                                        | Di Carne Industrial S/A                                            | produtos alimentares                       | aditivos e condimentos p/ embutidos                        | Distrito Industrial         |
|                                        | Aldoro Ind. de Pós Pigmentos Metálicos Ltda                        | química                                    | pasta de alumínio e pó de cobre                            | Distrito Industrial         |
|                                        | Engimplan Engenharia de Implante Ind. e Com. Ltda                  | metalúrgica                                | implantes ortopédicos                                      | Vila Olinda                 |
|                                        | Panificadora Pão Kent Ltda                                         | produtos alimentares                       | pães e doces                                               | Centro                      |
|                                        | Inoplast Fibras Industriais Ltda                                   | produtos de matérias plásticas             | piscina, capas p/ proteção de máquinas                     | Distrito Industrial         |
|                                        | C. Holzberger Cia Ltda                                             | mecânica                                   | equipamentos e acessórios p/ indústrias de pré-moldados    | Distrito Industrial         |

Analisando as informações do quadro, percebe-se que os 60 estabelecimentos pesquisados pertencem aos mais variados ramos industriais (metalúrgica, produtos alimentares, bebidas, mecânica, material elétrico e de comunicação, transformação de minerais não metálicos, entre outros), e fabricam produtos variados, inclusive entre indústrias do mesmo ramo.

Com respeito aos anos de fundação das indústrias pesquisadas, uma indústria gráfica, fundada em 1904, pode ser considerada a mais antiga da nossa amostra, já que foi o primeiro estabelecimento industrial desse ramo instalado no município de Rio Claro.

No Gráfico 1 - Instalação por décadas, segundo amostragem das indústrias do município de Rio Claro – SP, podemos verificar que 21 estabelecimentos industriais, ou 35% da total da amostra, foram instalados nos anos 70 e 80, período de grande crescimento da atividade industrial neste município, conforme constatou pesquisa anterior (SELINGARDI -SAMPAIO, 1987).



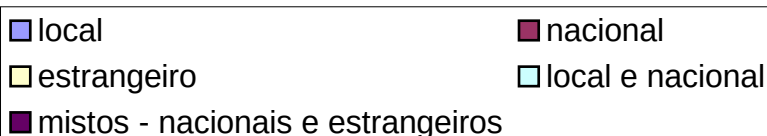
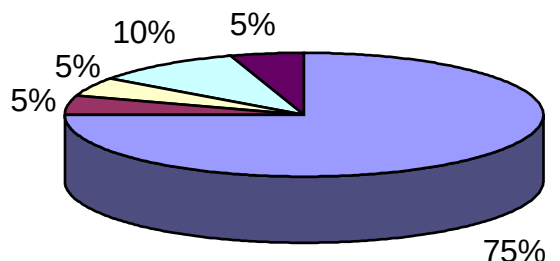
Fonte dos dados: Pesquisa direta  
Org. Cibeli Maria Reis

A década de 90 também é merecedora de grande destaque neste entrecho, já que 23 indústrias, ou 38,33% do total das empresas investigadas, foram fundadas neste período. Contudo, deve-se considerar que 39% do total dos estabelecimentos criados nesta época constituem estabelecimentos de porte muito pequeno, - as micro empresas, conhecidas na literatura econômica pela fraca capacidade financeira e pela dificuldade no desenvolvimento de inovação (RATTNER, 1985). Dessa forma, vem à mente a dedução de que a recente fundação da maioria desses pequenos estabelecimentos se deve à alta rotatividade dos mesmos no âmbito industrial, onde a competitividade é acirrada e, portanto, só sobrevivem as empresas com capacidade financeira e tecnológica.

Dentre as unidades industriais investigadas, 47 se constituíam no único estabelecimento de uma empresa, 5 correspondiam a filiais de empresas, e outras 8 eram matrizes industriais.

No que tange à origem dos investimentos industriais, verificamos que os 60 estabelecimentos da nossa amostra estão distribuídos em cinco categorias: 45 são constituídos por capital local; 6 por capitais local e nacional; 3 por capital nacional; 3 compostos por capitais mistos - nacionais e estrangeiros; e 3 por capital estrangeiro. O Gráfico 2 demonstra esses dados convertidos em porcentagem:

**Gráfico 2 - Origem dos capitais industriais da amostra obtida - 2001**



Fonte dos dados: Pesquisa direta  
Org. Cibeli Maria Reis

Podemos afirmar que três grandes empresas resultaram de investimentos estrangeiros: a “Multibrás” e a “Brascabos”, unidades produtivas da *Whirlpool Corporation*, sediada nos Estados Unidos; e a “Owens Corning”, subsidiária de uma empresa também sediada na América do Norte.

A “Riclan”, a “Ladal Plásticos”, a “Ludival”, a “Harpex”, a “Fischer” e a “Fricock”, indústrias de porte muito grande e grande, são exemplos de capitais locais. Também a maioria das empresas de médio porte foi implantada unicamente com investimento local, bem como as de porte pequeno e muito pequeno.

O estabelecimento de pequeno porte “Proeltro” e a “Frutverão”, uma indústria de porte médio, são resultados de investimentos de capitais nacionais oriundos de outras cidades brasileiras, contudo os proprietários passaram a residir no município de Rio Claro nos meses que antecederam a instalação desses estabelecimentos industriais.

Há necessidade de ressaltar que grande parte dos estabelecimentos industriais investigados (67%) resultam de associações de capitais. A “Torque”, por exemplo, foi criada em 1995, através da associação de capitais nacionais não locais (Araras). Contudo, a partir de 1998, o Grupo alemão Volkswagen assumiu a gestão deste estabelecimento através de comodato. A “Tigre” resultou da associação de capitais catarinenses. Já a “Riclan” originou-se da associação de capitais locais.

Dentre os oito estabelecimentos de porte grande investigados, um resultou da associação de capitais nacionais não locais com capitais estrangeiros: a “Saint-Gobain”, que continuamente recebe investimentos da França. A “Agrocere” nasceu a partir da associação de capitais locais com capitais nacionais de outros centros e/ou Estados. Quanto às outras empresas da mesma categoria dimensional - “Fischer”, “Harpex” e “Fricock” -, resultaram da associação de capitais locais.

No que se refere aos 19 estabelecimentos de porte médio pesquisados, a “Sulplast” foi fundada a partir de capitais locais e nacionais e dez deles (“Ibrac”, “Christiano A. Friderich”, “Engimplan”, “Pão Kent”, “Inoplast”, “C. Holzberger”, “Beccaro”, “Santa Maria Confecções”, “Usiferc” e Di Carne) resultaram de capitais locais associados; a “Meta Bio” foi constituída pela associação de capitais locais com capital oriundo da região metropolitana de São Paulo; a “Aldoro” é resultado de uma *holding*, envolvendo associados brasileiros, alemães e suecos.

Quanto aos estabelecimentos de porte pequeno, oito dos dez entrevistados, foram instituídos a partir da associação de capitais locais, e dois (“Gimpan” e “Presermade”) foram criados através da associação de capitais locais com capitais procedentes da metrópole paulistana.

Dos 18 estabelecimentos de porte muito pequeno indagados, nove resultaram da associação de capitais locais, e um (“Rossini Castelano”) tem suas origens na associação de capital local com capital limeirense.

No que tange aos turnos de trabalho nas indústrias, a maior parte dos estabelecimentos pesquisados (41) opera em um turno de trabalho, perfazendo o regime de jornada integral, que corresponde a 8 horas. Quanto aos demais estabelecimentos, 5 funcionam em dois turnos, e 14 em três turnos.

Todos os estabelecimentos de porte muito grande (5) mantêm o setor produtivo em atividade durante 24 horas, com três turnos de trabalho, inclusive nos finais de semana.

Dos oito estabelecimentos de porte grande, seis também operam com três turnos de trabalho, provendo um regime de trabalho contínuo durante os sete dias da semana.

No tocante aos 19 estabelecimentos de porte médio, a “Aldoro”, a “Sulplast” e a “Compar” funcionam com três turnos de trabalho. Em contrapartida, nos demais estabelecimentos industriais desta categoria dimensional, tanto o setor administrativo quanto o produtivo só trabalham durante o horário comercial, perfazendo um único turno de trabalho, composto por 8 horas.

A mesma realidade existente na maioria dos estabelecimentos de porte médio, também foi constatada em todas as indústrias de porte pequeno e muito pequeno pesquisadas (que totalizam 38).

É válido destacar que nem todos os estabelecimentos industriais possuem produção própria. Entre os que a possuem (56), foi possível identificar/delimitar seus principais mercados. Para evitar uma análise exaustiva, privilegiamos algumas observações gerais, suficientes para caracterizar os principais mercados dessas indústrias.

De maneira geral, os mercados dos estabelecimentos de porte muito grande (5), grande (8) e alguns de porte médio (11) são bastante abrangentes, estendendo-se espacialmente do âmbito local até o internacional – Argentina, Chile, Alemanha, entre outros países. Já os mercados das indústrias de porte pequeno e

muito pequeno são bem mais limitados, restringindo-se ao município de Rio Claro e à região próxima.

A área metropolitana de São Paulo, assim como as regiões de Campinas e Sorocaba, constituem os principais mercados de algumas industriais mecânicas e metalúrgicas (“Brascabos”, “Christiano Arthur Friederich”, “Beccaro”, “Engimplan”, “Meta Bio” e “José Carlos Gandolpho”), assim como da “Ludival Móveis”, da “Instrumentos Musicais JOG”, da “Tubulações Tigre” e da indústria alimentícia “Riclan”. Tal fato é compreensível, uma vez que essas áreas possuem grande concentração industrial e de capital, bem como uma expressiva demanda de consumo amparada por grande poder aquisitivo.

Quanto à localização dos estabelecimentos industriais, podemos afirmar que ela é predominantemente intra-urbana, e estes se encontram distribuídos por diversos bairros do município de Rio Claro. Entretanto, podemos identificar que um quarto dos estabelecimentos investigados (15) está localizado em dois reconhecidos eixos de localização industrial do município: as margens da Avenida Brasil (no Distrito Industrial), e as da Via Presidente Kennedy (via de acesso à rodovia Washington Luis, que liga Rio Claro às rodovias Anhanguera e Bandeirantes, bem como ao interior paulista).

A Figura 2 demonstra a localização dos 60 estabelecimentos investigados, por ramo, no município de Rio Claro.

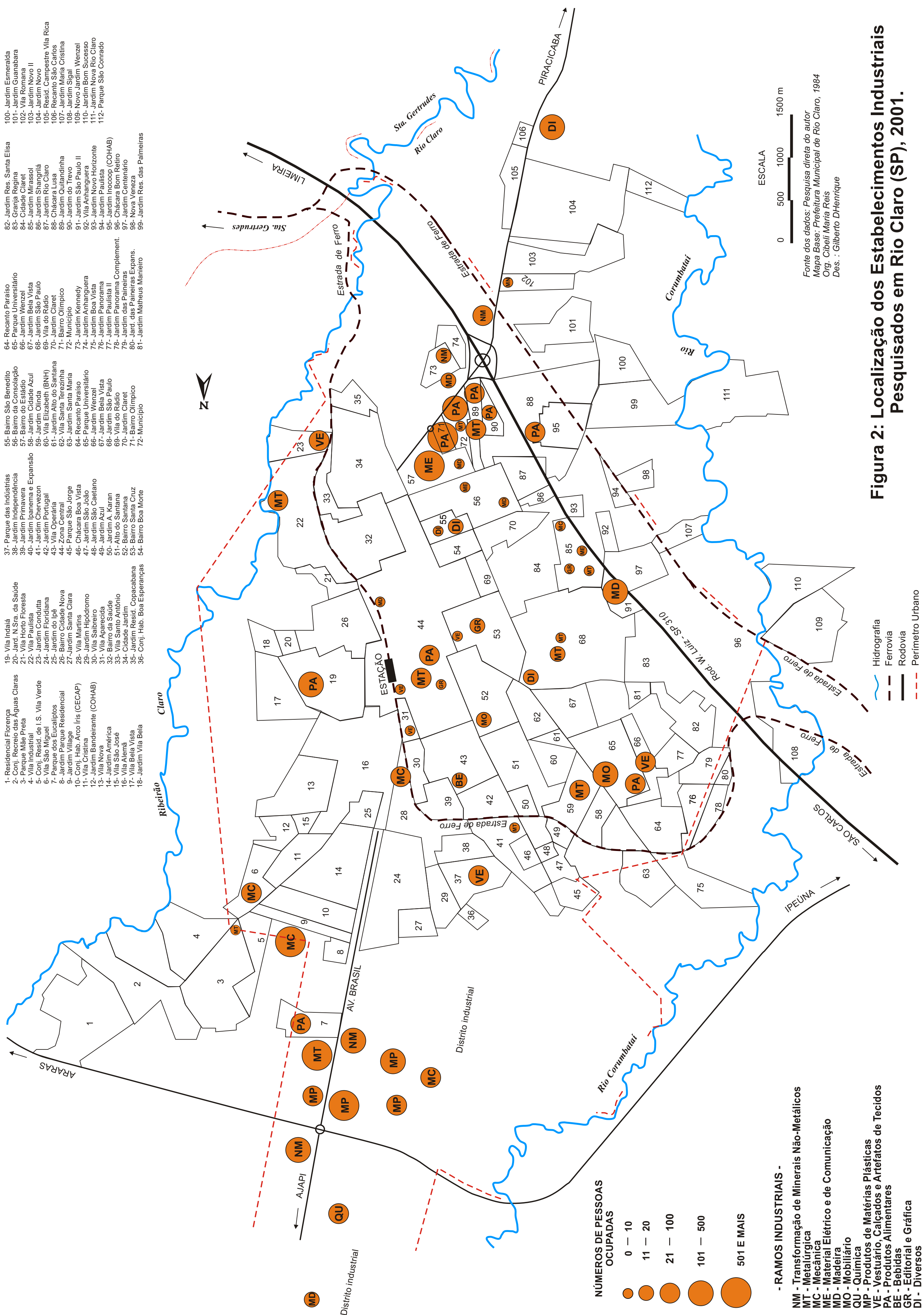


Figura 2: Localização dos Estabelecimentos Industriais Pesquisados em Rio Claro (SP), 2001.

No que se refere ao Distrito Industrial, localizado na zona norte do município, seus onze estabelecimentos pesquisados, em sua maioria de grande e médio portes, pertencem a gêneros industriais distintos: a “Torque”, metalúrgica; a “Tubos e Conexões Tigre”, fabricante de produtos de matérias plásticas; a “Multibrás Eletrodomésticos”, indústria mecânica; a “Owens Corning”, do ramo de transformação de minerais não-metálicos; a “Ladal”, a “Inoplast” e a “Sulplast”, todas fabricantes de produtos de matérias plásticas; a cerâmica “Saint-Gobain”; a “Aldoro”, indústria de pigmentos metálicos; a “Dicarne Alimentícia”, de produtos alimentares; e a “C. Holzberger”, indústria mecânica.

Às margens da via Presidente Kennedy (zona sul), estão quatro dos 60 estabelecimentos industriais investigados: a “Brascabos”, fabricante de material elétrico e de comunicação; a “Riclan”, de produtos alimentares; a “Indústria Metalúrgica Unidos de Rio Claro”; e a “Seflol”, fabricante de cruzetas para eletrificação.

O Bairro do Estádio, localizado na zona sul de Rio Claro, se destaca pela concentração de estabelecimentos (7): além de três indústrias já citadas - a “Brascabos”, da “Riclan” e da “Indústria Metalúrgica Unidos de Rio Claro” -, estão situadas neste bairro a “Fischer Indústria Mecânica”, a metalúrgica “Meta Bio”, a “Marcenaria Trovó” e a “Frutverão”, indústria de sorvetes.

A zona central também merece destaque neste entrecho da localização industrial, pois concentra cinco dos estabelecimentos pesquisados: a “Panificadora Pão Kent”; a “Aroldo Barthmann”, do ramo metalúrgica; a “Nova Rio Claro Editora e Artes Gráficas”; a “Serraria Rio Claro”; e a indústria de confecções “Farol Rio”.

No Jardim Mirassol (região sudoeste), também há concentração de estabelecimentos, já que quatro das indústrias investigadas (cada qual pertencente a um diferente ramo industrial) estão instaladas neste bairro: a “Serralheria Traina”;

a “Gráfica e Editora Ultra Copy”; a “Proeltro”, fabricante de material elétrico e de comunicação; e a “Avifag”, indústria mecânica.

A distribuição dos demais estabelecimentos industriais pesquisados (33), como podemos verificar no Quadro 3, se apresenta difusa por outros bairros da cidade de Rio Claro.

Quadro 3: Distribuição dos estabelecimentos industriais pesquisados pelos bairros da cidade de Rio Claro (SP), 2001

| Bairro                    | No. de estabelecimentos |
|---------------------------|-------------------------|
| Distrito Industrial       | 11                      |
| Bairro do Estádio         | 7                       |
| Centro                    | 5                       |
| Jardim Mirassol           | 4                       |
| Jardim São Paulo          | 3                       |
| Parque Universitário      | 2                       |
| Santa Cruz                | 2                       |
| Jardim Kennedy            | 2                       |
| São Benedito              | 2                       |
| Jardim Claret             | 2                       |
| Rodovia Fausto Santomauro | 2                       |
| Vila Indaiá               | 1                       |
| Jardim São Paulo II       | 1                       |
| Chácara Lusa              | 1                       |
| São Miguel                | 1                       |
| Vila Olinda               | 1                       |
| Vila Paulista             | 1                       |
| Jardim Wenzel             | 1                       |
| Vila Martins              | 1                       |
| Vila Operária             | 1                       |
| Jardim Conduitta          | 1                       |
| Inocoop                   | 1                       |
| Jardim do Trevo           | 1                       |
| Santana                   | 1                       |
| Vila Aparecida            | 1                       |
| Parque Mãe Preta          | 1                       |
| Parque das Indústrias     | 1                       |
| Jardim Cerveção           | 1                       |
| Estrada Rio Claro - Ajapi | 1                       |
| <b>Total</b>              | <b>60</b>               |

Fonte dos dados: Pesquisa direta  
Org. Cibeli Maria Reis

## 2.4. Afinal, quais são essas “forças endógenas”?

O recente desenvolvimento da atividade produtiva em Rio Claro, ao mesmo tempo que se concretiza graças à atuação de forças exógenas ao município (como já vimos), também se aproveita de elementos endógenos à ele (tais como a posição geográfica favorável para a logística empresarial, a disponibilidade de mão-de-obra e de matéria-prima, as políticas de incentivo à indústria, entre outros).

Primeiramente, é importante destacar que a localização de 48 estabelecimentos investigados (em sua maioria de porte médio, pequeno e muito pequeno) se justifica pelo fato do(s) proprietário(s) residir(em) no município de Rio Claro, na época de sua instalação. Esses casos ocorrem, em maior ou menor grau, em todas as localidades industriais, e são classificados pelas teorias locacionais da indústria como “acidentes históricos” (HURST, 1972), pois a localização da empresa é determinada pelo local de residência do empresário, e não por outras considerações de cunho econômico.

A *posição geográfica* do município foi citada como um aspecto importante por alguns estabelecimentos industriais. O fato do município estar localizado junto à rodovia Washington Luís e próximo à Anhanguera e Bandeirantes, facilita tanto o acesso dos fornecedores como a distribuição do produto. Para dois estabelecimentos localizados no Distrito Industrial, a presença desses grandes entroncamentos rodoviários e a curta distância entre Rio Claro e a capital paulista se constituíram no principal atrativo para que instalassem suas unidades fabris no município.

Além da posição geográfica do município, a *disponibilidade de mão-de-obra* foi apontada como um fator de atração para três indústrias, que ressaltaram a relação entre a abundância de mão-de-obra e o baixo preço pago para a mesma. A *ausência de pressões sindicais locais*, assim como os aspectos citados

anteriormente, constituíram os principais atrativos para a instalação de uma grande indústria mecânica (“Multibras”).

*A disponibilidade de matéria-prima* na região e a demanda em potencial por seus produtos na época de sua instalação representaram as razões para uma indústria cerâmica se fixar em Rio Claro.

*As políticas de incentivos* do poder local influenciaram na decisão locacional de dois estabelecimentos de grande porte: a “Torque”, através de doação de terreno, e a “Owens Corning” que, além do fator posição geográfica, aludiu à isenção de impostos concedida pela administração municipal no início da sua atividade industrial. Neste contexto, outras três indústrias fizeram menção ao Núcleo de Iniciação e Desenvolvimento de Organizações – NIDO (conhecido como incubadora de empresas), bem como ao Programa de Desenvolvimento de Rio Claro (PRODERC).

Criado em 1995 durante a gestão do prefeito Demerval da Fonseca Nevoeiro Júnior, o PRODERC tem como objetivo a geração de novos empregos e o aumento da arrecadação do ICMS local (segundo o depoimento do assessor de planejamento e pesquisa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico). Para tanto, tal programa viabiliza uma série de benefícios fiscais para novas indústrias e para aquelas que queiram ampliar suas instalações e suas atividades no município de Rio Claro.

De acordo com a lei no. 2788, de 06 de dezembro de 1995, as empresas interessadas em integrar esse Programa não devem ter nenhum débito com a Prefeitura e podem receber os seguintes benefícios:

- isenção total ou parcial do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, até o limite de três exercícios fiscais;
- isenção total do preço público, referente à obtenção da Licença para construção de obras particulares;

- isenção total ou parcial do Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza (ISSQN), até o limite máximo de três exercícios fiscais;
- isenção da Taxa de Alvará de Localização, bem como de todos os Impostos e taxas para legalização da inscrição junto ao Cadastro Municipal;
- isenção, para três exercícios consecutivos a partir do ano de instalação, da Taxa de Licença de Funcionamento;
- isenção total do Imposto sobre Transmissão de Bem Imóvel adquirido para fins exclusivos de acomodações e instalações operacionais da empresa;
- fornecimento de equipamentos e mão-de-obra para serviços iniciais de terraplenagem da obra necessária à instalação ou ampliação de empresas integrantes do Programa.

De acordo com o regimento deste Programa de Desenvolvimento, o período do fornecimento desses benefícios é de três anos. Contudo, o contrato pode ser renovado se as empresas comprovarem que não estão inadimplentes, que estão gerando empregos, bem como obedecendo as diretrizes ambientais criadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEDEPLAMA).

Considerando o PRODERC como uma prática de política industrial exercida pelo poder local, cabe neste momento fazer alusão ao amplo estudo desenvolvido por Selingardi-Sampaio e Custódio (1995), que delinearam os contextos teórico e fatural nos quais se inserem os principais tipos de políticas industriais implementadas, a nível nacional e local, em países capitalistas, inclusive o Brasil. Segundo as autoras, os principais tipos de políticas industriais implementadas no mundo são:

1. Concessão de incentivos financeiros (creditícios e fiscais)
2. Investimento direto, pelo governo, em unidades de produção industrial

3. Políticas de trabalho e de emprego (concessão de subsídios às fábricas, segundo o número de empregados que ocupam; políticas de imigração e emigração; adoção de políticas salariais e sindicais)
4. Criação de infra-estruturas (gerais e industriais)
5. Provisão de estruturas institucionais
6. Criação de regulamentação visando a preservação ambiental e a proteção e saúde do trabalhador.

Tendo em vista o histórico da atividade industrial de Rio Claro, Selingardi-Sampaio (1987, p. 48) sugeriu na explicação do papel que as políticas industriais desempenharam no desenvolvimento da fase “dinâmica” (de 1970 em diante), que a ativação da industrialização se deveu a uma oportuna conjunção de fatores, entre os quais os exógenos - aceleração da industrialização brasileira, abertura do país às exportações e aos investimentos estrangeiros, concentração da indústria na área metropolitana de São Paulo, e posterior desconcentração para o interior paulista - assumiram importância, sendo Rio Claro alcançada pela “onda industrializante” que se espalhava a partir da metrópole paulistana. Foi também a partir desse momento que fatores de atração locais, endógenos, passaram a ter efetiva atuação, e entre eles incluíam-se principalmente as políticas de incentivos implementadas pelo poder local (SELINGARDI-SAMPAIO e CUSTÓDIO, 1995, p. 34), entre as quais se destacaram os decretos da lei no. 1167, de 6 de julho de 1970: incentivos creditícios (doação de terrenos e pagamento de parte do aluguel dos prédios provisórios); incentivos fiscais (isenção de imposto predial e territorial por até 20 anos, isenção de despesas de impostos de serviços, isenção de taxas de água, isenção de despesas com escrituras e os registros dos imóveis); criação de infra-estrutura industrial (construção de vias de acesso às fábricas, fornecimento de água e construção de reservatórios, expansão da rede de esgotos, criação de

condições para escoamento regular dos detritos das fábricas, terraplenagem e destocamento de terrenos).

Como se evidencia, as atuais medidas oficiais de apoio à atividade industrial em Rio Claro (PRODERC) não são tão inovadoras, tendo em vista aqueles incentivos creditícios e fiscais concedidos pelo poder local, na década de 70.

A construção do *aterro industrial* no final do ano de 2000 foi mencionada por dois estabelecimentos como uma ação governamental de suma importância para o desenvolvimento econômico sustentável do município.

A *qualidade da água* foi um atrativo para a instalação de uma indústria do ramo “produtos alimentares”. Segundo o proprietário desse estabelecimento, a água rioclarense influencia muito na qualidade do seu produto - o sorvete.

Apenas um estabelecimento apresentou motivos particulares para se instalar em Rio Claro: a “Saint-Gobain”<sup>1</sup>, uma indústria cerâmica, cuja razão teria sido a compra do estabelecimento da empresa Carbus (que na ocasião já se encontrava instalado neste município). Contudo, o estabelecimento não deixou de mencionar a posição geográfica do município como uma vantagem, ressaltando a proximidade da capital paulista.

Entre os 60 estabelecimentos industriais pesquisados, apenas um deles não revelou a razão de sua localização em Rio Claro.

Após a exposição dessas informações, podemos concluir que o município de Rio Claro apresentou vários fatores de atração locacional que se constituíram em vantagens econômicas, especialmente, para os capitais industriais oriundos de outros lugares.

Como toda medalha tem seu reverso, além das vantagens, as empresas também apontaram alguns aspectos desfavoráveis para o desenvolvimento da

---

<sup>1</sup>A partir de janeiro de 2004, a “Saint-Gobain” encerra suas atividades em Rio Claro. Por motivo de logística empresarial, esta fábrica será transferida para o município de Vinhedo (SP), onde há outra unidade do mesmo grupo.

atividade industrial em Rio Claro. Desvantagens essas que dificultam a permanência de algumas empresas, tal como impossibilitam novas instalações industriais.

Para oito estabelecimentos dos mais variados ramos industriais, a atividade industrial local ainda carece de incentivos, especialmente fiscais.

Para uma indústria de confecções de pequeno porte, os impostos cobrados pela Prefeitura são abusivos para a realidade de uma micro-empresa, o que desestimula a atividade produtiva dessa categoria dimensional.

A escassez de escolas de ensino técnico e, conseqüentemente, de mão-de-obra especializada em Rio Claro, foi mencionada por seis estabelecimentos como uma desvantagem para a localização das suas fábricas, bem como para o crescimento da atividade industrial do município.

Os gastos com transporte no percurso Rio Claro - São Paulo (capital) foram destacados por seis estabelecimentos como os grandes inconvenientes para a permanência dos mesmos no município, pois o encarecimento dos seus suprimentos industriais está associado aos gastos com frete e pedágio sofridos pelos fornecedores oriundos da capital paulista.

A ausência de asfaltamento em algumas ruas do Distrito Industrial de Rio Claro, assim como a escassez de placas que sinalizam a localização das indústrias nessa área, foram apontadas por quatro indústrias, cujas unidades produtivas estão fixadas neste local.

Alguns estabelecimentos (9) apresentaram razões particulares para explicitar as desvantagens de estarem instalados em Rio Claro. A relativa distância do porto de Santos, local onde grande parte das mercadorias é escoada para o exterior, se constitui na única desvantagem que Rio Claro apresenta para uma indústria do ramo de transformação de minerais não-metálicos, e para uma indústria mecânica. Em dois outros casos, a distância de seus principais clientes, localizados na região Sul do país, constitui um aspecto negativo para a localização de seus

estabelecimentos neste município paulista. Já outros quatro estabelecimentos industriais reclamaram da concorrência no mercado local.

### **CAPÍTULO 3. O MERCADO DE TRABALHO INDUSTRIAL RIOCLARENSE**

No presente capítulo, além de apresentarmos as preferências/exigências das indústrias no que tange à contratação de trabalhadores, também demonstraremos quais são os principais fatores responsáveis pelas oscilações nas ofertas de emprego industrial, através de análise quantitativa da mão-de-obra ocupada nos estabelecimentos investigados em um período de dez anos (1991 a 2001). Desse modo, teremos a possibilidade de traçar a evolução do mercado de trabalho industrial em Rio Claro.

#### **3.1. Políticas de emprego das empresas**

De modo geral, além da preferência à mão-de-obra masculina (como veremos adiante através de uma análise quantitativa), há outras predileções, ou melhor, exigências por parte das empresas no ato da contratação dos trabalhadores. Instâncias tanto de caráter profissional (o nível de instrução e a qualificação), como de caráter pessoal (a idade, o estado civil, o fato de ter filhos, o local onde mora), são, muitas vezes, levadas em conta pelas indústrias.

Com relação ao nível de escolaridade, a maioria dos estabelecimentos de grande porte (quatro muito grandes e dez grandes) exige que o trabalhador contratado tenha, em geral, o ensino fundamental completo (o que equivale ao primeiro grau). Nos casos das empresas “Tigre” e “Multibrás”, por exemplo, este nível de instrução vinha sendo o mínimo, dando-se preferência a pessoas que tenham concluído (ou que estejam cursando) o Ensino Médio. Algumas empresas justificaram essa exigência com o intuito de garantir ou de pleitear o certificado ISO 9000.

Os estabelecimentos de porte médio, em sua maioria, também se mostraram exigentes quanto ao grau de escolaridade dos trabalhadores. As empresas “Aroldo Barthmann” e “Christiano A. Frederich” afirmaram que o nível de

instrução não era até então um quesito de relevância no momento da contratação, todavia, a partir do ano de 2002, tinham a pretensão de implantar um plano de cargos e salários.

Entre os estabelecimentos de porte pequeno e muito pequeno, dois (“Instrumentos Musicais JOG” e “Marcenaria Trovó”) declararam que contratar funcionários alfabetizados já era o suficiente. Outros 13 estabelecimentos (dos quais três correspondiam a indústrias de confecções) não faziam exigência nenhuma quanto à escolaridade, mas ressaltavam a importância da prática e da experiência na função.

De modo geral, a exigência quanto à escolaridade não varia de acordo com a faixa etária do funcionário, mas sim, conforme a função a ser desempenhada. Ao passo que, para a mão-de-obra operária, a exigência não ultrapassa o Ensino Fundamental (em alguns casos, nem isto era necessário), para funções mais especializadas/qualificadas, como torneiro, ferramenteiro, fresador, marceneiro, assim como àquelas ligadas a manutenção (eletricista e mecânico) a solicitação é, evidentemente, maior. Diante destas circunstâncias, é necessário que o trabalhador tenha algum curso técnico, isto é, uma qualificação profissional específica para ser admitido.

Por outro lado, a realidade evidenciada por alguns estabelecimentos de porte pequeno e muito pequeno (“Antonia Pereira Stek”, “Ademir Ap. de Souza” e “Rossini Castellano”) não condizia com esses ditames, já que a exigência consistia muito mais em prática e experiência para determinadas funções, do que num conhecimento técnico (formação profissional).

Além das habilidades já expostas, também era exigida do trabalhador, qualificação para desempenhar algumas funções ligadas à operação de máquinas gráficas; soldador; retificador; ajustador; torneiro; ferramenteiro; fresador; desenhista; tapeceiro; cerigrafista; e marceneiro.

No tocante ao treinamento da mão-de-obra, este era oferecido aos operários de muitas empresas investigadas que, por sua vez, alegavam estar preocupadas com a qualificação de seus trabalhadores. Cursos voltados para ISO 9000, segurança no trabalho e operação de novos equipamentos são continuamente aplicados nas grandes empresas. A “Torque”, além de ter implantado o Programa de Qualidade Total, também proporciona cursos de metrologia e AUTO-CAD. Um estabelecimento de porte médio (“Engimplan”), em virtude da compra de um torno automático CNC, enviou dois funcionários para a Capital paulista com o propósito de participarem de um treinamento de operação da máquina, oferecido pelo fornecedor.

No caso dos estabelecimentos de porte pequeno e muito pequeno, é muito comum que os operários aprendam as operações produtivas na “prática”, já que os funcionários mais antigos ensinam as tarefas para os recém contratados.

Ainda com respeito às políticas de emprego, um fato interessante a ser destacado é que seis indústrias apontaram como exigência para a contratação da mão-de-obra, um atestado de antecedentes criminais; e dois estabelecimentos, demonstrando a preocupação com a saúde pública, não contratavam trabalhador fumante.

Com relação à contratação de menores de idade, 12 estabelecimentos industriais possuem menores trabalhando no setor produtivo - a maior parte do sexo masculino -, sendo que, em cinco deles, se tratam de alunos do colégio técnico “SENAI”, os quais trabalham na condição de aprendizes. Na “Tigre”, dois menores da Guarda-Mirim realizam tarefas de *office-boy*.

No que tange à área de recrutamento dos trabalhadores, ela é bastante restrita. De maneira geral, a maior parte dos trabalhadores industriais é recrutada no próprio município de Rio Claro, e é praticamente unânime, por parte dos empresários, a preferência por indivíduos nele residentes. Esses motivos são plausíveis quando considerados os grandes gastos com transporte (que, na maioria

das vezes, recaem sobre as empresas), e as maiores probabilidades de perda do dia de trabalho daqueles funcionários oriundos de outras cidades, que teriam que viajar diariamente. A “Torque” merece destaque por não ser incluída nesta regra, pois desde seus primeiros anos de atividade no referido município, a indústria tem fretado ônibus para transportar 180 operários provenientes de Araras (município onde está localizada a matriz da empresa).

Nos estabelecimentos de porte pequeno e muito pequeno, há preferência por trabalhadores que moram no mesmo bairro ou nas adjacências do local onde está instalada a indústria. Tal fato é justificado tendo em vista o contato mais rápido entre empresa e funcionário quando isso for necessário, assim como o fácil acesso da mão-de-obra até o local de trabalho, cujo percurso pode ser feito a pé ou de bicicleta.

Por outro lado, em seis dos 60 estabelecimentos industriais investigados, a mão-de-obra especializada dificilmente é encontrada em Rio Claro, o que tem forçado alguns deles a recorrer ao recrutamento de trabalhadores de cidades maiores da região, como Piracicaba, Limeira, Americana e até Campinas. Contudo, antes da contratação, a “Aldoro”, por exemplo, verifica se o trabalhador tem disponibilidade de morar em Rio Claro.

### **3.2. Flutuações de curto prazo na oferta de emprego industrial e suas principais causas**

Do total de estabelecimentos investigados (60), 31 admitiram haver flutuação no número de empregados da fábrica, sendo que 16 deles apresentavam tendência à ampliação dos quadros, 9 à redução e 6 a ambas situações. A maioria alegou que essas oscilações eram do tipo sazonal.

Várias foram as causas apontadas para as flutuações do emprego, as quais podiam estar relacionadas ao aumento ou à diminuição da produção. Na

primeira situação, mereceram destaque a expansão do mercado e a diminuição da concorrência; na segunda, foram destacadas a retração do mercado, o aumento da concorrência, a escassez de capital de giro e as inovações tecnológicas.

Dois dos estabelecimentos de porte muito grande, ("Tigre" e "Multibrás"), e mais quatro de porte médio ("Ibrac", "Inoplast", "Frutverão" e "Christiano A. Frederich"), alegaram vivenciar as duas situações de oscilações de oferta de emprego (ampliação e redução). A ampliação foi, em grande parte, atribuída à expansão do mercado nacional e internacional, e a redução foi justificada pela retração do mesmo. A crise energética de 2001 também foi indicada por três dessas indústrias como a grande culpada pelas demissões, e a conseqüente diminuição do quadro de funcionários.

Na "Frutverão" (uma empresa que produz sorvetes), a flutuação no número de empregados da fábrica é um acontecimento corriqueiro no decorrer do ano, fato compreensível tendo em vista que suas vendas são sazonais. Neste sentido, nos meses quentes (de setembro até fevereiro), há ampliação no número de funcionários, mas a partir do final de março até o mês de agosto, tanto a produção como o quadro de funcionários são reduzidos.

Entre as 16 empresas que aumentaram a oferta de trabalho em função da ampliação da produção, a "Riclan" merece destaque, já que o mercado latino-americano em expansão tem sido seu principal alvo nos últimos dois anos. Para a mecânica "Fischer", a diminuição da concorrência tem sido responsável pelo aumento da sua produção e pelas novas contratações de trabalhadores, pois os equipamentos similares importados encareceram com aumento do dólar a partir de 1999.

Das nove indústrias que reduziram seu quadro de funcionários, a "Beccaro" justificou a dispensa de alguns trabalhadores em decorrência da

terceirização de algumas etapas produtivas, e as demais arguíram a retração do mercado.

### **3.3. Evolução (à médio prazo) da oferta de empregos industriais**

Com o intuito de avaliar de forma mais detalhada as oscilações nas ofertas de emprego industrial, e suas repercussões sobre a evolução do mercado de trabalho em Rio Claro, julgamos necessário solicitar de cada estabelecimento investigado o total de pessoas ocupadas, por sexo, nos setores administrativo e produtivo, não só no período do trabalho de campo (outubro/2001 a março/2002), mas também durante os anos 1991, 1993, 1995, 1997 e 1999. Contudo, devemos salientar que nem todas as empresas souberam informar o número de funcionários nos anos anteriores a 2001, pois alegavam que tais dados eram de difícil acesso, até mesmo para o pessoal do setor administrativo. Além disso, 16 estabelecimentos de diferentes categorias dimensionais não puderam informar dados relativos aos anos mais remotos (1991, 1993 e 1995) porque ainda não existiam nestas datas.

Na tentativa de realizar uma análise mais apurada dessas informações obtidas em campo, decidimos fazer uso dos cinco estratos da amostra, os quais representam as diferentes categorias dimensionais determinadas (“estabelecimentos de porte muito grande”; “estabelecimentos de porte grande”; “estabelecimentos de porte médio”; “estabelecimentos de porte pequeno”; e “estabelecimentos de porte muito pequeno”).

Mediante os dados parciais obtidos junto aos “estabelecimentos de porte muito grande” durante os anos de 1991 a 2001, podemos afirmar que houve uma tendência ao aumento do número total de empregados (Quadro 4). Infelizmente, ficamos restritos a esta notificação, porque a grande maioria das empresas desta categoria dimensional não forneceu as informações pormenorizadas solicitadas inicialmente (pessoal ocupado, por sexo nos setores produtivo e administrativo).

Quadro 4 - Evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos de porte muito grande em Rio Claro – SP no período de 1991 - 2001

| ano  | no. de estabelecimentos que responderam | total do pessoal ocupado (produção e administração) |
|------|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| 1991 | 2                                       | 1110                                                |
| 1993 | 3                                       | 1855                                                |
| 1995 | 3                                       | 2554                                                |
| 1997 | 3                                       | 2650                                                |
| 1999 | 5                                       | 4324                                                |
| 2001 | 5                                       | 4565                                                |

Fonte dos dados: Pesquisa direta  
Org. Cibeli Maria Reis

Dos cinco estabelecimentos industriais desta categoria dimensional, o único que forneceu os números do pessoal ocupado, por sexo, nos setores produtivo e administrativo no período em estudo, foi a “Multibrás”. Este estabelecimento industrial, ano a ano, aumentou seu quadro de funcionários, tanto na produção como na administração, em virtude da expansão do mercado. Somente em 2001 houve uma redução de 8% do pessoal da produção, em virtude da crise energética que assolou todo o país. Em todos os anos investigados, verificou-se que, nesta indústria de eletrodomésticos, a mão-de-obra masculina sobrelevou a feminina nos dois setores. Especificamente no setor produtivo, havia uma diferença de 120 homens, fato inteligível por se tratar de uma indústria mecânica, onde as tarefas exigem força física, um atributo natural do sexo masculino.

A “Torque”<sup>2</sup>, apesar de existir desde 1995, forneceu somente os dados do número de funcionários a partir do período de vigência da gestão Volkswagen (que compreende 1998 a 2001), e mostrou uma realidade peculiar ao ramo metalúrgico - a mão-de-obra na produção é composta somente por homens -, pois,

<sup>2</sup> A metalúrgica “Torque”, fundada no município de Rio Claro (SP) em 1995, resultou de investimentos provenientes de Araras (SP). Em 1998, este estabelecimento industrial foi adquirido pelo grupo empresarial

como no caso da “Multibrás”, as tarefas exigem bastante força física. A única mulher que trabalha neste estabelecimento industrial (“Torque”) é uma secretária administrativa.

No caso dos estabelecimentos de porte grande, devemos adiantar que oito nos forneceram dados relativos ao total de pessoas ocupadas, por sexo, nos setores administrativo e produtivo. Entretanto, as informações foram parciais, já que algumas não souberam corroborar os números de funcionários nos anos anteriores a 2001, pois alegaram não dispor de tais dados.

Diante das informações disponíveis, podemos afirmar que a “Owens Corning” e a “Ladal” não fazem uso da força de trabalho feminina no setor produtivo, pois, como nos casos anteriores (da “Multibrás” e da “Torque”), as tarefas demandam força física, uma característica tipicamente masculina. Com exceção da “Fricock”, nas demais indústrias dessa categoria dimensional (“Fischer”, “Agroceres”, “Saint-Gobain”, “Harpex” e “Ludival”), a participação da mão-de-obra masculina é muito maior que a feminina <sup>3</sup>.

O entrevistado da “Saint-Gobain” reconheceu a necessidade de um maior número de mulheres na produção, alegando que elas têm mais habilidades para serviços delicados, como o de inspeção de qualidade dos produtos. Todavia, essa necessidade não é suprida porque, segundo ele, as mulheres perdem muitos dias de serviço para resolverem problemas familiares, como, por exemplo, doenças de filhos.

Quanto à evolução do pessoal ocupado nas empresas desta categoria dimensional no período investigado, pudemos fazer algumas constatações a partir dos dados explicitados no Quadro 5.

---

alemão Wolkswagen sob a forma de comodato. Desde então, toda a produção desta metalúrgica visa atender a demanda do atual gestor.

3 De modo geral, a opção pela mão-de-obra masculina ou feminina se dá conforme a função ou tarefa a ser desempenhada. Entretanto, havia mais empregos masculinos do que empregos femininos nos estabelecimentos industriais investigados.

Quadro 5 - Evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos de porte grande em Rio Claro - SP no período de 1991 - 2001

|      |                                         | pessoal empregado na produção |        |       | pessoal empregado na administração |        |       |             |
|------|-----------------------------------------|-------------------------------|--------|-------|------------------------------------|--------|-------|-------------|
| ano  | no. de estabelecimentos que responderam | homem                         | mulher | total | homem                              | mulher | total | total geral |
| 1991 | 3                                       | 948                           | 42     | 990   | 110                                | 71     | 181   | 1171        |
| 1993 | 3                                       | 965                           | 52     | 1017  | 128                                | 78     | 206   | 1223        |
| 1995 | 3                                       | 723                           | 52     | 775   | 97                                 | 40     | 137   | 912         |
| 1997 | 3                                       | 813                           | 52     | 865   | 92                                 | 39     | 131   | 996         |
| 1999 | 4                                       | 885                           | 74     | 959   | 115                                | 60     | 175   | 1134        |
| 2001 | 7                                       | 1300                          | 184    | 1484  | 182                                | 101    | 283   | 1767        |

Fonte dos dados: Pesquisa direta  
Org. Cibeli Maria Reis

Considerando que o número de estabelecimentos industriais que forneceram informações no período entre 1991 a 1997 foi mantido (3), notamos que houve uma queda no número de empregados tanto na administração quanto na produção (homens), principalmente de 1993 a 1995. Esse acontecimento se deveu, sobretudo, ao “enxugamento” do quadro de funcionários da “Owens Corning”, que passou por uma reestruturação organizacional, a qual culminou na automação de alguns setores produtivos e, conseqüentemente, na dispensa de 242 operários, àquela época.

Antes de fazer a análise do pessoal ocupado nos estabelecimentos de porte médio, cabe aqui destacar as particularidades de alguns ramos industriais da amostra no que tange à grande absorção da força de trabalho feminino (confeções), assim como à baixa participação das mulheres na força de trabalho (mecânica e metalúrgica, como já mencionamos em casos precedentes). Na “Santa Maria Confeções”, por exemplo, não há mão-de-obra masculina no setor produtivo, fato compreensível tendo em vista que as tarefas da produção demandam habilidade manual e delicadeza, um predicado natural das mulheres. Na “Tripa Rio” e na “Panificadora Pão Kent”, ambas do ramo alimentício, a força de trabalho

feminina é dominante. Já nas metalúrgicas “Christiano A. Frederich”, “C. Holberger”, “Beccaro”, “Usiferc” e “Aroldo Barthmann”, assim como na indústria de matérias plásticas “Inoplast” e “Aldoro” (indústria de transformação de produtos de materiais metálicos), não há registro da participação da mão-de-obra feminina no setor produtivo, já que a maioria das tarefas também exige força física.

O Quadro 6 revela que a quantidade de força de trabalho feminino não é tão reduzida quanto na análise anterior, pois nesta categoria dimensional há estabelecimentos industriais (“Confecções Santa Helena”, “Santa Maria” e “Jemar”) que utilizam somente mão-de-obra feminina no processo produtivo, pois eles priorizam a delicadeza no trabalho manual.

De modo geral, a evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos de porte médio pesquisados apresentou, com algumas ressalvas, uma inclinação ao aumento do número de funcionários.

Quadro 6 - Evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos de porte médio em Rio Claro - SP no período de 1991 - 2001

| ano  | no. de estabelecimentos que responderam | pessoal empregado na produção |        |       | pessoal empregado na administração |        |       | total geral |
|------|-----------------------------------------|-------------------------------|--------|-------|------------------------------------|--------|-------|-------------|
|      |                                         | homem                         | mulher | total | homem                              | mulher | total |             |
| 1991 | 12                                      | 288                           | 154    | 442   | 41                                 | 45     | 86    | 528         |
| 1993 | 15                                      | 305                           | 169    | 474   | 46                                 | 57     | 103   | 577         |
| 1995 | 16                                      | 339                           | 204    | 543   | 51                                 | 56     | 107   | 650         |
| 1997 | 17                                      | 386                           | 164    | 550   | 57                                 | 59     | 116   | 666         |
| 1999 | 18                                      | 421                           | 209    | 630   | 56                                 | 68     | 124   | 754         |
| 2001 | 18                                      | 401                           | 203    | 604   | 64                                 | 71     | 135   | 739         |

Fonte dos dados: Pesquisa direta  
Org. Cibeli Maria Reis

As ressalvas mencionadas acima dizem respeito ao decréscimo do pessoal empregado na produção durante os períodos de 1995 a 1997 (mulheres), e 1999 a 2001 (homens e mulheres).

Entre 1995 e 1997, a “Confecções Helena” dispensou, praticamente, metade de suas costureiras (que exerciam as tarefas em casa, sem vínculo empregatício), em virtude de pressões sindicais atuantes no município de Rio Claro, as quais se mostraram contrárias a esta forma flexível de contratação de trabalho, um exemplo bastante ilustrativo de resistência/força dos atores sociais locais diante de ações capitalistas que já atingem todo o mundo industrializado. Esse acontecimento merece toda a nossa atenção, considerando que, nos últimos três anos, os sindicatos brasileiros estão perdendo o poder de intermediação/negociação entre o capital e o trabalho. Tal acontecimento se deve, em grande parte, à flexibilização das leis trabalhistas, promovida pelo Governo Federal que, cada vez mais, está cedendo às pressões empresariais e, concomitantemente, está contribuindo para a deterioração das condições de trabalho.

Apesar do número de estabelecimentos (18) que forneceram informações ter se mantido durante o período de 1999 a 2001, a força de trabalho feminino foi reduzida, sobretudo, em função da dispensa de mão-de-obra da indústria de confecções “Jemar”, que recorreu à contratação de trabalho a domicílio sem vínculo empregatício, uma estratégia economicamente vantajosa para as empresas. No que se refere ao decréscimo da mão-de-obra masculina, a metalúrgica “Beccaro” diminuiu o número de operários no mesmo período, em decorrência da terceirização de algumas tarefas do setor produtivo. Ambos os casos estampam a tendência à flexibilização das relações de produção e de trabalho na atividade industrial rioclarense.

No que tange aos dez estabelecimentos de porte pequeno, os ramos industriais eram variados, contudo, apresentavam características bastante comuns quanto ao pessoal ocupado no setor produtivo, por sexo, pois seis deles (“Riomanfe”, “Seflol”, “Instrumentos JOG”, “Presermade”, “Bonaldo e Cia” e “Antonia Ap. P. Stek”) só utilizavam mão-de-oba masculina, em virtude da necessidade de

força física para o desenvolvimento das tarefas. Nos casos da “Gimpan” e da “Majograf”, o número de homens na produção praticamente era mais que o dobro das mulheres. Os dados do Quadro 7 demonstram essa disparidade numérica entre homens e mulheres.

Quadro 7 - Evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos de porte pequeno em Rio Claro - SP no período de 1991 - 2001

| ano  | no. de estabelecimentos que responderam | pessoal empregado na produção |        |       | pessoal empregado na administração |        |       | total geral |
|------|-----------------------------------------|-------------------------------|--------|-------|------------------------------------|--------|-------|-------------|
|      |                                         | homem                         | mulher | total | homem                              | mulher | total |             |
| 1991 | 5                                       | 66                            | 9      | 75    | 14                                 | 6      | 20    | 95          |
| 1993 | 7                                       | 66                            | 9      | 75    | 17                                 | 7      | 24    | 99          |
| 1995 | 8                                       | 74                            | 7      | 81    | 18                                 | 8      | 26    | 107         |
| 1997 | 8                                       | 71                            | 7      | 78    | 17                                 | 10     | 27    | 105         |
| 1999 | 9                                       | 96                            | 12     | 108   | 18                                 | 10     | 28    | 136         |
| 2001 | 9                                       | 82                            | 10     | 92    | 19                                 | 10     | 29    | 121         |

Fonte dos dados: Pesquisa direta  
Org. Cibeli Maria Reis

Apesar do aumento do número de estabelecimentos que forneceram informações sobre o quadro de funcionários no período entre 1991 a 1993, houve uma queda na quantidade de empregados ocupados no setor produtivo. Isso se deveu, sobretudo, às dispensas de funcionários da “Seflol” e da “Instrumentos JOG”, que alegaram sofrer com a crise econômica da época e com a falta de capital de giro.

No período de 1993 a 1995, foi registrada uma queda no número de funcionários do sexo feminino, pois o “Café Expresso” teve que realizar corte de despesas em função das oscilações do mercado.

Entre 1999 e 2001, houve outra queda no número de funcionários, de ambos os sexos, no setor produtivo. No que tange à diminuição da mão-de-obra masculina, a “Presermade” passou a terceirizar a tarefa que correspondia à

impermeabilização da madeira. No caso da redução da mão-de-obra feminina, a “Gimpan” efetuou duas demissões porque recorreu a subcontratação do empacotamento dos guardanapos de papel. Aqui, tivemos outros dois exemplos de flexibilização das relações de produção na indústria.

Com relação aos estabelecimentos de porte muito pequeno (18), pudemos verificar que dez indústrias investigadas também não utilizavam a força de trabalho feminino, pois pertenciam aos ramos industriais que exigiam trabalho pesado (mecânica, metalúrgica, madeira e transformação de materiais não metálicos). Somente três estabelecimentos do ramo de confecções (“Cenira Ap. Abreu Zanon”, “Farol Rio” e “Lauris”) se destacaram nesta categoria dimensional como detentores de mão-de-obra exclusivamente feminina.

Ao analisar a evolução do pessoal ocupado neste estrato da amostra (Quadro 8), constatamos que houve queda bastante expressiva do número de mulheres no setor produtivo entre 1991 e 1995. Esse fato esteve associado à forma como a indústria de confecções “Cenira Ap. Abreu Zanon” se reorganizou após o falecimento do proprietário. Desde o acontecido, o referido estabelecimento industrial passou a ser administrado pela esposa e pelo filho do casal, que decidiram “enxugar” o quadro de funcionários que se encontra bastante reduzido até os dias atuais. No mesmo período, a gráfica e editora “Ultra Copy” dispensou um funcionário, por motivo de crise financeira interna.

Quadro 8 - Evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos de porte muito pequeno em Rio Claro - SP no período de 1991 - 2001

| ano  | no. de estabelecimentos que responderam | pessoal empregado na produção |        |       | pessoal empregado na administração |        |       | total geral |
|------|-----------------------------------------|-------------------------------|--------|-------|------------------------------------|--------|-------|-------------|
|      |                                         | homem                         | mulher | total | homem                              | mulher | total |             |
| 1991 | 9                                       | 30                            | 52     | 82    | 8                                  | 8      | 16    | 98          |
| 1993 | 9                                       | 29                            | 25     | 54    | 7                                  | 9      | 16    | 70          |
| 1995 | 10                                      | 31                            | 19     | 50    | 8                                  | 10     | 18    | 68          |
| 1997 | 13                                      | 43                            | 27     | 70    | 14                                 | 11     | 25    | 95          |
| 1999 | 16                                      | 51                            | 27     | 78    | 16                                 | 11     | 27    | 105         |
| 2001 | 18                                      | 60                            | 19     | 79    | 23                                 | 14     | 37    | 116         |

Fonte dos dados: Pesquisa direta  
Org. Cibeli Maria Reis

Apesar do número de estabelecimentos que cederam informações ter aumentado de 1997 a 2001 (de 13 para 18), o número de mulheres ocupadas na produção diminuiu em função das dispensas de costureiras realizadas pelas indústrias de confecções “Lauris” e “Farol Rio”, que se justificaram pelo aumento da concorrência e queda do poder de consumo da população, respectivamente. Segundo a proprietária da primeira empresa, por alguns anos, a produção do estabelecimento foi realizada somente por ela e sua mãe, pois a procura por serviços de costura estava muito escassa.

Após todas as averiguações realizadas nesta fase da pesquisa, podemos afirmar que, em tese, a opção pela mão-de-obra masculina ou feminina se dá conforme a função ou tarefa a ser desempenhada. Entretanto, cabe ressaltar que, em nossa amostra, havia muito mais empregos masculinos do que empregos femininos nas indústrias de transformação investigadas, fato este que apresenta coerência com os resultados de uma pesquisa recente desenvolvida no município de Rio Claro (OLIVEIRA, 2000), a qual também identificou a maior participação dos homens no mercado de trabalho industrial.

Ficou evidente que as flutuações nas ofertas de emprego industrial em Rio Claro, além de estarem associadas aos fatores econômicos tradicionais (como expansão ou retração do mercado; diminuição ou aumento da concorrência; escassez de capital de giro; e inovações tecnológicas), também estão, em alguns casos, relacionadas à flexibilização das relações de produção e de trabalho na indústria (como, por exemplo, a dispensa de empregados regulares em virtude da subcontratação de tarefas de outras empresas; e substituição de trabalhadores regulares por trabalhadores a domicílio). Neste sentido, podemos afirmar que as transformações/flexibilizações na organização da produção e nos processos de trabalho podem influenciar a dinâmica do mercado de trabalho industrial.

Não podemos perder de vista que essas estratégias de “maleabilidade”, identificadas no âmbito industrial de Rio Claro e, conseqüentemente, na dinâmica do seu mercado de trabalho, são resultantes de um processo global de reestruturação da indústria, que vem se infiltrando nas escalas espaciais, se difundindo pelos territórios nacionais e atingindo seus substratos, os municípios industrializados, os “*locus*” onde ocorrem as atividades produtivas.

## **CAPÍTULO 4: FLEXIBILIDADE VERSUS RIGIDEZ: AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DE RIO CLARO**

Antes de focalizarmos as informações empíricas acerca das relações de produção e de trabalho na atividade industrial de Rio Claro, que constituem o núcleo do nosso trabalho, devemos considerar que existem duas formas principais de se organizar a produção de uma empresa: a organização interna/integrada e a organização externa (COASE apud SCOTT, 1986). Na primeira, todas as fases da produção são internalizadas, isto é, são realizadas na própria fábrica, onde os métodos tayloristas-fordistas de produção costumam dominar, assim como a produção em série. Na organização externa (ou de produção “flexível”), a empresa se responsabiliza por algumas fases da produção (ou mesmo nenhuma) e transfere as demais para outras firmas ou para trabalhadores a domicílio: assim ocorre a desintegração vertical da produção, feita geralmente através de subcontratação de outras firmas (que constitui um tipo específico de *linkage* ou de relação transacional entre firmas), e/ou de trabalho a domicílio.

Tendo em vista tais noções norteadoras, analisaremos, num primeiro momento, as formas de organização e as relações de produção nas indústrias pesquisadas e, posteriormente, trataremos da estruturação das relações de trabalho nas mesmas unidades fabris, verificando, do ponto de vista quantitativo, a utilização da mão-de-obra regularmente empregada na fábrica, assim como a existência de modos alternativos de contratação de trabalhadores (temporários, em tempo parcial e a domicílio), apregoados pela ideologia da racionalidade produtiva.

### **4.1. Relações de produção**

Na pesquisa de campo, nos deparamos com um quadro bem diversificado no que se refere às formas de organização da produção e às relações de produção, já que dois grandes tipos (**fábricas com produção própria** - em série, por

encomenda e em série e por encomenda -, e **fábricas sem produção própria**) e 25 sub-tipos, respectivamente, puderam ser identificados. São eles:

# **1. FÁBRICAS COM PRODUÇÃO PRÓPRIA - 56 estabelecimentos industriais ou 93, 33% do total.**

## **1.1. FÁBRICAS COM PRODUÇÃO PRÓPRIA (EM SÉRIE) - 18 estabelecimentos industriais ou 30% do total.**

1.1.1. Fábricas com produção própria (em série), auto suficientes, que não têm relações de subcontratação (não subempreitam outras, não são subempreitadas por outras, não subcontratam trabalho a domicílio) e, portanto, possuem organização integrada.....13

1.1.2. Fábricas com produção própria (em série), que são subcontratadas por outras de forma permanente.....1

1.1.3. Fábricas com produção própria (em série), que subcontratam outras empresas de forma permanente..... 1

1.1.4. Fábricas com produção própria (em série), que subcontratam outras empresas de forma permanente e ainda são subcontratadas por outras empresas..... 2

1.1.4.1. Fábricas com produção própria (em série), que subcontratam outras empresas de forma permanente e ainda são subcontratadas por outras de forma permanente.....1

1.1.4.2. Fábricas com produção própria (em série), que subcontratam outras

empresas de forma permanente e ainda  
são subcontratadas por outras de forma  
ocasional.....1

1.1.5. Fábricas com produção própria (em série), que  
subcontratam trabalho a domicílio de forma  
permanente..... 1

## 1.2. FÁBRICAS COM PRODUÇÃO PRÓPRIA (POR ENCOMENDA)

- 20 fábricas ou 33,33% do total.

1.2.1. Fábricas com produção própria (por encomenda),  
auto suficientes, que não têm relações de subcontratação  
(não subempreitam outras, não são subempreitadas por  
outras, não subcontratam trabalho a domicílio) e, portanto,  
possuem organização integrada..... 11

1.2.2. Fábricas com produção própria (por encomenda),  
que são subcontratadas por outras empresas de forma  
permanente..... 1

1.2.3. Fábricas com produção própria (por encomenda),  
que subcontratam outras empresas..... 3

1.2.3.1. Fábricas com produção própria  
(por encomenda), que subcontratam  
outras de forma permanente..... 1

1.2.3.2. Fábricas com produção própria  
(por encomenda), que subcontratam  
outras de forma ocasional..... 2

- 1.2.4. Fábricas com produção própria (por encomenda), que subcontratam outras empresas e trabalho a domicílio de forma ocasional..... 1
- 1.2.5. Fábricas com produção própria (por encomenda), que subcontratam outras empresas e trabalho a domicílio de forma ocasional e ainda são subcontratadas de forma ocasional..... 1
- 1.2.6. Fábricas com produção própria (por encomenda), que subcontratam outras empresas de forma ocasional e ainda são subcontratadas de forma ocasional.....1
- 1.2.7. Fábricas com produção própria (por encomenda), que são subcontratadas por outras empresas de forma ocasional e ainda subcontratam trabalho a domicílio de forma ocasional..... 1
- 1.2.8. Fábricas com produção própria (por encomenda), que subcontratam trabalho a domicílio de forma ocasional..... 1

1.3. FÁBRICAS COM PRODUÇÃO PRÓPRIA (EM SÉRIE E POR ENCOMENDA) - 18 fábricas ou 30% do total.

- 1.3.1. Fábricas com produção própria (em série e por encomenda), auto suficientes, que não têm relações de subcontratação (não subempreitam outras, não são subempreitadas por outras, não subcontratam trabalho a domicílio) e, portanto, possuem organização integrada... 6

- 1.3.2. Fábricas com produção própria (em série e por encomenda), que são subcontratadas por outras empresas de forma permanente..... 1
- 1.3.3. Fábricas com produção própria (em série e por encomenda), que são subcontratadas por outras empresas por tarefa..... 1
- 1.3.4. Fábricas com produção própria (em série e por encomenda), que subcontratam outras empresas..... 3
- 1.3.4.1. Fábricas com produção própria (em série e por encomenda), que subcontratam outras de forma permanente..... 2
- 1.3.4.2. Fábricas com produção própria (em série e por encomenda), que subcontratam outras de forma ocasional...  
..... 1
- 1.3.5. Fábricas com produção própria (em série e por encomenda), que subcontratam outras empresas de forma permanente, bem como trabalho a domicílio de forma ocasional..... 1
- 1.3.6. Fábricas com produção própria (em série e por encomenda), que subcontratam outras empresas de forma ocasional, bem como trabalho a domicílio de forma ocasional..... 1
- 1.3.7. Fábricas com produção própria (em série e por encomenda), que subcontratam outras empresas e

trabalho a domicílio de forma permanente e, ainda são  
subcontratadas de forma permanente..... 1

1.3.8. Fábricas com produção própria (em série e por  
encomenda), que subcontratam outras empresas e  
trabalho a domicílio de forma ocasional e, ainda são  
subcontratadas por outras em caráter de tarefas..... 1

1.3.9. Fábricas com produção própria (em série e por  
encomenda), que subcontratam outras empresas de  
forma ocasional e ainda são subcontratadas de forma  
permanente..... 1

1.3.10. Fábricas com produção própria (em série e por  
encomenda), que subcontratam trabalho a domicílio por  
tarefa..... 2

## **2. FÁBRICAS SEM PRODUÇÃO PRÓPRIA - 4 estabelecimentos industriais ou 6,66% do total.**

2.1. FÁBRICAS SEM PRODUÇÃO PRÓPRIA, QUE SÃO  
SUBCONTRATADAS POR OUTRAS EMPRESAS - 4 estabelecimentos  
industriais ou 6,66% do total.

2.1.1. Fábricas sem produção própria, que são  
subcontratadas por outras empresas de forma  
permanente..... 3

2.1.2. Fábricas sem produção própria, que são  
subcontratadas por outras empresas de forma  
permanente e subcontratam trabalho a domicílio de forma  
permanente..... 1

Com o propósito de oferecer uma melhor apreensão e entendimento das formas de organização da produção, de relações de produção e suas diferentes combinações descritas e quantificadas acima, condensamos todas estas informações no Quadro 9: Formas de organização da produção, relações de produção e suas diferentes combinações - estabelecimentos industriais pesquisados no município de Rio Claro - SP, 2001.

Quadro 9 : Formas de organização da produção, relações de produção e suas diferentes combinações - estabelecimentos industriais pesquisados no município de Rio Claro, SP - 2001

|                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>1.1 Produção própria (em série), sem relações de subcontratação<br/>(13)</p> <p>1.2. Produção própria (em série), com relações de subcontratação (concorrencial e complementar)<br/>(5)</p> | <p>1.1.1. Fábricas com produção própria (em série), auto-suficientes, com produção integrada.....13</p> <p>1.2.1. Fábricas com produção própria (em série) que são subcontratadas por outras de forma permanente..... 1</p> <p>1.2.2. Fábricas com produção própria (em série) que subcontratam outras de forma permanente..... 1</p> <p>1.2.3. Fábricas com produção própria (em série) que subcontratam outras de forma permanente e ainda são subcontratadas de forma permanente..... 1</p> <p>1.2.4. Fábricas com produção própria (em série), que subcontratam outras de forma permanente e ainda são sucontratadas de forma ocasional..... 1</p> <p>1.2.5. Fábricas com produção própria (em série) que não subcontratam outras, nem são subcontratadas e empregam trabalho a domicílio de forma permanente..... 1</p> | <p>Organização interna (ou integração da produção)</p> <p>Fábricas com organização interna e que participam da desintegração vertical e horizontal da produção de outras empresas (1)</p> <p>Fábricas e empresas com organização externa produção (graus variáveis desintegração vertical e horizontal) (4) e que também participam da desintegração vertical e horizontal de outras empresas (2)</p> |
|                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

Como podemos verificar, 30 estabelecimentos com produção própria ou 50% do total (entre eles, 13 cuja produção é feita em série, 11 que possuem produção só por encomenda, e 6 que têm produção em série e por encomenda) apresentam a produção totalmente internalizada (isto quer dizer que todas as etapas de produção são desenvolvidas e concentradas no próprio estabelecimento industrial), caracterizando um sistema de produção mais rígido e coerente aos parâmetros fordistas, segundo os quais não há uso de operações de subcontratação. Desse modo, estes estabelecimentos são auto-suficientes e, sendo assim, não organizam externamente sua produção, não tendo, pois, desintegração vertical e horizontal da produção, assim como não participam das de outras firmas.

Cabe ainda mencionar que as outras 30 fábricas pesquisadas, ou 50% do total (5 entre as que possuem produção própria em série; 9 que têm produção própria por encomenda; 12 que têm produção própria, tanto em série como por encomenda; e 4 que não possuem produção própria), participam de operações de subcontratação, com graus variáveis de intensidade e sob as formas de “contratante” (14), de “contratada” (7), ou de ambas, simultaneamente (9).

Podemos concluir que, apesar de 30 estabelecimentos industriais (50% do total pesquisado) estarem restritos à organização interna da produção, as relações transacionais externas (em graus variáveis de intensidade) são evidenciadas nos outros 50% das fábricas; fato este que demonstra a importância que as operações de subcontratação estão assumindo no âmbito da atividade industrial rioclarense. Desse modo, a identificação de indústrias com produção “flexível” consiste em uma descoberta de suma importância para os propósitos de nossa pesquisa, que busca exatamente elucidações acerca das relações de produção e de trabalho na indústria, como forma de estudo do processo global de reestruturação/flexibilização produtiva.

Após o delineamento do quadro geral das formas de organização da produção e das relações transacionais que ocorrem, cabe, a partir daqui, analisar e detalhar as evidências encontradas.

Dos 60 estabelecimentos industriais pesquisados, ficou constatado que 30 não apresentam qualquer tipo de subcontratação, sendo auto-suficientes, o que constitui um exemplo vivaz da permanência das relações tradicionais/rígidas de produção na atividade industrial de Rio Claro. Tais estabelecimentos são, sobretudo, de porte médio (8), ocupando entre 21 a 100 empregados; de porte muito pequeno (8), empregando de 11 a 20 pessoas; e de porte pequeno (7), contando com até 10 empregados. As fábricas restantes estão distribuídas entre as maiores categorias dimensionais: 6 estabelecimentos de porte grande, que empregam de 101 a 500 pessoas; e 1 estabelecimento de porte muito grande, que ocupa 501 a mais de 1000 pessoas.

A análise dos estabelecimentos (30) envolvidos em operações de subcontratação - subcontratando outras empresas (subcontratação concorrencial ou suplementar), empreitando trabalho a domicílio (de forma permanente, ocasional e por tarefa), e/ou sendo contratadas por outras empresas (também de forma permanente e ocasional) - é muito mais farta, sob o ponto de vista geográfico. Essas indústrias organizam e/ou se inserem em uma rede de relações transacionais que se interconectam espacialmente - a nível local, regional, nacional e internacional -, ressaltando o caráter "flexível" e interdependente que a atividade industrial vem manifestando desde a crise do paradigma produtivo fordista nos anos 60.

Entre os 30 estabelecimentos inseridos na rede de relações transacionais, 14 deles foram identificados como emissores de ordens (ou "contratantes"), e pertencem aos mais variados ramos industriais e categorias dimensionais. São eles:

- Instrumentos Musicais JOG, estabelecimento de porte pequeno, cuja produção é em série. A subcontratação de trabalho a domicílio local de forma permanente é justificada pela dificuldade em encontrar mão-de-obra especializada.

- Engimplan Engenharia de Implante Ind. e Com. Ltda, uma metalúrgica de porte médio, que realiza produção em série. Aqui a subcontratação de trabalho a domicílio local é do tipo concorrencial, ou seja, feita somente em períodos de demanda ampliada.

- Majograf Artes Gráficas Ltda EPP, estabelecimento de porte pequeno e produtor de impressos em geral (sob encomenda), que subempreita outras fábricas para poder atingir sua produção total. A subcontratação de outras empresas locais e do município de Limeira é concorrencial, ocorrendo quando há aumento na demanda de alguns serviços - furar, grampear e envernizar os papéis.

- Nova Rio Claro Editora e Artes Gráficas Ltda, estabelecimento de porte muito pequeno do ramo editorial e gráfica. Aqui também a subcontratação de outras empresas é concorrencial. Tarefas relacionadas ao acabamento dos produtos (cortar, furar e envernizar papéis) são feitas por um estabelecimento localizado em Limeira.

- Marcenaria Trovó, estabelecimento de porte muito pequeno, que fabrica balcões e prateleiras. Esta fábrica recorre permanentemente a subcontratação de trabalho local a domicílio para o desenvolvimento de tarefas minuciosas que não são realizadas internamente.

- Cenira Ap. Abreu Zanon Cia Ltda, indústria de confecções de porte muito pequeno, que subcontrata de forma ocasional os serviços da "Rossi Confecções", localizada no Distrito de Ajapi, em Rio Claro, quando as encomendas de uniformes industriais são ampliadas.

- Torque Ind. e Com. Ltda, uma metalúrgica de porte muito grande, a qual não executa internamente serviços de zincagem de peças de montagem

automobilística e, assim, empreita uma indústria localizada em Mauá (SP) para fazê-los.

- Fischer Indústria Mecânica Ltda, estabelecimento de porte grande, onde todas as tarefas que envolvem usinagem e galvanização são repassadas para ferramentarias, cujos donos são ex-funcionários dessa indústria mecânica. Na realidade, os preços cobrados por estas empresas subcontratadas são bastante competitivos, um fator decisivo no momento da negociação e aceitação dessas subempreitadas.

- José Carlos Gandolpho ME, metalúrgica de porte muito pequeno, que atua na produção de utensílios domésticos e acessórios para salão de beleza. Esta indústria empreita continuamente indústrias locais e da região próxima (Limeira e Piracicaba) para efetuar tarefas relacionadas ao corte de chapas, galvanização, cromação e pintura em geral. De acordo com o proprietário desse estabelecimento industrial, a desintegração produtiva é uma estratégia de sobrevivência para muitas micro-empresas.

- Lauris Confecções Ltda, indústria de porte muito pequeno, a qual subcontrata trabalho a domicílio local de forma ocasional, principalmente nas primeiras semanas de dezembro, quando a demanda de roupas finas femininas aumenta por ocasião das festas do final de ano. As tarefas externas mais exigidas pela contratante são o fechamento e o arremate das peças de tecido.

- Avifag Comercial Ltda, indústria mecânica de porte muito pequeno, que empreita permanentemente outras empresas, sobretudo localizadas em Rio Claro, para a realização de tarefas que ela não executa: construção de caixas de metal e serviços de usinagem.

- Presermade Preservação de Madeira Ltda, empresa de porte pequeno, que subcontrata uma indústria de Cordeirópolis para desenvolver a impermeabilização da madeira, tarefa esta que a contratante realiza parcialmente.

- Meta Bio Industrial Ltda, uma metalúrgica de porte médio especializada em fabricar implantes ortopédicos, e que subcontrata trabalho a domicílio de forma permanente. A usinagem das peças ortopédicas é feita por um profissional aposentado, em uma oficina no quintal de sua residência.

- Brascabos Componentes Elétricos e Eletrônicos Ltda, a qual faz permanentemente subcontratação de estabelecimentos locais de porte muito pequeno (entre eles, estão dois estabelecimentos da nossa amostra, “Proeltro” e “Ademir Ap de Souza”), os quais desenvolvem tarefas relativas ao acabamento de cabos e cordões elétricos (que a contratante também realiza parcialmente).

Entre as 14 empresas que são contratantes (ou emissoras de ordens), a forma de subcontratação concorrencial é verificada em 5 delas. Geralmente, esse tipo de subcontratação ocorre quando a empresa contratante passa por períodos de produção ampliada em função do aumento da demanda.

Entre as 7 indústrias citadas como “contratadas”(receptoras de ordens), estão:

- Riclan S. A., uma indústria alimentícia de porte muito grande, que possui produção própria para abastecer o mercado regional, e é empreitada de forma permanente por duas indústrias de produtos alimentares prestigiadas no mercado brasileiro - a multinacional Nestlé e a Elma Chips -, as quais, através das sedes de São Paulo (capital), enviam as especificações das tarefas requeridas na fabricação de produtos da linha *candies*.

- Indústria Metalúrgica Unidos Rio Claro Ltda ME, estabelecimento fabril de porte muito pequeno, que não possui produção própria. Aqui trata-se de um caso de *spin-off*<sup>4</sup>, pois esta indústria foi fundada por seis funcionários da “Aroldo

---

<sup>4</sup> Spin off: É quando funcionários saem de uma empresa e vão se estabelecer por conta própria, no mesmo ramo e, muitas vezes, produzindo sob empreitada para a empresa da qual saíram.

Barthmann”, que assumiram o compromisso de atender exclusivamente a crescente demanda de peças de equipamentos para indústria alimentícia. A contratante fornece todos os materiais utilizados no desenvolvimento das tarefas produtivas empreitadas e tem se responsabilizado financeiramente pelos dois primeiros anos de sobrevivência da subcontratada.

- Usiferc Usinagem e Ferramentaria Corrêa, a qual iniciou suas atividades em 1974, produzindo peças em resina fenólica com tela de amianto para uma grande contratante, a “Owens Corning”. Nos dias atuais, detentor de uma produção mais diversificada (envolvendo ferramentas pneumáticas e motores odontológicos), o primeiro estabelecimento citado firmou um contrato de prestação de serviços para a “Saint Gobain”, envolvendo a manutenção de peças de equipamentos cerâmicos.

- Santa Maria Confecções Rio Claro - EPP, a qual é uma indústria inserida no sistema de façomismo<sup>5</sup>, não possuindo produção própria, já que é subcontratada com exclusividade por empresas donas de grifes famosas, pertencentes ao mesmo ramo industrial - “Ópera Rock”, “Zoomp” e “Master Kay”, todas localizadas na capital paulista. As empresas contratantes enviam os tecidos, os aviamentos e os modelos das roupas, determinam a quantidade de peças que devem ser produzidas, assim como o prazo de tempo para a tarefa ser cumprida. No caso da “Zoomp”, desde 2001, a empresa vem passando por uma reestruturação interna que está envolvendo, sobretudo, a dispensa gradual de funcionários do setor produtivo. Tal fato pode ser justificado, tendo em vista que a “Zoomp” tem a intenção de se transformar em uma “corporação vazia”, isto é, uma empresa que adota a subcontratação total de trabalho como uma estratégia para reduzir os custos fixos, dividir riscos em um mercado altamente dinâmico, instável e competitivo, e fugir às obrigações e responsabilidades com a mão-de-obra regularmente empregada

---

<sup>5</sup> **Façomismo:** Trata-se de um tipo de subcontratação, na qual uma empresa adota a desintegração vertical da produção, deixando de executar a fabricação interna dos componentes, transferindo as tarefas para empresas

(MORRIS, 1988). Assim a empresa se torna puramente administrativa e se dedica de maneira exclusiva à divulgação (*marketing*) da marca, bem como às vendas de seus produtos.

- Ademir Ap. de Souza Rio Claro ME, estabelecimento de porte muito pequeno, que produz cabos e chicotes elétricos, só trabalha por empreitada e, portando, não possui produção própria. Esta indústria é subcontratada de forma permanente por várias empresas locais - (inclusive por três que constam de nossa amostra, a “Brascabos”, a mecânica “Christiano Arthur Frederich” e a metalúrgica “Beccaro”), - assim como por empresas localizadas em Limeira, Campinas e Matão.

- Riomanfe Ind. e Com. de Equipamentos Ltda, uma ferramentaria de porte pequeno, além de possuir produção própria, é subcontratada de forma permanente por dois grandes estabelecimentos industriais locais, a “Tigre” e a “Multibrás”, para desenvolver serviços de manutenção de peças metálicas.

- Inoplast Fibras Industriais Ltda que, além de fabricar piscinas para o mercado local e regional, sempre possui uma produção suplementar permanente para atender outro fabricante (e contratante), a Acgua Gel (de Campinas - SP). Utilizando a mesma matéria-prima - fibra de vidro, - mas diversificando a produção, esta indústria fabrica também caixas suspensórias para uma empresa de guindastes, a Hidrow Guincho, localizada no município de Piracicaba.

Entre as sete empresas que são subcontratadas por outras, a forma mais frequente de subcontratação é a complementar, que envolve a desintegração vertical por parte da empresa contratante, a qual se responsabiliza pelas diretrizes e especificações dos produtos ou tarefas solicitadas.

Nos estabelecimentos industriais (9) que participam de operação de subcontratação, sob as formas de “contratante” e “contratado”, simultaneamente,

---

menores, mais especializadas, que passam a produzir com exclusividade para a contratante, fato que, geralmente, lhes impede de ter produção própria (Jóia, 2000).

são evidenciadas tanto a subcontratação complementar (5), como a subcontratação concorrencial (4):

- Aroldo Barthmann Ind. Metalúrgica Ltda, estabelecimento de porte médio, o qual subcontrata constantemente as tarefas da “Indústria Metalúrgica Unidos Rio Claro”, uma micro empresa fundada por ex-funcionários seus, que se comprometeram em manter exclusividade na prestação de serviços de usinagem. Ao mesmo tempo, o primeiro estabelecimento é subempreitado de forma permanente por três metalúrgicas localizadas em Joinville (SC).

- Christiano Arthur Frederich Cia Ltda, o qual não realiza internamente os serviços de fundição e moldagem de suas peças para máquinas de açougue. As tarefas mencionadas são realizadas de forma permanente por empresas localizadas em Marília - SP (“Fundição Paraná” e RM Plásticos e Moldagem”), e em Florianópolis - SC (“Marcelo Becker”). Por fim, a Christiano Arthur Frederich também é constantemente subcontratada por empresas metalúrgica e mecânica - Brasião (Petrópolis - RJ), Incomaf (São Paulo - SP) e Jamar (Tupã - SP), que compram algumas de suas peças metálicas para a montagem de seus equipamentos.

- Jemar Ind. e Com. de Confecções Ltda ME, a qual é uma indústria inserida no sistema de fezonismo, não possui produção própria, e sendo sucontratada com exclusividade por uma empresa do mesmo ramo industrial, a “Confecções Sultan”, localizada na cidade de São Paulo. A contratante, fabricante de tecidos e artigos de “cama, mesa e banho”, envia para a contratada todo o material necessário (tecidos e aviamentos) para a produção de lençóis, que são cortados, costurados, embalados e armazenados em caixas de papelão, e retornam para a capital paulista. Vale ressaltar que a tarefa de costura dos lençóis é realizada por 15 trabalhadoras a domicílio, que são remuneradas conforme a produtividade, não mantendo assim vínculo empregatício com a “Jemar”.

- Gráfica e Editora Ultra Copy, estabelecimento de porte muito pequeno, que subcontrata trabalho a domicílio local de forma ocasional, para executar tarefas de corte e dobraduras de impressos gráficos. Podemos dizer que se trata de subcontratação do tipo concorrencial, ou seja, feita somente em períodos de demanda ampliada. Em períodos de aumento da demanda de outras indústrias locais do mesmo ramo, a “Ultra Copy” é contratada para fazer impressão de folhetos, bem como corte e dobraduras de livros e catálogos.

- Alfredo Batista de Araujo ME, uma ferramentaria de porte muito pequeno, que recorre a subcontratação concorrencial quando aumenta a demanda de seus serviços. As tarefas de retífica são repassadas para outros estabelecimentos locais, inclusive para a “Riomanfe” (indústria integrante da nossa amostra), que sempre é procurada para prestar este tipo de serviço. A “Alfredo Batista de Araujo” é subcontratada ocasionalmente, presta serviços de manutenção e fabricação de moldes industriais para grandes estabelecimentos industriais locais, como, por exemplo, a “Torque” e a “Brascabos”.

- C. Holzberger & Cia Ltda, indústria mecânica fundada e administrada por uma família de alemães residentes há muitos anos no município, a qual, ocasionalmente, recorre a subcontratação de outras indústrias para o desenvolvimento de tarefas, como dobras de chapas, usinagem, fundição e cromação. As indústrias subempreitadas estão localizadas em Rio Claro (“Truck São João”), São Carlos (“Cromação”), Sertãozinho (“Coperfil”) e Araras (“Fund Araras”).

De forma também ocasional, a mecânica “C. Holzberger” amplia sua produção para atender o aumento da demanda da “Weiler”, uma empresa do mesmo ramo industrial localizada na Alemanha e administrada pelo primogênito dos Holzberger. Essas duas empresas mantêm também um “intercâmbio” tecnológico no desenvolvimento de equipamentos para a indústria de pré-moldados. As relações produtivas entre esses dois estabelecimentos industriais são bastante intensas, pois

alguns operários da “C. Holzberger” já foram para a Alemanha, à cidade de Bengen (no vale do rio Reno, onde está localizada a “Weiler”), com o propósito de fazer treinamento para uso de tecnologias desenvolvidas por essa última indústria.

- Metalúrgica Beccaro, que desde 1994 não mais realiza suas operações de usinagem dentro do âmbito fabril, condição esta que provocou, em grande parte, o decréscimo do número do pessoal ocupado no setor produtivo nos últimos oito anos. Considerando a existência dessa subcontratação complementar, a “Usinagem Wenzel” e a “BM Usinagem” são permanentemente solicitadas para o desenvolvimento dessa etapa produtiva.

A partir de 1998, a metalúrgica “Beccaro” vem aumentando e diversificando sua produção (fabricação de rolamentos), já que passou a ser subempreitada de forma permanente (subcontratação complementar) por uma grande indústria mecânica de origem internacional (Nacco), que tem a sede brasileira na capital paulista.

- Confecções Helena de Rio Claro Ltda, indústria de porte médio, que possui produção própria para abastecer a loja situada anexa à fábrica, mas também é subcontratada permanentemente por empresas de grifes famosas localizadas na capital paulista, como a Nitrogen, a Elite, a Nico Boco, e até mesmo pela rede internacional C&A, cuja subsede está em São Paulo, capital. As contratantes enviam os tecidos e os modelos das roupas, e determinam a quantidade de peças que devem ser produzidas, assim como o prazo de tempo para a tarefa ser cumprida. Para dar conta de toda a demanda das contratantes, a “Confecções Helena” subcontrata de forma permanente trabalho local a domicílio, sobretudo para retirar as sobras de linha das calças e fazer a contagem das peças confeccionadas.

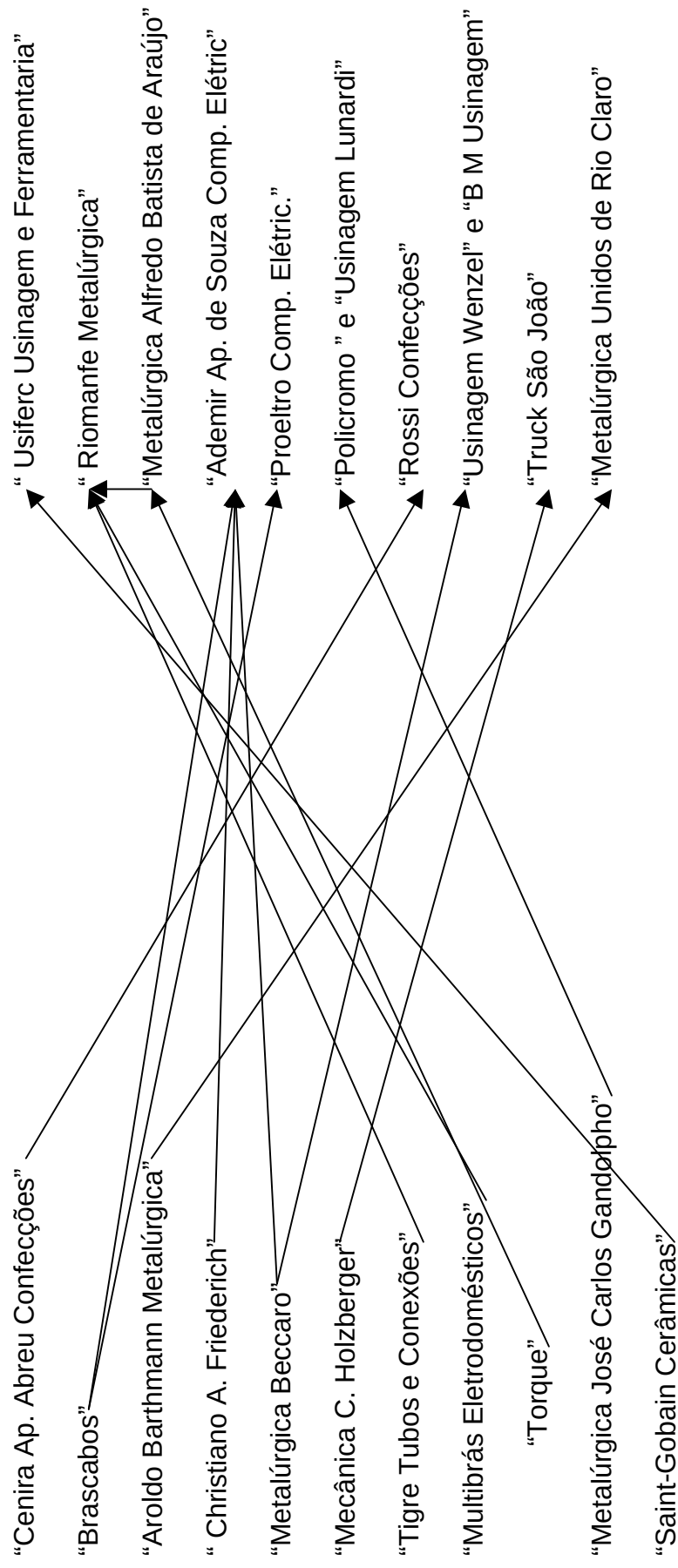
- Saint-Gobain Cerâmicas e Plásticos Ltda, para qual a subempreitada de outras empresas se torna uma prática factível em períodos de demanda ampliada.

Tarefas simples, como a moldagem dos produtos cerâmicos, são repassadas para indústrias menores, localizadas em Santa Gertrudes.

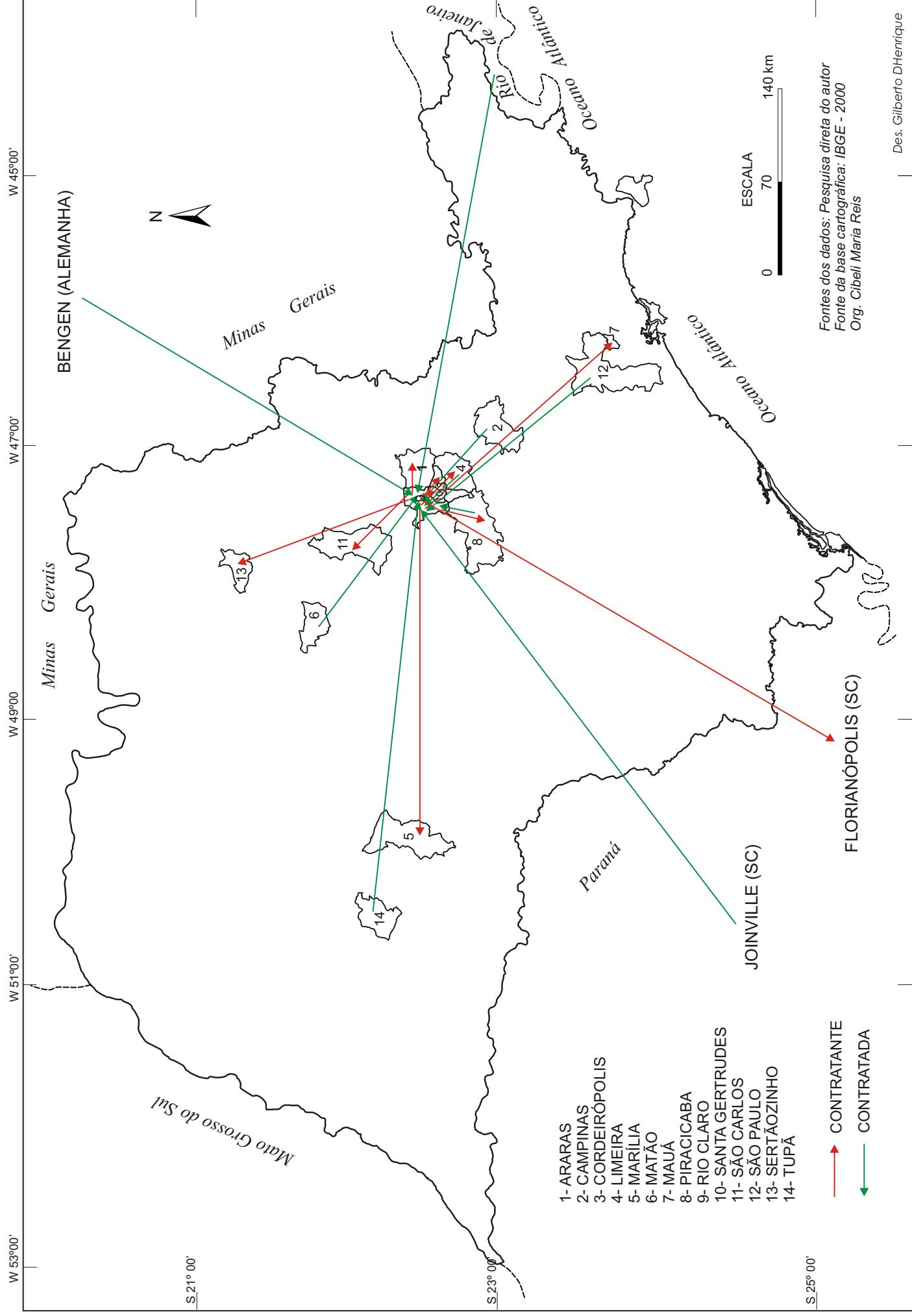
Para uma melhor compreensão das relações **locais** e **não-locais** de subcontratação entre firmas, sintetizamos as informações, respectivamente, no Quadro 10 - Rede de subcontratações inter-firmas locais, 2001; e na Figura 3 - Rede de subcontratações inter-firmas não-locais, mantidas pelos estabelecimentos industriais pesquisados em Rio Claro (SP), 2001.

É válido esclarecer que algumas subcontratações locais citadas no decorrer da explanação não constarão do Quadro 10, tendo em vista que nem todos os estabelecimentos investigados identificaram os nomes das empresas com as quais eles mantêm relações de produção.

Quadro 10 - Rede de subcontratações inter-firmas locais - Rio Claro, 2001



Org. Cibeli Maria Reis



## 4.2. Relações de trabalho

A partir daqui, centraremos nossa análise na estruturação das relações de trabalho na atividade industrial, verificando, do ponto de vista quantitativo, o uso da mão-de-obra regularmente empregada na fábrica, assim como a utilização das formas alternativas de contratação de trabalhadores (temporários, em tempo parcial e a domicílio) adotadas como estratégias empresariais para responder com flexibilidade, sobretudo, às oscilações do mercado e à crise de controle sobre o processo de trabalho.

Mediante os dados obtidos para o conjunto dos 60 estabelecimentos investigados, foi possível identificar cinco diferentes formas de relações indústria e mão-de-obra:

- trabalho fixo e regular na fábrica
- trabalho temporário na fábrica
- trabalho em tempo parcial na fábrica
- trabalho na fábrica (nas três modalidades), mais empreita de trabalho a domicílio, de forma permanente.
- trabalho na fábrica (nas três modalidades), mais empreita de trabalho a domicílio, de forma ocasional.

Delinear um perfil da estrutura das relações de trabalho na atividade industrial em Rio Claro não é uma tarefa fácil, já que estas diferentes formas de relações indústria-trabalho nem sempre aparecem isoladamente em cada estabelecimento, mas sim em diversas combinações. Foram sete as constatadas:

1. Trabalho fixo e regular na fábrica..... 33 fábricas ou 55% do total.
2. Trabalho fixo e regular, mais trabalho temporário na fábrica..... 11 ou 18,33% do total.
3. Trabalho fixo e regular, mais trabalho em tempo parcial na fábrica..... 2 ou 3, 33% do total.

4. Trabalho fixo e regular, mais trabalho temporário e trabalho em tempo parcial na fábrica..... 3 ou 5% do total
5. Trabalho fixo e regular na fábrica, mais empreita de trabalho a domicílio..... 7 fábricas ou 15% do total
  - 5.1. Trabalho fixo e regular na fábrica, mais empreita de trabalho domicílio de forma permanente..... 4 fábricas ou 6,66% do total
  - 5.2. Trabalho fixo e regular na fábrica, mais empreita de trabalho a domicílio de forma ocasional..... 3 fábricas ou 5% do total
6. Trabalho fixo e regular, mais trabalho temporário na fábrica e empreita de trabalho a domicílio..... 3 ou 5% do total
7. Trabalho fixo e regular, mais trabalho em tempo parcial na fábrica e empreita de trabalho a domicílio..... 1 ou 1,66% do total

Na intenção de proporcionar uma melhor compreensão das formas de organização do trabalho industrial, das relações de trabalho e suas diferentes combinações descritas e quantificadas acima, reunimos todas estas informações no Quadro 11 - Formas de organização de trabalho industrial, relações de trabalho e suas diferentes combinações - estabelecimentos industriais pesquisados no município de Rio Claro, SP – 2001.

Quadro 11: Formas de organização de trabalho, relações de trabalho e suas diferentes combinações – estabelecimentos industriais pesquisados no município de Rio Claro, SP - 2001

|                                                                                                          |                                                                                                                |                                                                                                            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Fábricas com relações de trabalho tradicionais<br>(33)                                                | 1.1. Trabalho fixo e regular na fábrica..... 33                                                                |                                                                                                            |
|                                                                                                          | 2.1. Trabalho fixo e regular, mais trabalho temporário na fábrica.. 11                                         |                                                                                                            |
| 2. Fábricas com relações de trabalho Tradicionais, combinadas com relações de trabalho flexíveis<br>(27) | 2.2. Trabalho fixo e regular, mais trabalho em tempo parcial na fábrica..... 2                                 |                                                                                                            |
|                                                                                                          | 2.3. Trabalho fixo e regular, mais trabalho temporário e trabalho em tempo parcial na fábrica ..... 3          |                                                                                                            |
|                                                                                                          | 2.4. Trabalho fixo e regular na fábrica, mais empreita de trabalho a domicílio..... 7                          |                                                                                                            |
|                                                                                                          | 2.5. Trabalho fixo e regular, mais trabalho temporário na fábrica e empreita de trabalho a domicílio..... 3    |                                                                                                            |
|                                                                                                          | 2.6. Trabalho fixo e regular, mais trabalho em tempo parcial na fábrica e empreita trabalho a domicílio .....1 |                                                                                                            |
|                                                                                                          | 2.4.1. Trabalho fixo e regular na fábrica, mais empreita de trabalho a domicílio de forma permanente..... 4    |                                                                                                            |
|                                                                                                          |                                                                                                                | 2.4.2. Trabalho fixo e regular na fábrica, mais empreita de trabalho a domicílio de forma ocasional..... 3 |
| Org. Cibeli Maria Reis                                                                                   |                                                                                                                |                                                                                                            |

Foi constatado que, das 60 indústrias pesquisadas, 33 têm em seus quadros unicamente trabalhadores contratados para trabalho fixo e regular na fábrica; e isto significa que tais estabelecimentos industriais mantêm com a mão-de-obra vínculos arraigados nos parâmetros “Fordistas”. Os 27 estabelecimentos remanescentes, além deste tipo de relação de trabalho, ainda se utilizam do trabalho a domicílio, do trabalho temporário, e do trabalho em tempo parcial, havendo, também, fábricas que combinam as três formas de relações de trabalho.

Tais evidências nos mostram, na realidade, um quadro híbrido, que nos parece ser a reprodução, no microcosmo rioclarense, do que ocorre em âmbito mundial. As práticas “fordistas” de produção, embora não mais sejam hegemônicas e, em alguns ramos e setores, até tenham sido totalmente substituídas, em outros continuam a ser utilizadas, de forma única, ou em arranjos/combinções com métodos produtivos mais flexíveis. Essa “fase de transição” que os sistemas produtivos apresentam pode ser identificada no quadro industrial encontrado na escala local, em Rio Claro, que estaria, assim, em meio às influências de dois tipos de forças, as tradicionalistas-conservadoras, - menos inovadoras, menos utilizadoras de recursos como tecnologia e capital, ou seja, mais propensas à inércia, quanto à inovação -, e as tidas como de avanço, propiciadoras de melhores condições de produção e de produtividade. O que nem sempre significa, é bom ressaltar, melhores condições para os empregados e/ou maior oferta de empregos. É uma situação de conflito.

Identificadas todas as formas de relações de trabalho existentes nas indústrias pesquisadas, cabe agora delas realizar uma análise mais minuciosa.

#### **4.2.1 Trabalho fixo e regular na fábrica, subcontratação de mão-de-obra a domicílio, e outros tipos de relações indústria-trabalho**

Considerando o total de empregados (7466) absorvidos pelos 60 estabelecimentos industriais investigados, nota-se que 7273 (ou 97,41%) desses trabalhadores estão vinculados às empresas por relações tradicionais de trabalho (fixo e regular na fábrica). Contudo, para 26 estabelecimentos industriais, essa regularidade no trabalho, principalmente no setor produtivo, é bastante relativa, tendo em vista as variações no número de operários fixos. Entre as razões apresentadas para justificar o aumento do número de empregados estavam, sobretudo, a expansão do mercado e a diminuição da concorrência. Os casos que demonstraram redução do número de empregados se apoiaram em justificativas relacionadas, principalmente, à retração do mercado e ao aumento da concorrência, e até mesmo à inovação tecnológica e à escassez de capital de giro.

Sobre a contratação dos empregados regulares, as 60 empresas afirmaram, de forma unânime, obedecer às normas da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Inicialmente, os trabalhadores são contratados com registro em carteira por 90 dias, o que equivale ao período de experiência na função. Se, durante o transcurso desse tempo, os trabalhadores corresponderem às expectativas das empresas (que valorizam, sobretudo, a assiduidade e o desempenho produtivo), eles são contratados por tempo indeterminado.

O trabalho temporário dentro da fábrica foi constatado em 17 estabelecimentos, envolvendo 185 pessoas, em sua maioria, ocupadas no setor produtivo. Conforme a indicação da própria palavra, esse trabalho é contratado apenas por um período determinado e, quando este termina, a relação empresa-trabalhador é encerrada. Tais empresas se utilizam deste tipo de trabalho com o propósito de não manter vínculos mais duradouros com os empregados, bem como

para adequar as contratações à produção, de acordo com a demanda, ampliando ou reduzindo o número de funcionários conforme o ritmo produtivo.

De modo geral, a duração do prazo da contratação de funcionários temporários prevista pelas leis trabalhistas é de três meses, limite este que pode ser renovado por mais um trimestre. No entanto, algumas indústrias, como a “Di Carne”, a “Cenira Ap. Abreu Zanon”, a “Bonaldo e Cia”, a “Ademir Ap. de Souza” e a “Lauris Confecções” não seguem efetivamente essa regra, alegando que o período do contrato desse tipo de trabalho coincide com a duração da demanda ampliada do mercado. Para as cinco indústrias citadas anteriormente, o contrato do trabalhador temporário termina justamente quando ocorre a redução da demanda do produto. Nos demais casos, as empresas mantêm a vaga com o mesmo operário, podendo, até mesmo, realizar a contratação por tempo indeterminado desde que o trabalhador apresente um bom desempenho produtivo e que, principalmente, não haja diminuição da produção provocada pela retração do mercado.

Quanto ao trabalho parcial, este foi detectado em seis indústrias (“Owens Corning”, “Cenira Ap. Abreu Zanon”, “Majogra”, “Riomanfe”, “Alfredo Batista de Araújo” e “José Carlos Gandolpho”), abrangendo oito funcionários ocupados tanto no setor produtivo (6), como no administrativo (2). Nessas empresas, com exceção da “Owens Corning”, cujo aprendiz do setor produtivo trabalha em dias alternados, essa categoria de trabalhador cumpre menos de oito horas por dia, ou seja, trabalha “meio período”.

As metalúrgicas “Riomanfe”, “Alfredo Batista de Araújo” e “José Carlos Gandolpho” utilizam os serviços de soldadores que, geralmente, realizam suas tarefas nos finais de tarde e nas manhãs de sábado, períodos em que são dispensados das empresas nas quais atuam como trabalhadores regulares.

Na “Cenira Ap. Abreu Zanon”, há uma costureira que permanece na fábrica somente meio período. Segundo a proprietária, essa funcionária foi

contratada temporariamente, mas obteve um bom desempenho e por isso seus serviços foram solicitados regularmente. Contudo, por problemas familiares, a costureira só pode trabalhar à tarde, condição que foi aceita pelo estabelecimento industrial.

No caso da “Majograf”, há dois recepcionistas (um homem e uma mulher) que, por motivo de estudo, trabalham 4 horas por dia. Um deles estuda de manhã e trabalha à tarde, e o outro realiza o período contrário.

Apesar dos dados obtidos por nós não abrangerem a questão dos salários, conjecturamos que o trabalho em jornada parcial sugere que a remuneração do trabalhador seja menor do que a recebida por aquele que trabalha em tempo integral. Enfim, a contratação desse tipo de trabalho é mais uma das estratégias econômicas adotadas por algumas indústrias para enfrentar as constantes ameaças (já citadas) que envolvem o mundo empresarial.

No que se refere à contratação de trabalhadores que desenvolvem as tarefas no próprio domicílio, este tipo de relação de trabalho foi constatado em 11 estabelecimentos. Entre eles, estavam três das cinco empresas de vestuários investigadas (“Confecções Helena”, “Lauris Confecções” e “Jemar”), que recorrem permanentemente ao trabalho de costureiras autônomas. Como constatado em estudos anteriores (SELINGARDI-SAMPAIO e PINHEIRO, 1994), além do trabalho realizado dentro da fábrica, as indústrias de confecções também se utilizam do “trabalho doméstico”, método de subcontratação muito utilizado por empresas desse ramo, que tem como intuito a redução de custos com salários e produção.

A realidade vivenciada pela indústria de confecções “Jemar” é um exemplo bastante ilustrativo neste trecho. Nos primeiros anos de atividade, esse estabelecimento concentrava internamente todas as fases da produção industrial. No entanto, a partir da segunda metade da década de 90, a costura dos lençóis e das fronhas passou a ser realizada por costureiras que trabalham no seu próprio

domicílio. Atualmente, a empresa subcontrata o trabalho de 15 dessas profissionais, sem nenhum vínculo empregatício (elas recebem por peça produzida), e o trabalho dentro da fábrica ficou restrito ao empacotamento dos produtos.

O uso do trabalho a domicílio é uma estratégia adotada ocasionalmente pelas metalúrgicas “Fischer” e “Engimplan”, assim como pelas gráficas “Nova Rio Claro” e “Ultra Copy”. Quando aumenta a demanda de seus produtos, algumas tarefas que não exigem conhecimento técnico (montagem de peças, no caso das metalúrgicas, e dobraduras de papel, no caso das gráficas) são repassadas para as esposas de alguns funcionários dessas empresas. Agindo dessa forma, as empresas alegam que estão contribuindo para o aumento da renda familiar de seus operários.

As metalúrgicas “Meta Bio” e “Beccaro” recorrem permanentemente ao trabalho a domicílio de um torneiro mecânico aposentado. Já a “Alfredo Batista de Araújo” procede dessa forma somente quando aumenta o volume das encomendas.

Os serviços considerados “pequenos” pela “Marcenaria Trovó” (construção de prateleiras simples) e pela “Ludival Móveis” (confecção de almofadas) são realizados por profissionais autônomos que, na maioria das vezes, trabalham em oficinas instaladas no quintal de suas casas.

Além dessas formas alternativas de contratação de trabalho (temporário, parcial e doméstico), foi perguntado para as empresas se faziam uso de outras políticas flexíveis. A grande maioria respondeu de forma negativa, ao contrário da “Confecções Helena” e da “Frutverão”. No primeiro caso, foi afirmado que dois meses antes das festas do final de ano, os funcionários trabalham uma hora a mais por dia para compensar os 15 dias de folga que abrangem a semana do Natal e do Ano Novo. No segundo caso, a empresa contrata vendedores ambulantes (sorveteiros), que recebem comissões sobre o volume de vendas realizadas.

De modo geral, constatamos que as formas flexíveis de relações de trabalho, associadas àquelas consideradas usuais (e ainda predominantes), já podem ser detectadas na atividade industrial local, em graus variados de frequência e de intensidade.

Tendo em vista que as relações flexíveis de produção e de trabalho constituem uma das facetas do processo global de reestruturação produtiva da indústria, já se pode vislumbrar no município de Rio Claro, o exemplo de um “local” que, ainda que de maneira tímida, está acolhendo o “novo” representado pelas mudanças derivadas de forças econômicas e políticas exógenas. Mais marcante ainda é que esse exemplo aparece de forma híbrida, já que parece manter também o vigor/resistência da atividade industrial pautada no paradigma produtivo Fordista-Taylorista, ainda bastante arraigado na indústria brasileira.

Enfim, Rio Claro é um exemplo bastante ilustrativo da articulação dialética entre o espaço local e as forças do mundo industrializado que nele convergem, na atual fase do capitalismo globalizador.

## **CAPÍTULO 5. O CONFLITO LOCAL X GLOBAL: A AÇÃO DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES DIANTE DA FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

Tendo em vista a relação empresa-Estado-sindicatos, o escopo deste capítulo é analisar, no “local”, o rebatimento de ações/determinações econômicas e políticas mundiais e nacionais referentes às relações de trabalho na indústria, bem como verificar as reações a elas contrapostas pelas forças endógenas, principalmente representadas pelas entidades sindicais e que, na maioria das vezes, se traduzem em oposições e/ou conflitos.

Primeiramente, pautados na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), vamos conceituar o que é um sindicato de trabalhadores, bem como demonstrar como ele é reconhecido perante a legislação brasileira. Depois, vamos analisar as recentes mudanças na tradicional prática de negociações entre as empresas, o Estado e os sindicatos no Brasil, e a repercussão desses acontecimentos no território local, especialmente no que se refere à flexibilização das relações de trabalho.

### **5.1. A situação dos sindicatos de trabalhadores diante da legislação brasileira e da demanda do capital**

Sob uma ótica social, podemos definir o sindicato de trabalhadores como um ator social portador do poder de representação da categoria, e até mesmo de regulação, no que diz respeito às práticas de negociações entre o capital e o trabalho.

Carrion (2001, p. 402), baseado na Consolidação das Leis do Trabalho, conceitua o sindicato de trabalhadores e/ou empregados como um agrupamento estável de uma profissão, destinado a assegurar a defesa e representação da respectiva profissão para melhorar as condições de trabalho.

Conforme o Artigo 8º. da Constituição Federal de 1988 (apud CARRION, 2001, p. 402), é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical; II – é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município; III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas; IV – a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei; V – ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato; VI – é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho; VII – é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 apud CARRION, 2001, p. 402)

No que se refere à relação empresa-Estado-sindicato, tanto no âmbito internacional, como no Brasil, já se tornaram evidentes ações e/ou pressões empresariais no intuito de obter maior autonomia no uso da força de trabalho. A demanda das empresas pela desarticulação das negociações coletivas e pela desregulamentação pública do mercado de trabalho tem por objetivo a construção

de uma organização ocupacional menos rígida, exigindo alterações nessa tradicional tríade-negociação. Como escreveu Dedecca (1999, p. 27):

[...] a posição de concordância relativa das empresas com a forma de regulação das relações de trabalho tornou-se insustentável quando a instabilidade dos mercados, o acirramento da concorrência intercapitalista e a incorporação mais rápida do progresso técnico lhes exigiram uma flexibilidade produtiva compatível com as novas condições de acumulação capitalista (DEDECCA, 1999, p. 27).

Perante toda essa situação, em dezembro de 2001, a Câmara dos Deputados deu os primeiros passos rumo às mudanças na convencional negociação entre empresa-Estado-sindicato, pois aprovou um projeto que prevê a flexibilização das leis trabalhistas (CLT). Se a aprovação se efetivar nos próximos anos, as negociações coletivas poderão prevalecer sobre a legislação, contudo, não deverão contrariar a Constituição e as legislações previdenciária, tributária e do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Dessa forma, patrões e empregados poderão firmar acordos tangíveis ao adicional noturno, à hora extra, ao descanso semanal, às férias e à redução de salários (VAZ et al., 2001). O então presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), Hugo Cavalcanti Melo Filho, alegou que as leis trabalhistas precisam ser modernizadas em função dos seus 50 anos de existência e, neste sentido, afirmou que “muitas coisas que estão na CLT precisam ser mudadas, mas não eliminadas”. Sob uma ótica adversa às perspectivas do então governo FHC, ele argumentou que é “evidente que a flexibilização pretendida atende muito mais aos interesses empresariais e internacionais do que os do trabalhador”. Para Melo Filho, o governo de Fernando Henrique Cardoso pautou-se pela precarização das relações do trabalho (FUTEMA, 2001, p.2).

Na realidade, a Consolidação das Leis Trabalhistas já demonstra sinais de flexibilidade ao regulamentar a contratação de trabalhadores por tempo determinado: “por tempo determinado” é aquele contrato de trabalho em que as partes prevêem um limite à sua duração. Esse limite pode ser um dia determinado, a execução de certos trabalhos ou um fato futuro de cujo acontecimento há certeza e, não se sabendo o dia exato, pode-se antevê-lo com aproximação (CARRION, 2001, p. 271).

Conforme o artigo 443 da CLT, o contrato por prazo determinado é válido tratando-se de: serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; atividades empresariais de caráter transitório; contrato de experiência. O artigo 445 acrescenta que o contrato de trabalho por prazo determinado não pode ser estipulado por mais de dois anos, bem como o contrato de experiência não pode exceder de 90 dias. O artigo 451 prossegue afirmando que, quando o contrato de trabalho por prazo determinado, tácita ou expressamente, for prorrogado mais de uma vez, passa a vigorar sem determinação de prazo (CARRION, 2001, p. 270, 276 e 284).

Ainda refletindo acerca das ações políticas do Estado na regulação das relações de trabalho, cabe aqui fazer referência às pretensões do Governo Lula, que seguem uma tendência internacional. Com a expectativa de criar novos postos de trabalho, aumentar o consumo e melhorar a economia, a equipe do novo governo brasileiro, o de Luiz Inácio Lula da Silva, demonstrou interesse em conduzir a antiga batalha, sempre polêmica e com forte componente de luta de classes, ou seja, a redução da jornada de trabalho. O governo brasileiro já anunciou que vai trabalhar pela redução da jornada de 44 horas para 40 horas semanais, sem redução de salários para os trabalhadores. Para os trabalhadores, um sonho; para os empresários, pode deixar de ser um pesadelo na medida em que se entenda que, de um lado, reduzem-se as horas de trabalho para gerar mais emprego, de outro,

criam-se incentivos para reduzir custos e manter a competitividade das empresas (CHAIM, 2002, p. 88).

Na verdade, o governo deverá oferecer compensações para que o empresariado apóie o projeto da redução da jornada de trabalho. A reforma tributária e a política de substituição das importações podem ser viáveis neste entrecho, tendo em vista que há tempos são reivindicadas no âmbito empresarial.

## **5.2. A ação local dos sindicatos de trabalhadores industriais diante da flexibilização das relações de trabalho**

Ao realizar o trabalho de campo junto às entidades sindicais que representam os trabalhadores nas indústrias em Rio Claro, ficou evidente a insatisfação no que se refere à situação da indústria brasileira, assim como da local. Seus representantes argumentaram que o capital industrial, com a cooperação do governo, está, cada vez mais, desrespeitando os trabalhadores e os sindicatos que representam a categoria, através da política de “livre negociação” entre empregador e empregado.

Com a livre negociação entre a empresa e o trabalhador, que pode prevalecer sobre a legislação, os sindicatos demonstraram temor pela desconsideração de muitas conquistas trabalhistas alcançadas através de muitas lutas, como, por exemplo, os acordos tangíveis às datas-base para as reposições salariais diante da inflação, ao adicional noturno, à hora extra, ao descanso semanal e às férias.

Para os “Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico, Químicas e Farmacêutica”, e dos “Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins”, o governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (de 1993 à 1997 e de 1998 à 2002), em defesa do neoliberalismo, incentivou e praticamente regulamentou a livre negociação, o que gerou uma precarização do

trabalho humano. Contudo, as entidades afirmaram estar esperançosas com o novo Governo, “pois Luis Inácio Lula da Silva sempre defendeu os direitos dos trabalhadores”.

O “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico Eletro Eletrônico” ressaltou que os trabalhadores dessas categorias, paulatinamente, estão perdendo seus postos de emprego em virtude da automação na atividade industrial brasileira.

Quanto às políticas de enxugamento e/ou de flexibilização das relações de trabalho, os sindicatos declararam que elas já fazem parte das ações empresariais em Rio Claro. Contudo, eles se disseram bastante atentos, sobretudo às contratações por tempo determinado (trabalhador temporário), uma prática que tem se tornado comum na atividade industrial local. De acordo com os Sindicatos dos “Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico, Químicas e Farmacêutica” e dos “Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha, Pneumáticos e Afins”, já houve casos de empresas em Rio Claro que prorrogaram mais de uma vez o contrato de trabalho por prazo determinado, o que é um ato ilegal, conforme o artigo 451 da CLT (CARRION, 2001, p. 284): “quando o contrato de trabalho por prazo determinado, tácita ou expressamente, for prorrogado mais de uma vez, passa a vigorar sem determinação de prazo”. Com o propósito de coibir e até multar as empresas fraudulentas, os sindicatos acionaram os fiscais do Ministério do Trabalho que, por sua vez, têm plenos poderes para tomar as devidas providências.

Com relação aos principais pontos de conflito entre o trabalho e o capital, a redução da jornada de trabalho – de 44 horas semanais para 36 horas - era a principal reivindicação dos sindicatos; todos alegaram que essa mudança pode gerar mais postos de emprego. O “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Cerâmicas, Refratários, Construção, Montagem Industrial, Pavimentação, Obras e do Mobiliário” enfatizou que, trabalhando menos horas por dia, o operário adquire mais disposição

e pode proporcionar mais produtividade. Sob outra ótica, a mesma entidade ressaltou que, com a redução legal da jornada de trabalho, o trabalhador pode dedicar mais tempo à vida familiar e à educação dos filhos, contribuindo para a redução da marginalidade infantil em nossa sociedade.

Os reajustes salariais também foram citados como um outro ponto de conflito entre os sindicatos e os empregadores. Todos os sindicatos justificaram a necessidade desse reajuste, tendo em vista que os diversos planos econômicos e a inflação “achatarem” os salários dos trabalhadores brasileiros nos últimos 12 anos.

O “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico Eletro Eletrônico” destacou que são freqüentes os conflitos entre o grupo patronal e os sindicatos nos períodos das negociações que visam a participação dos empregados nos lucros ou resultados da empresa. Geralmente, os empresários se negam a aumentar a porcentagem dos trabalhadores nessa participação, alegando que a empresa está no “vermelho”, ou seja, está em déficit.

O “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico, Químicas e Farmacêutica”, bem como o “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha, Pneumáticos e Afins”, destacaram outro constante ponto de conflito: a defesa de melhorias nas condições de trabalho, principalmente no que se refere à saúde do trabalhador. De acordo com estas entidades sindicais, ainda há indústrias no município de Rio Claro que não demonstram preocupação com a insalubridade causada por algumas tarefas produtivas. Já houve constatações de estabelecimentos industriais que foram responsabilizados pela deficiência auditiva e doenças respiratórias de empregados que alegaram o não recebimento de equipamentos adequados para a segurança no trabalho.

No que se refere às medidas tomadas pelas empresas que tenham beneficiado ou prejudicado os trabalhadores, os exemplos empíricos foram diversos.

Os fornecimentos de cestas básicas, de convênio médico e odontológico, de transporte e de alimentação dentro do estabelecimento industrial foram indicados como benefícios adquiridos pelos trabalhadores, graças às reivindicações/negociações conduzidas pelos sindicatos nos últimos 20 anos. Contudo, as entidades sindicais advertiram que ainda há empresas em Rio Claro que não concederam tais benefícios.

Uma medida empresarial que constantemente afeta de forma prejudicial os trabalhadores é a aquisição de máquinas modernas, que substituem o trabalho humano e, portanto, reduzem os postos de emprego.

As renovações de contrato de trabalho por tempo determinado (trabalho temporário) também foram mencionadas como um prejuízo para os trabalhadores. Alguns empresários se aproveitaram do desconhecimento das leis trabalhistas por parte de muitos trabalhadores desqualificados e, assim, prorrogaram mais de uma vez esse tipo de contrato de trabalho, o que é proibido conforme o artigo 451 da CLT, como já dito anteriormente.

A subcontratação de outras empresas, para o desenvolvimento de algumas tarefas produtivas que deixaram de ser realizadas dentro da fábrica, também foi apontada como danosa para os trabalhadores que, na maioria das vezes, passaram a receber salários menores e menos benefícios.

No ramo cerâmico, houve um caso no qual a indústria despediu por justa causa dois operários responsáveis pelo controle de qualidade que, segundo a entidade sindical responsável pela categoria, por motivo de cansaço, em virtude das más condições de trabalho, não verificaram alguns defeitos do produto quando o mesmo passava pela esteira da produção.

Recentemente, um estabelecimento de grande porte instalado no Distrito Industrial de Rio Claro fechou suas portas por motivo de transferência para Jacareí (SP), onde há outra unidade fabril da mesma empresa. Conforme o relato do

“Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha, Pneumáticos e Afins”, essa medida tomada pelo capital foi muito lesiva para os empregados. Alguns funcionários da administração e da produção em Rio Claro foram convidados pela empresa para irem trabalhar em Jacareí, mas poucos aceitaram a oferta, em função da distância entre os dois municípios e de outros contratempos, como a mudança familiar de uma cidade para outra. Os demais funcionários, principalmente os desqualificados, simplesmente foram dispensados, o que contribuiu para o aumento do número de desempregados em Rio Claro.

Quando questionados os sindicatos sobre a perda do poder de barganha com a empresa, foi praticamente unânime a argumentação de que o Governo de Fernando Henrique Cardoso contribuiu para grandes perdas dos direitos trabalhistas, sobretudo no que se refere à “livre negociação” (empresa e empregado), em detrimento da convencional prática de “negociação coletiva” (empresas, o Estado e os sindicatos), as quais possibilitaram a concretização de muitas reivindicações dos trabalhadores. Enfim, os sindicatos reconheceram a fatídica porosidade do poder estatal diante das demandas do capital, e o consequente enfraquecimento do Governo, enquanto ator social regulacionista da relação empresa/trabalhador.

Neste sentido, foi ressaltado que os sindicatos estão com muita dificuldade para conseguir junto às empresas as reposições salariais dos trabalhadores, ainda mais diante de dois agravantes vigentes na sociedade brasileira nos últimos dez anos, a saber, as mudanças de planos econômicos e a inflação.

Pensando principalmente nas perdas salariais causadas pela inflação, o “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico, Químicas e Farmacêutica” afirmou que desenvolve, periodicamente, uma “campanha emergencial”, que consiste na realização de uma estimativa do aumento da inflação

para os quatro meses que antecedem a data-base do reajuste salarial, e esse cálculo é repassado para os estabelecimentos desses ramos industriais. Logo, a entidade sindical entra em contato com as empresas na tentativa de negociar a antecipação dessa reposição salarial, realizada de forma gradual (mês a mês), até a data-base do reajuste. Esse procedimento tem o propósito de evitar que o grupo patronal argumente a impossibilidade de reposição salarial integral na data-base do reajuste.

Contudo, conforme as opiniões sindicais, a perda salarial dos trabalhadores tem desencadeado uma crise econômica generalizada em nossa sociedade nos últimos tempos. Com seus salários “achatados”, os trabalhadores tiveram seu poder de consumo reduzido, o que afetou diretamente o comércio e a indústria, que tiveram suas vendas diminuídas.

Pautados na realidade das entidades sindicais locais, podemos afirmar, a título de desfecho que, nos últimos dez anos, a vivacidade da força sindical brasileira na luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores vem sendo ofuscada pelo poder econômico das empresas, exacerbado este pela colaboração política do Estado, um ator social regulacionista que, ao legalizar a flexibilização das leis trabalhistas, parece estar trabalhando mais em benefício do capital. Enfim, as empresas estão produzindo uma ordem político-econômica em causa própria e estão criando, paralelamente, uma desordem social.

## **CAPÍTULO 6: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS DESCOBERTAS FEITAS**

A partir dos anos 70 nos países desenvolvidos, e no Brasil desde os meados dos anos 80, muitas empresas, sobretudo aquelas de grande porte, se reestruturaram ante a crise e a concorrência internacional. No bojo da reestruturação produtiva inerente aos avanços tecnológicos, à competitividade e à flexibilização de todos os tipos de custos, ocorreu a intensificação de relações de produção e de trabalho menos rígidas e menos dispendiosas do que aquelas arraigadas nos parâmetros Taylorista/Fordista.

Ao articularmos a teoria de base adotada em nosso estudo - a qual manifesta os processos de mudança que afetaram as relações de produção e de trabalho na indústria em âmbito mundial -, com as evidências percebidas na investigação empírica em Rio Claro (SP), concluímos que há no referido município uma reprodução do que acontece em escala global, ou seja, a coexistência de dois sistemas antagônicos de produção industrial: um baseado no paradigma Fordista, em reestruturação há três décadas, e outro “flexível”, em progressiva difusão.

O quadro híbrido encontrado na atividade industrial de Rio Claro demonstra que as práticas “fordistas” de produção e de organização do trabalho continuam a ser utilizadas, de forma única, ou em arranjos/combinções mais flexíveis (subcontratação inter-firmas, contratação de trabalho temporário, em tempo parcial e a domicílio).

Neste sentido, cabe lembrar, de forma pormenorizada, que a pesquisa empírica revelou um quadro de relações de produção bastante diversificado: daqueles 60 estabelecimentos industriais investigados, 30 apresentam a produção totalmente internalizada, caracterizando um sistema produtivo mais rígido e ligado ao paradigma fordista. As outras 30 indústrias participam de operações de subcontratação locais e não-locais (regionais, nacionais e internacionais), com graus variáveis de intensidade e sob as formas de “contratante”, de “contratada”, ou de

ambas, simultaneamente. Essas relações produtivas inter-firmas mantidas pelos estabelecimentos industriais pesquisados, são bastante relevantes sob o ponto de vista geográfico, pois demonstram a organização e a inserção dos mesmos em uma rede de relações transacionais que se interconectam espacialmente e, também, ressaltam a condição de flexibilidade e interdependência assumida pela atividade industrial ante a crise do modelo produtivo fordista nos anos 60.

No que tange às relações de trabalho nas indústrias em questão, foi verificado que 33 têm em seus quadros unicamente trabalhadores contratados para trabalho fixo e regular na fábrica, o que significa que tais estabelecimentos mantêm com a mão-de-obra vínculos empregatícios coerentes com os parâmetros fordistas. Os outros 27 estabelecimentos industriais, além deste tipo de relação de trabalho, ainda fazem uso de um sistema alternativo/flexível de contratação de trabalho (temporário, em tempo parcial e a domicílio), havendo, também, indústrias que combinam as três formas de relações de trabalho.

Diante da hidridez e da variedade verificadas na atividade industrial de Rio Claro, podemos afirmar que este município está sendo atingido por influências de duas forças produtivas contrapostas: as tradicionalistas-conservadoras e as tidas como de inovação-avanço, propiciadoras de melhores condições de produção, de produtividade e de lucro.

Na verdade, as forças tradicionalistas-conservadoras constituem um exemplo da estreita ligação existente entre a atividade industrial brasileira e o paradigma produtivo Fordista-Taylorista, que ainda oferece resistência aos novos ditames capitalistas. As forças de inovação-avanço são derivadas de influxos globais, que estão se “nacionalizando” por meio de “facilitações” político-econômicas e, assim, se difundindo pelo espaço brasileiro e penetrando nos “lócus” industriais.

É importante ressaltar que as forças de avanço são integrantes de um novo ciclo do capitalismo que, em pleno desenvolvimento, desde a época da

Revolução Industrial almeja àquele mesmo propósito - o lucro máximo possível, em detrimento de qualquer interesse do trabalhador. Desse modo, é compreensível que toda a racionalidade econômica empresarial não tenha se traduzido em melhorias nas condições dos empregados e/ou oferta de mais emprego. O que está ocorrendo é uma situação de conflito, pois as forças do capital, apoiadas por ações governamentais, estão gerando grandes perdas dos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, restringindo as forças/ações dos sindicatos de trabalhadores.

Onde está a visão humanista do trabalho? Por onde anda o reconhecimento da imanência do trabalho com a existência humana e a vida social? Pelo que tudo indica, àquela visão puramente economicista do “fator” trabalho ainda não foi erradicada do âmbito industrial.

O Estado, agindo como “des-regulador social”, ao conduzir a flexibilização da CLT; as empresas, reduzindo os empregos estáveis ou permanentes, e recorrendo à mão-de-obra parcial, temporária e a domicílio, além de estarem piorando as condições para os empregados, também estão contribuindo para o fortalecimento de um dualismo no mercado de trabalho. Neste sentido, temos observado uma polarização dos postos de trabalho em “bons” e “maus” empregos, sendo que os primeiros tendem a ser destinados àqueles trabalhadores que preenchem melhor as novas exigências do mercado de trabalho, especialmente quanto ao maior grau de escolaridade, na medida em que este atributo confere ao trabalhador maior capacidade de reciclar seus conhecimentos e, com isso, manter seu emprego ou estar apto para disputar com maiores chances novas oportunidades de trabalho.

Enfim, todas as constatações e descobertas realizadas em nossa pesquisa sobre a atividade industrial em Rio Claro, nos fazem refletir acerca da maior complexidade que, supostamente deve ser encontrada em centros industriais de grande porte espalhados pelo espaço brasileiro e paulista. São estudos de caso

como este que projetam e fazem que se desvele, ainda que parcialmente, a intrincadíssima rede de relações produtivas inter-firmas que se estabelece no espaço geográfico, a “maleabilidade” das relações de trabalho industrial e o consequente dinamismo do mercado de trabalho; todos componentes do sistema de “especialização flexível”, elemento central de uma nova fase de desenvolvimento e expansão do sistema econômico capitalista.

## BIBLIOGRAFIA

AGLIETTA, M. **Regulación y crisis del capitalismo: la experiencia de los Estados Unidos**. Traducción de Juan Bueno. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

ALEXANDERSSON, G. **Geography of manufacturing**. New Jersey, Englewood Cliffs; Printice Hall, 1967.

ALTMAN, M. Labour and enterprise strategies in the South African clothing industry. **Regional Studies**, v 30, n. 4, p. 387 - 399, 1996.

AZEVEDO, J. S. G. de. Programas de qualidade: alguns impactos sobre o trabalho em pequenas e microempresas da Bahia In: CARLEIAL, L; VALLE, R. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: HUCITEC; ABET, p. 189 – 214, 1997.

AZNAR, G. Réduction du temps de travail: la loi Robien. **Futuribles**, n. 217, p. 15 – 28, 1997.

BARALDI, E. **A diversidade do mercado produtivo e as relações de trabalho nas empresas metal/mecânicas integrantes do CAI sucroalcooleiro de Piracicaba/ SP**. 2000. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARROS, F. R. **Pequena e média empresa e política econômica: um desafio à mudança**. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1978.

BENNETT, R. J.; KREBS G. Local economic development partnerships: an analysis of policy networks in EC - LEDA local employment development strategies. **Regional Studies**, v 28, n. 2, p. 119 - 140, 1994.

BERNARDES, F. Na década, indústria fecha 805 mil vagas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jan. 2004. Folha Dinheiro, p. B7.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

BRENNER, N. The limits to scale? Methodological reflections on scale strutation. **Progress in Human Geography**. v. 25, n. 4, p. 591 - 614, 2001.

BUNNEL, T. G.; COE N.M. Spaces and scales of innovation. **Progress in Human Geography**. v. 25, n. 4, p.569 - 589, 2001.

CARLEIAL, L. M. da F. Racionalidade e trabalho: uma crítica a André Gorz. **Fundação SEADE: São Paulo em Perspectiva**, v 8, n. 1, p. 64 - 74, jan./mar. 1994.

CARRION, V. **Comentários à legislação complementar jurisprudência**. 26<sup>a</sup>. Edição. São Paulo: Saraiva, 2001.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação - economia, sociedade e cultura**. v 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAIM, C. Trabalho para todos. **Revista ISTO É**, São Paulo, n.1732, p. 87 – 90, 11 dez. 2002.

COSTA, A. L. M. C. da. A questão da produtividade In: FLEURY A. C.; VARGAS, N. **Organização do trabalho: uma abordagem interdisciplinar - sete casos brasileiros para estudo**. São Paulo: Atlas, p. 38 – 53, 1993.

CUNHA, R. V. da. A empresa que é uma fera: a permanência da Tigre seis anos consecutivos neste guia mostra a consistência de sua gestão de pessoas. **Guia EXAME 2003 – As Melhores Empresas para Você Trabalhar**, São Paulo, p 62 – 63, set. 2003.

DAVIDS, N. C. **Poder local: aparência e realidade**. 1968. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Rio Claro.

DEDECCA, C. S. **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Teses).

DINIZ, D. M. de F. L. **Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850 - 1900)**. 1973. 226 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Rio Claro.

DOERINGER, P; PIORI, P. **Internal labour markets and manpower analysis**. Lexington: Lexington Books, 1971.

DRANCOURT, M. Employ les enterprises s'engagent. **Futuribles**, n. 173, p. 44 – 60, 1993.

ESTALL, R. C.; BUCHANAN, R. **Atividade industrial e geografia econômica**. Tradução de Christiano Monteiro Costa Oiticica. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FRIEDMAN, A. L. **Industry and labour: class struggle at work and monopoly capitalism**. Londres: Mac Millan, 1977.

FUTEMA, F. Reformas da CLT vão “precarizar” relações de trabalho, Dizem Juizes. In: **FOLHA ONLINE**, São Paulo, 2 jul. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u27257.shl>> Acesso em 22 jan. 2003.

GALASSE, G. H.; ANNUNCIATTO, I. I. **Trabalho a domicílio vinculado à indústria de confecções: um estudo das costureiras do bairro Cervezão em Rio Claro, SP**. 1994. 78 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

GARCIA, L. B. dos R. **Rio Claro e as oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro: trabalho e vida operária (1930 - 1940)**. 1992. 222 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GITAHY, L. Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho. **Fundação SEADE: São Paulo em Perspectiva**, v 8, n. 1, p. 144 - 153, jan./mar. 1994.

GOUGH, I. Worker's competition, class relations, and space. **Environment and Planning D: Society and Space**, v 10, n. 3, p. 265 - 286, 1992.

HARDMAN, F; LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. São Paulo: Ática, 1991.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HURST, M. E. **A geography of economic behavior**. North Scitateric, Mass, Derxbury Press, 1972.

JOIA, P. R. **Novas trajetórias da alta tecnologia no Brasil, sob a influência da ação do Estado: uma análise do pólo tecnológico regional de Campinas – SP**. 2000. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

LASH, S.; BAGGULEY, P. Labour relations in disorganized capitalism: a five-nation comparison. **Environment and Planning D: Society and Space**, v 6, n. 3, p. 321 - 338, 1988.

LEITE, E. M. Reestruturação industrial, cadeias produtivas e qualificação In: CARLEIAL L; VALLE, R. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: HUCITEC; ABET, p. 78 – 90, 1997.

LUI, T. L.; CHIU, S. Industrial restructuring and labour - market adjustment under positive none interventionism: the case of Hong-Kong. **Environment and Planning A**, v 25, n. 1, p. 63 - 79, 1993.

MAGNOLI, D. et al. **Panorama do mundo**. São Paulo: Scipione, 1997.

MANZAGOL, C. **Lógica do espaço industrial**. Tradução de Silvia Selingardi-Sampaio. São Paulo: DIFEL, 1985.

MARI, J. de. Multibrás S. A. Eletrodomésticos: desenvolvimento profissional. **Guia EXAME 2003 - As Melhores Empresas para Você Trabalhar**, São Paulo, p 113, set. 2003.

MARX, K. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Global Editora, 1981.

MATTOSO, J. E. L. Trabalho sob fogo cruzado. **Fundação SEADE: São Paulo em Perspectiva**, v 8, n. 1, p. 13 – 21, jan./mar. 1994.

----- **A Desordem do trabalho**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.

MENDES, A. A. Reestruturações locais como efeitos da globalização econômica: uma análise da estrutura produtiva do pólo têxtil de Americana (SP). **Geografia**, v. 27, n. 3, p. 87 – 100, 2001.

MONTAGNER, P.; BRANDÃO, S. Recessão e racionalidade produtiva: implicações para o mercado de trabalho. **Fundação SEADE: São Paulo em Perspectiva**, v 8, n. 1, p. 154 - 165, jan./mar. 1994.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MORRIS, J. L. New technologies, flexible work practice, and regional sociospatial differentiation: some observations from the United Kingdom. **Environment and Planning D: Society and Space**, v 6, n. 3 p. 301 – 319, 1988.

MORRISON, P. S. Segmentation theory applied to local, regional and spatial labour markets. **Progress in Human Geography**, v 14, n. 4, p. 488 - 528, 1990.

MOURA, P. C. **A crise do emprego: uma visão além da economia**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

NETO, J. M. da R. Fragmentos espaciais do novo mundo do trabalho. **Revista Múltipla**, v.6, n. 10, p. 177 – 194, 2001

OLIVEIRA, D. L. C. M. de. **Mercado de trabalho industrial e a questão do “gênero”: uma análise do trabalho feminino em indústrias de Rio Claro - SP**. 2000. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

PASTORI, J. **O novo mundo do trabalho**. São Paulo, 1999. Disponível em <<http://www.josepastori.com.br>> Acesso em 22 jan. 2003.

PECK, J. A. Invisible threads: homeworking, labour-market relations, and industrial restructuring in the Australian clothing trade. **Environment and Planning D: Society and Space**, v 10, n. 6, p. 671 - 689, 1992.

PINHEIRO, S. S. **Relações de produção e de trabalho: uma análise geográfica da indústria de vestuário, calçados e artefatos de tecidos em Rio Claro (SP) e suas vinculações espaciais**. 1993. 191 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

PIRES, E. L. S. **Metamorfoses e regulação: o mercado de trabalho no Brasil dos anos 80**. 1995. 201 f. Tese (Doutorado em Economia) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

POUNDS, N. J. C. **An introduction to economic geography**. London: John Murray Publishers, 1961.

RATTNER, H. **Pequena empresa: o comportamento empresarial na acumulação e na luta pela sobrevivência**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. Tradução de Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, p. 140 – 166, 1995.

SANCHES, C.; COSTA, C. Competitividade e tecnologia enxugam os postos de trabalho. **RH em Síntese**, v 2, n. 10, p. 6 - 7, 1996. Disponível em:<[http://www.gestaoerh.com.br/visitante/artigos/merc\\_007.php](http://www.gestaoerh.com.br/visitante/artigos/merc_007.php) .> Acesso em 22 jan. 2003.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico – científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHOENBERGER, E. From fordism to flexible accumulation: tecnology competitive strategies and international location. **Environment and Planning D: Society and Space**, v 6, n. 3, p. 246 - 262, 1988.

SCOTT, A. J. Industrial organization and the logic of infra-metropolitan location III: a case study of the women's dress industry in the greater Los Angeles region. **Economic Geography**, v 60, n. 1, p. 327 - 364, 1984.

SCOTT, A. J. Industrial organization and location: division of labour, the Firm, and spatial process. **Economic Geography**, v 62, n. 3, p. 215 - 231, 1986.

SELINGARDI-SAMPAIO, S.; CUSTÓDIO, D. S. Teoria e prática de políticas industriais: o exemplo de Rio Claro - SP. **Geografia**, v 20, n. 1, p. 5 - 46, 1995.

SELINGARDI-SAMPAIO, S.; PINHEIRO, S. S. Relações de produção e de trabalho na indústria, particularmente na de confecções: uma abordagem teórica. **Geografia**, v 19, n. 2, p. 5 - 36, 1994.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. A industrialização de Rio Claro: contribuição ao estudo da desconcentração espacial da indústria no estado de São Paulo. **Geografia**, v 12, n. 24, p. 1 - 60, 1987.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. Evolução da oferta de emprego industrial em Rio Claro: uma análise baseada em dados reais. **Jornal Diário de Rio Claro**, Rio Claro, p 14, 24 jun. 1997.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. **Mercado de trabalho: introdução ao tema e às interpretações teóricas**. Departamento de Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1997 (Mimeogr.)

SILVA, M. A. M. A nova divisão sexual do trabalho na agricultura. **Fundação SEADE: São Paulo em Perspectiva**, v 4, n. 3/4, p. 13 - 20, 1999.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativa**. São Paulo: Contexto, 1999.

SOARES, F. V. et al. **Modernização produtiva e relações de trabalho: perspectivas de políticas públicas**. Petrópolis, RJ: Vozes/ Brasília, DF: IPEA, 1997.

STORPER, M.; SCOTT, A. J. The geographical foundations and social regulation of flexible production complex In: WALCH, J.; DEAR M. (eds) **The power of geography. how territory shape social life**. Londres and Boston: Allen, Unwin, 1989.

STORPER, M.; WALKER, R. **The capitalism imperative: territory, tecnologia, and industrial growth**. Great Britain: TJ Press, 1989.

TROPPEMAIR, H. Atividade comercial de Rio Claro e população economicamente ativa. **Nós e o Meio Ambiente: Artigos Publicados no Jornal Diário de Rio Claro**, v. 2, p 25 - 26, 1992.

TUMULO, P. S. **Da subsunção formal do trabalho à subsunção real da vida social ao capital: apontamentos de interpretação do capitalismo contemporâneo**. [S.l.:s.n.], 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/0916t.htm>> Acesso em 22 jan. 2003.

UMMUS, V. W. Algumas reflexões globalizantes In: **Projeto Escola e Cidadania: Geografia**. São Paulo: Editora do Brasil, 2000.

UITERMARK, J. Re-escalping, "scale fragmentation" and the regulation of antagonistic relationships. **Progress in Human Geography**, v. 26, n. 6, p. 743 - 765, 2002.

UTIYAMA, C. Owens Corning: remuneração e benefícios. **Guia EXAME 2003 - As Melhores Empresas para Você Trabalhar**, São Paulo, p 180, set. 2003.

VAN der LAAN, L. Structural determinants of spatial labour markets: a case study of the Netherlands. **Regional Studies**, v 26, n. 50, p. 485 - 498, 1992.

VAZ, L et al. Câmara muda CLT; Senado decide em 2002. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 dez. 2001. Folha Dinheiro, p. B1.

VERDI, A. R. **Grupos econômicos globais e territórios locais: Alcatel e Renault no Brasil**. 2002. 284 f. Tese (Doutoramento em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

WALKER, R. A. Putting capital in its place: globalization and prospects for labour. **Goeforum**, v 30, n. 3, p. 263 - 284, 1999.

ZANELATO, G. M. **Organização agrária do município de Rio Claro**. 1992. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

ZARIFAN, P. Trabalho e comunicação nas indústrias automatizadas. **Fundação SEADE: São Paulo em Perspectiva**, v 7, n. 2, p. 103 - 108, 1993.

## **ANEXOS**

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS - Campus de Rio Claro -  
UNESP

ALUNA: Cibeli Maria Reis

ORIENTADORA: Profa. Dra. Silvia Selingardi Sampaio

### **FORMULÁRIO INDUSTRIAL** (para fins de dissertação de Mestrado)

Nome do Estabelecimento.....  
Ramo Industrial: ..... Produto(s): .....  
Bairro: ..... Distrito: .....  
Telefone: .....

#### **I - ESTABELECIMENTO E EMPRESA**

1. O estabelecimento é:

☐ Único    ☐ Filial    ☐ Matriz    ☐ Outras ou Variações das Formas Principais

Especificar:.....  
.....

1.1. Onde se localiza a sede da empresa? .....

2. Ano da fundação: .....

3. Ano de início de funcionamento: .....

#### **II - ORIGEM, ASSOCIAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS CAPITAIS**

##### **1. Origem dos Capitais (não associados)**

1.1. Assinale a resposta adequada ao seu caso:

☐ A empresa resulta exclusivamente do investimento de capitais locais (de Rio Claro).

☐ A empresa resulta exclusivamente do investimento de capitais nacionais oriundos de outras cidades e Estados brasileiros.

☐ A empresa resulta exclusivamente do investimento de capitais estrangeiros.  
Especificar o país: .....

##### **2. Associação e Composição dos Capitais**

2.1. Assinale a resposta adequada ao seu caso:

☐ A empresa resulta da associação de capitais locais

☐ A empresa resulta da associação de capitais locais com capitais nacionais de outros centros e/ou Estados.

☐ A empresa resulta da associação de capitais locais com capitais estrangeiros. Especificar o país: .....

☐ A empresa resulta da associação de capitais nacionais não-locais com capitais estrangeiros. Especificar o país: .....

## III - MÃO-DE-OBRA

**1. Evolução do Total de Mão-de-Obra**

| ANO  | PESSOAL EMPREGADO<br>NA PRODUÇÃO |          | PESSOAL EMPREGADO<br>NA ADMINISTRAÇÃO |          |
|------|----------------------------------|----------|---------------------------------------|----------|
|      | HOMENS                           | MULHERES | HOMENS                                | MULHERES |
| 1991 |                                  |          |                                       |          |
| 1993 |                                  |          |                                       |          |
| 1995 |                                  |          |                                       |          |
| 1997 |                                  |          |                                       |          |
| 1999 |                                  |          |                                       |          |
| 2001 |                                  |          |                                       |          |

**2. Políticas de Emprego da Fábrica - Pessoal ligado à Produção**

2.1. Quais são as exigências para a contratação de mão-de-obra quanto ao grau de escolaridade?

.....

.....

.....

2.2. O grau de escolaridade exigido varia:

a) de acordo com a função a ser desempenhada pelo empregado?

.....

.....

.....

b) de acordo com a faixa etária (idade) do empregado?

( ) Sim ( ) Não Por que?

.....

.....

.....

2.3. Existem outros tipos de exigência para a contratação de mão-de-obra?

.....

.....

.....

2.4. A empresa emprega menores? Quantos? De ambos os sexos?

.....

.....

2.5. É necessário que o trabalhador tenha alguma qualificação profissional específica para ser admitido? ( ) Sim ( ) Não

Qual é (ou quais são) a qualificação profissional exigida?

.....

.....

.....

2.6. A empresa oferece treinamento para seus operários? Quais tipos?

.....

.....

.....

### 3. Mão-de-Obra e Localização

3.1. Qual é a área de recrutamento da mão-de-obra?

.....

.....

3.2. A mão-de-obra especializada é encontrada em Rio Claro?

.....

.....

3.3. Há preferência por trabalhadores que residam no próprio município de Rio Claro?

.....

3.4. No caso de empregados oriundos de outras cidades (que viajam diariamente), responder:

a) Pertencem à mão-de-obra ligada à produção? Quantos?

.....

b) Quais as cidades de origem destes trabalhadores?

.....

.....

.....

### 4. Mão-de-Obra e Produção

4.1. Em quantos turnos de trabalho funciona o estabelecimento?

.....

.....

4.2. Tem havido flutuação no número de empregados da fábrica?

( ) Sim      ( ) Não

4.3. A flutuação é do tipo:

- ( ) Anual  
 ( ) Sazonal  
 ( ) Vinculada a planos econômicos - ex: o Plano Real

4.4. A flutuação tem sido de que tipo:

- ( ) Ampliação  
 ( ) Redução

Em cada um dos casos, quais são as causas?

- Ampliação da produção: ( ) nacional

a) ( ) por expansão do mercado ( ) internacional

b) ( ) por diminuição da concorrência

c) ( ) por inovações tecnológicas (mecanização, automatização, robotização, modernização - Kanban, Just in time)

d) ( ) outros motivos Especificar cada um:

.....  
 .....  
 .....

- Redução da produção:

a) ( ) por retração do mercado

b) ( ) por aumento da concorrência

c) ( ) por escassez de capital de giro

d) ( ) outros motivos Especificar cada um:

.....  
 .....  
 .....

## 5. Relações de Produção e de Trabalho

### 5.1. Relações de Produção

5.1.1. A produção é própria?

( ) Sim ( ) Não

5.1.2. Em caso positivo, responder se a produção é em série ou por encomenda?

.....  
 .....  
 .....

5.1.3. Esta empresa empreita outras empresas/fábricas para poder atingir sua produção total?

( ) Sim ( ) Não

5.1.4. Em caso positivo, responder sobre as formas de subempreitada:

- Ocasional:

( ) quando há aumento de demanda

- Permanente:

( ) quando as empresas subempreitadas fazem serviços e operações que a contratante não realiza

( ) quando as empresas subempreitadas fazem serviços e operações que a contratante realiza em parte

( ) quando as empresas subempreitadas fazem todos serviços e operações

5.1.5. Especificar as tarefas contratadas, as empresa subempreitadas e as cidades e os estados dessas empresas.

.....

.....

.....

.....

5.1.6. Esta firma é empreitada por outras?

(ou seja, presta serviços a terceiros?) ( ) Sim ( ) Não

5.1.7. Em caso positivo, responder:

a) Só trabalha por empreitada ou tem também produção própria?

.....

.....

.....

b) É empreitada por:

( ) apenas uma empresa

( ) por várias empresas Citar as empresas e suas localizações:

.....

.....

.....

c) É empreitada:

( ) de forma permanente

( ) de forma ocasional

( ) por tarefa

Especificar os detalhes:

.....

.....

d) Para a subempreitada, esta empresa:

( ) recebe todo o material a ser utilizado de sua contratante

( ) recebe parte do material a ser utilizado de sua contratante

( ) compra seu próprio material

( ) compra ou arrenda o material de sua contratante

( ) outras formas de contrato

e) Quais as tarefas e/ou produtos feitos para o seu contratante?

.....

.....

.....

5.1.8. No caso da empresa ter produção própria, quais são seus principais mercados?

- ( ) Rio Claro (     %)  
 ( ) Região próxima (citar cidades) (     %)  
 ( ) São Paulo (área metropolitana) (     %)  
 ( ) Interior de São Paulo (     %)  
 ( ) Outros estados brasileiros (     %)  
 ( ) Exterior (citar países) (     %)

## 5.2. Relações de Trabalho

5.2.1. No caso de pessoal ocupado por tempo indeterminado (os trabalhadores regulares), especificar:

a) Quantos são: .....

b) Esse número tem variado?

- ( ) Sim
- Aumento do n.º de empregados
    - ( ) expansão do mercado
    - ( ) por diminuição da concorrência
    - ( ) outros motivos Especificar: .....
  - Redução do n.º de empregados
    - ( ) por retração do mercado
    - ( ) por aumento da concorrência
    - ( ) por inovações tecnológicas
    - ( ) por escassez de capital de giro
    - ( ) outros motivos Especificar: .....
- ( ) Não

c) A contratação dos empregados regulares é feita sob quais normas?

.....  
 .....  
 .....  
 .....

5.2.2. No caso de empregados contratados por tempo determinado (os trabalhadores temporários) da empresa, especificar:

a) Quantos são: .....

b) Qual a duração do prazo da contratação?

.....  
 .....

c) Quando termina o contrato do trabalhador temporário, qual é a estratégia da empresa?

- ( ) mantém a vaga com o mesmo operário  
 ( ) mantém a vaga, mas contrata outra pessoa

- ( ) fecha a vaga
- ( ) por retração da demanda do produto
  - ( ) por inovação tecnológica

5.2.3. Há contratação de trabalhadores em tempo parcial?

- ( ) Sim     ( ) Não

Em caso afirmativo, assinalar:

- ( ) trabalha menos de 8 horas por dia  
 ( ) trabalha em dias alternados  
 ( ) outras formas Especificar:

.....  
 .....

5.2.4. Há outras políticas flexíveis de trabalho? Quais são?

.....  
 .....  
 .....

5.2.5. Além de seus empregados regulares, a empresa subcontrata trabalho a domicílio?

- ( ) Sim ( ) Não

Em caso afirmativo, assinalar:

- ( ) ocasionalmente. Por que?

.....  
 .....  
 .....

- ( ) permanentemente. Por que?

.....  
 .....  
 .....

5.2.6. O regime de trabalho é:

- ( ) contínuo, com turmas de revezamento  
 ( ) diurno (8 horas)  
 ( ) noturno  
 ( ) outros tipos.

Especificar:.....  
 .....

5.2.7. Quais as formas de pagamento utilizadas com os trabalhadores?

- ( ) pagamento por hora de trabalho  
 ( ) pagamento por peças ou lotes produzidos  
 ( ) salário mensal  
 ( ) salário semanal  
 ( ) outros tipos

Especificar:.....  
 .....

#### IV - LOCALIZAÇÃO

1. Por que o estabelecimento se localiza em Rio Claro?

.....  
 .....  
 .....  
 .....

2. No caso de indústria e/ou capitais oriundos de outros lugares, quais os fatores de atração de Rio Claro para sua localização?

.....

.....

.....

.....

3. Quais as vantagens e as desvantagens que apontaria quanto a localização da fábrica em Rio Claro?

- Vantagens:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

- Desvantagens:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

#### V - OUTRA INFORMAÇÕES

1. Como o entrevistado avalia a atuação do poder local em termos de incentivos à atividade industrial?

( ) ótima Por que?

.....

.....

.....

( ) boa Por que?

.....

.....

( ) ruim Por que?

.....

.....

2. Segundo a opinião do entrevistado como definiria a atual situação da indústria no Brasil e no Estado de São Paulo?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS - Campus de Rio Claro -  
UNESP

ALUNA: Cibeli Maria Reis

ORIENTADORA: Profa. Dra. Silvia Selingardi Sampaio

**FORMULÁRIO DESTINADO AOS SINDICATOS DE TRABALHADORES DAS  
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO (SP)**  
(para fins de dissertação de Mestrado)

1) Qual é a visão geral que o Sindicato tem da indústria brasileira e da local?

.....

.....

.....

.....

2) Como o Sindicato reage às políticas de enxugamento e/ou flexibilização das relações de trabalho?

.....

.....

.....

.....

3) Quais são os principais pontos de conflito entre o trabalho e o capital?

- reivindicações trabalhistas , por ex.:.....

.....

.....

.....

4) Existem exemplos empíricos de medidas tomadas pelas empresas que tenham beneficiado ou prejudicado os trabalhadores?

( ) Sim      ( ) Não

Em caso positivo, descrever os detalhes:

benefícios:.....

.....

.....

prejuízos:.....

.....

.....

5) Os Sindicatos e o trabalhador realmente perderam o poder de barganha com a empresa? Explicar.

.....

.....

.....

.....